

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Rio de Janeiro/2015

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo, e disponibilizado para a sociedade, como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014, e das orientações da Controladoria-Geral da União descritas na Portaria CGU 522/2015 e na Norma de Execução CGU 01/2015.

Unidade Consolidada:

Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)

Rio de Janeiro, 04/2015

Lista de tabelas, quadros, figuras, gráficos, etc.

Quadro A.1.1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Consolidado.....	9
Quadro A.1.1.2 Relação dos Dirigentes da Unidade Jurisdicionada	11
Quadro A.1.3.1 Denominação das Unidades Organizacionais da UJ e sua Consolidada	12
Quadro A.1.3.2 Organograma da UJ e sua Consolidada	14
Quadro A.1.3.3 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	15
Quadro A.1.4.1 Macroprocessos finalísticos da UJ Consolidadora.....	17
Quadro A.1.4.2 Macroprocessos finalísticos da UJ Consolidadora e sua Consolidada	18
Quadro A.1.4.2.1 Modelo de Operação Multiusuário do CETENE	31
Quadro A.1.4.2.2 Indicadores do Sistema de Atendimento Multiusuários	35
Quadro A.1.4.2.3 Distribuição das Análises por Meses (CETENE)	35
Quadro A.1.4.2.4 Distribuição das Análises por Laboratório (CETENE).....	35
Quadro A.1.4.2.5 Distribuição das Análises por Estado da Federação (CETENE).....	35
Quadro A.1.4.2.6 Distribuição das Análises por Tipo de Instituição (CETENE).....	36
Quadro A.2.3.1 Relação dos Processos Instaurados no INT e registrados no Sistema de Correição da CGU	41
Quadro A.2.4.1 Avaliação do Sistema de Controles Internos do INT	42
Quadro A.2.4.2 Avaliação do Sistema de Controles Internos do CETENE	44
Quadro A. 3.3.1 Avaliação da Satisfação do Cliente e do Atendimento ao Cidadão em 2012 (INT).....	47
Quadro A. 3.3.2 Avaliação da Satisfação do Cliente e do Atendimento ao Cidadão em 2013 (INT).....	47
Quadro A. 3.3.3 Avaliação da Satisfação do Cliente e do Atendimento ao Cidadão no período janeiro-abril 2014 (INT)	47
Quadro A. 3.3.4 Avaliação da Satisfação do Cliente e do Atendimento ao Cidadão no período maio-dezembro 2014 (INT).....	49
Quadro A.3.6.1 Equipamentos para Portadores de Necessidades Especiais Visuais	50
Quadro 5.1.1 Mapa Estratégico do INT	52
Quadro A.5.2.3.1. Ação de responsabilidade do INT - OFSS	59
Quadro A.5.2.3.1.2 Ação de responsabilidade da UJ Consolidadora - OFSS.....	61
Quadro A.5.2.3.1.3 Ação de responsabilidade do CETENE – OFSS	62
Quadro A.5.2.3.1.4 Ação de responsabilidade do CETENE - OFSS.....	63
Quadro A.5.4.1 Indicadores de Desempenho do INT.....	65
Quadro A.5.4.2 Indicadores de Desempenho do CETENE	67
Quadro A.6.1.1 Programação de Despesas (Consolidado).....	69
Quadro A.6.1.2.1.1 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (INT)	70
Quadro A.6.1.2.1.2 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (CETENE).....	70
Quadro A.6.1.2.2.1 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (CETENE).....	71
Quadro A.6.1.3.1 Despesas por Modalidade de Contratação Créditos Originários Total (Consolidado)	71
Quadro A.6.1.3.2. Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação Créditos Originários (Consolidado).....	72
Quadro A.6.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Créditos Originários Total (Consolidado)	73
Quadro A.6.1.3.4. Despesas executadas diretamente pela UJ Créditos Originários (Consolidado)	74
Quadro A.6.1.3.5. Despesas por Modalidade de Contratação Créditos de Movimentação (Consolidado)	75
Quadro A.6.1.3.6. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Créditos de Movimentação (Consolidado).....	75
Quadro A.6.2.1 Despesas com Publicidade.....	76
Quadro A.6.4.1 Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores INT (Consolidado).....	77

Quadro A.6.5.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências da UJ Consolidada vigentes no exercício de referência	78
Quadro A.6.5.2.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ Consolidada nos três últimos exercícios.....	79
Quadro A.6.5.3.1 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ Consolidada na modalidade convênio, termo de cooperação e contratos de repasse	79
Quadro A.7.1.1.1 Força de Trabalho do INT.....	81
Quadro A.7.1.1.2 Força de Trabalho do CETENE.....	82
Quadro A.7.1.1.3 Distribuição da Lotação Efetiva do INT	82
Quadro A.7.1.1.4 Distribuição da Lotação Efetiva do CETENE.....	82
Quadro A.7.1.1.5 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do INT	83
Quadro A.7.1.1.6 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do CETENE	83
Quadro A.7.1.1.7 Evolução da Força de Trabalho Servidores Ativos (2005-2014)	84
Quadro A.7.1.1.8 Distribuição do acréscimo da Lotação Efetiva prevista para o CETENE	85
Quadro A.7.1.2.1 Distribuição por Titulação da Força de Trabalho.....	85
Quadro A.7.1.2.2 Despesas com Capacitação em 2014	86
Quadro A.7.1.2.3 Carga Horária com Capacitação em 2014.....	86
Quadro A.7.1.2.4 Capacitação da Força de Trabalho Administrativa realizada no período	87
Quadro A.7.1.2.5 Capacitação da Força de Trabalho Técnica realizada no período	87
Quadro A.7.1.3.1 Custos do pessoal.....	88
Quadro A.7.1.3.2 Despesas com Servidores Ativos	90
Quadro A.7.1.3.3 Despesas com Servidores Aposentados	90
Quadro A.7.1.3.4 Despesas com Pensionistas	90
Quadro A.7.1.3.5 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	90
Quadro A.7.1.5.1 Evolução dos Recursos Humanos do Plano de Carreiras C&T da UJ (Lei 8.691, de 28/07/1993)	92
Quadro A.7.1.5.2 Previsão de Aposentadorias por ano	92
Quadro A.7.1.5.3 Vagas Preenchidas por meio dos Concursos Públicos Realizados no Período de 2002 a 2013	93
Quadro A.7.1.5.4 Movimentação de Pessoal no período.....	93
Quadro A.7.1.6.1 Revisões Trabalhistas Administrativas	96
Quadro A.7.1.6.2 Revisões Trabalhistas Judiciais.....	96
Quadro A.7.2.1.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (Consolidado)	97
Quadro A.7.2.2.1 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (Consolidado).....	98
Quadro A.7.2.4.1 Composição do Quadro de Estagiários (INT)	99
Quadro A.7.2.4.2 Composição do Quadro de Estagiários (CETENE)	100
Quadro A.8.1.1 Viaturas oficiais de propriedade da UJ	100
Quadro A.8.1.2 Custos envolvidos em 2014	101
Quadro A.8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	104
Quadro A.8.2.2.1 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	104
Quadro A.9.1.1 Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014 (INT e CETENE).....	106
Quadro A.9.1.2 Sistemas Computacionais utilizados pelo INT	107
Quadro A.10.1.1 Aspectos da Gestão Ambiental do INT.....	108
Quadro A.10.1.2 Aspectos da Gestão Ambiental do CETENE	109
Quadro A.11.1.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	110
Quadro A.11.1.2 Cumprimento das deliberações do TCU que permanecem pendentes no exercício	111
Quadro A.11.2.1 Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	113
Quadro A.11.3.1 Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	114

Quadro A.11.5 Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	116
Quadro A.12.3 Quantitativo de restrições registradas durante o exercício de 2014	117
Quadro A.12.4.1. Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....	119
Quadro A.12.4.2 Declaração do contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis.....	120
Quadro 13.1.1.1 Projetos desenvolvidos com apoio da Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais - FUNCATE	121
Quadro 13.1.1.2 Projetos desenvolvidos com apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP	123
Quadro B.65.1 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio da UJ Consolidada	129
Quadro B.65.1.2 Instrumentos Contratuais entre o ICT e Fundação de Apoio (CETENE/FUNDEP)	130

Sumário

Anexo II da Decisão Normativa TCU 134, de 04/12/2013.....	8
Parte A - Conteúdos Gerais	8
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	9
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	9
1.1.1 Relatório de Gestão Consolidado	9
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	11
1.3 Organograma Funcional	12
1.4 Macroprocessos finalísticos.....	17
1.4.1 Introdução	19
1.4.2 Principais realizações da gestão no exercício	20
1.4.2.1 UJ Consolidadora INT.....	20
UJ Consolidada CETENE	30
1.4.3 Principais dificuldades para a realização dos objetivos do INT.....	36
Principais dificuldades para a realização dos objetivos do CETENE.....	37
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	39
2.1 Estrutura de Governança	39
2.3 Sistema de Correição.....	39
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	42
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	46
3.1 Canais de acesso do cidadão.....	46
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	46
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	47
3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada.....	49
3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada	49
3.6 Medidas Relativas à acessibilidade	49
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	51
5.1 Planejamento da unidade.....	51
Planejamento do CETENE.....	58
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	59
5.2.3.1 Ações OFSS	59
5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 - Restos a Pagar não Processados - OFSS	63
5.2.3.5 Análise Situacional.....	63
5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional	64
Avaliação do desempenho do INT	64
Relatório de Gestão do exercício de 2014	
IN TCU 63/2010	
DN TCU 134/2013: Anexo I, Anexo II (Parte A e B) e Anexo III	
Portaria TCU 90/2014; Portaria CGU 522/2015 e Norma de Execução CGU 1/2015	

Avaliação do desempenho do CETENE.....	67
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	69
6.1 Programação e Execução das Despesas.....	69
6.1.1 Programação das Despesas.....	69
6.1.1.1 Análise Crítica.....	69
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	70
6.1.3 Realização da Despesa	71
6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação Créditos Originários Total	71
6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Executados Diretamente pela UJ	72
6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total.....	73
6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores executados Diretamente pela UJ.....	74
6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	75
6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação	75
6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa.....	76
6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda	76
6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	77
6.4.1 Análise Crítica.....	77
6.5 Transferências de Recursos	78
6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	78
6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	79
6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	79
6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	80
6.5.5 Análise Crítica.....	80
7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	81
7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	81
7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	81
Análise Crítica dos quadros A.7.1.1.1, A.7.1.1.3 e A.7.1.1.5 do INT	83
Análise Crítica dos quadros A.7.1.1.2, A.7.1.1.4 e A.7.1.1.6 do CETENE.....	84
7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho.....	85
Qualificação e capacitação da Força de Trabalho do INT	85
Capacitação da Força de Trabalho do INT realizada no período.....	85
Qualificação e capacitação da Força de Trabalho do CETENE	87
7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	88
Memória de Cálculo das Informações do Quadro A.7.1.3.1.....	89
Despesas associadas à manutenção dos recursos humanos	90
7.1.4 Irregularidades na Área de Pessoal.....	90
7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	90
7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas.....	91
7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	94
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	97
7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	97
7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	98
7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2	99
7.2.4 Contratação de Estagiários	99

Análise Crítica:	99
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	100
8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	100
Frota de Veículos Automotores de Propriedade do INT	100
Frota de Veículos Automotores a Serviço do CETENE, mas contratada de terceiros	101
8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	104
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	104
8.2.2 Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional	104
8.2.4 Análise Crítica dos quadros 8.2.1 e 8.2.2	105
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	106
9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	106
10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	108
10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	108
11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	110
11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	110
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	110
11.1.2 Deliberações do TCU pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	111
11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	113
11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	113
11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	114
11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	114
11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	114
11.5 Alimentação SIASG E SICONV	116
12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	117
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	117
12.3 Conformidade Contábil	117
12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	119
12.4.1 Declaração Plena	119
12.4.2 Declaração com Ressalva	120
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	121
13.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ	121
13.1.1 Outras informações consideradas relevantes pelo INT	121
13.1.2 Outras informações consideradas relevantes pelo CETENE	127
Anexo II da Decisão Normativa TCU 134 de 04/12/2013	128
Parte B - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins	128
65. INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS (ICTS)	129
Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	129
Anexo do Relatório de Gestão INT 2014	131
Plano de Providências Permanente do INT	131
(Item 11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	131

Anexo II da Decisão Normativa TCU 134, de 04/12/2013

Parte A - Conteúdos Gerais

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Consolidado

Quadro A.1.1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI			Código SIORG: 1988	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação completa: Instituto Nacional de Tecnologia				
Denominação abreviada: INT				
Código SIORG: 232	Código LOA: não se aplica à natureza jurídica da UJ		Código SIAFI: 240104	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 01.263.896/0004-07		
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(21) 2123-1283	Fax: (21) 2123-1285	(21)2123-1284	
Endereço Eletrônico: domingos.naveiro@int.gov.br; marta.sousa@int.gov.br; eduardo.guimaraes@int.gov.br				
Página na Internet: http://www.int.gov.br				
Endereço Postal: Avenida Venezuela, 82, Saúde, CEP: 20081-312, Rio de Janeiro, RJ				
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)	01.263.896/0021-08	240137	Ativa	80489
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
Criação do INT: Decreto Federal 15.209 de 28/12/1921.				
Estrutura Organizacional da Presidência da República e dos Ministérios: Lei 10.683 de 28/05/2003 (DOU 28/05/2003), cujos artigos 25, 27 foram alterados pela Lei 12.545 de 14/12/2011 (DOU 15/12/2011) nos seguintes termos: Artigo 25, inciso IV: atribui nova denominação ao MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. Artigo 27, inciso IV: atribui novas competências ao MCTI. O artigo 29, inciso IV foi alterado pela Lei 12.954, de 05/02/2014 (DOU 06/02/2014) que atribui nova estrutura ao MCTI mantendo o INT e criando o CETENE.				
Criação do CETENE e alteração da estrutura básica do MCTI: Lei 12.954, de 05/02/2014 (DOU 06/02/2014).				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Normas divulgadas por meio externo (Diário Oficial da União)				
INT como Unidade de Pesquisa: Estrutura Organizacional do MCTI: Decreto 5.886 de 06/09/2006 (DOU 08/09/2006): artigo 2, item III, alínea c).				
Criação da Unidade Gestora 240137 - CETENE: Portaria SPOA/MCT 77 de 16/06/2005 (DOU 17/06/2005, Seção I).				
Regimento Interno do INT e do CETENE: Portaria 365 de 22/04/2013 (DOU 13/09/2013, Seção I).				
Delegação de Competência do Diretor do INT: Portaria 407 de 29/06/2006 (DOU 30/06/2006, Seção II).				
Delegação de Competência do Coordenador Geral Regional NE: Portaria INT 01 de 01/02/2011 (DOU 02/02/2011).				
INT como Instituição Científica e Tecnológica (ICT): Lei 10.973 (Lei da Inovação) de 2/12/2004 (DOU 03/02/2004): artigo 2º, inciso V, regulamentada pelo Decreto 5.563 de 11/10/2005 (DOU 13/10/2005): artigo 2º, inciso V.				
INT como Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): Lei 10.973 (Lei da Inovação) de 2/12/2004 (DOU 03/02/2004): artigo 2º, inciso VI, regulamentada pelo Decreto 5.563 de 11/10/2005 (DOU 13/10/2005): artigo 2º, inciso VI.				
INT como Organismo de Avaliação da Conformidade: credenciado pelo INMETRO sob o nº OCP 0023.				
INT como Órgão Pericial e de Avaliações de Bens da Produção: Decreto 3.000/1999 (DOU 17/06/1999) que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza e Decreto 70.235/1972 de 06/03/1972 (DOU 07/03/1972) que dispõe sobre o processo administrativo fiscal.				
Normas divulgadas por meio interno (Boletim de Pessoal do INT)				
Incubadora de Empresas: Portaria INT 028 de 01/06/2010: aprova o Regulamento da Incubadora INT de Empresas de Base Tecnológica.				
Grupo Gestor de Nanotecnologia: Portaria INT 032 de 21/06/2010: cria o Grupo Gestor de Nanotecnologia do INT.				
Comitê Gestor Editorial do INT: Portaria INT 040 de 23/05/2012: cria o Comitê Gestor Editorial do INT que integra o Comitê Editorial do MCTI.				

Relatório de Gestão do exercício de 2014

IN TCU 63/2010

DN TCU 134/2013: Anexo I, Anexo II (Parte A e B) e Anexo III

Portaria TCU 90/2014; Portaria CGU 522/2015 e Norma de Execução CGU 1/2015

<u>Logística Sustentável</u> : Portaria INT 014 de 28/02/2013: institui a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPGLS	
<u>Comitê Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do INT</u> : Portaria INT 048 de 06/06/2013: cria o Comitê Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do INT.	
<u>Comitês Demandas Estratégicas</u> : Portaria INT 069 de 18/07/2013: aprova Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento de Demandas Estratégicas - CADEs do INT.	
<u>CADE Química Verde</u> : Portaria INT 070 de 18/07/2013: institui o Comitê de Assessoramento de Demandas Estratégicas em Química Verde - CADE Química Verde.	
<u>Comitê Executivo de Tecnologia da Informação</u> - CETI: Portaria INT 075 de 30/07/2013: aprova o Regimento Interno do CETI.	
<u>Comitê Executivo de Tecnologia da Informação</u> - CETI: Portaria INT 076 de 30/07/2013: composição do CETI.	
<u>Sistema de Gestão da Inovação do INT</u> : Portaria INT 107 de 15/10/2013: institui o Sistema de Gestão da Inovação do INT.	
<u>Comitê Gestor da Inovação</u> : Portaria INT 040 de 14/05/2014: cria o Comitê Gestor da Inovação.	
<u>Comitê Gestor EMBRAPPII</u> : Portaria INT 086 de 27/10/2014: cria o Comitê Gestor EMBRAPPII.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Não ocorreu no período	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidada	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
240104	Instituto Nacional de Tecnologia - INT
240137	Instituto Nacional de Tecnologia - Nordeste/MCT
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
240104	00001
240137	00001

Quadro A.1.1.2 Relação dos Dirigentes da Unidade Jurisdicionada

Unidade Jurisdicionada		Instituto Nacional de Tecnologia - INT						
Dados do Responsável								
Nome :	Domingos Manfredi Naveiro					CPF:	598.818.957-15	
Federico Residencial:	Avenida Aquarela do Brasil nº 333, bloco I, apartamento 1201 São Conrado							
Cidade:	Rio de Janeiro			UF:	RJ		CEP:	22610-010
Telefone:	(21) 2422-5699 / 9911-2582		Fax:	(21) 2123-1284		e-mail:	domingos.naveiros@int.gov.br	
Informações do Cargo ou Função								
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)				I dirigente máximo da Unidade Jurisdicionada				
Nome do Cargo ou Função:		Diretor						
Ato de Designação		Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício			
Nome e número		Data	Nome e número		Data	Início		Fim
Portaria Casa Civil 378 Portaria MCTI 771		03/05/2007 08/08/2013	-		-	01/01/2014		03/08/2014
						06/08/2014		05/10/2014
						26/10/2014		21/12/2014
Unidade Jurisdicionada		Instituto Nacional de Tecnologia - INT						
Dados do Responsável								
Nome :	Carlos Alberto Marques Teixeira					CPF:	548.471.257-20	
Endereço Residencial:	Rua Ministro Armando de Alencar, 35, apartamento 201, Lagoa							
Cidade:	Rio de Janeiro			UF:	RJ		CEP:	22471-080
Telefone:	(21) 2535-1927		Fax:	(21) 2123-1284		e-mail:	carlos.teixeira@int.gov.br	
Informações do Cargo ou Função								
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)				I dirigente máximo da Unidade Jurisdicionada substituto				
Nome do Cargo ou Função:		Diretor Substituto						
Ato de Designação		Ato de Exoneração			Período de gestão no exercício			
Nome e número		Data	Nome e número		Data	Início		Fim
Portaria MCT 201		03/04/2008	-		-	04/08/2014		05/08/2014
						06/10/2014		25/10/2014

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Instituto Nacional de Tecnologia - INT foi criado em 1921 com o nome de Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, que, à época, tinha a finalidade de “investigar e divulgar os melhores processos industriais de aproveitamento dos combustíveis e minérios do país”.

A atual finalidade do INT é gerar e transferir tecnologia, aliada a prestação de serviços técnicos e sua missão é participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação.

A competência institucional da UJ e de sua Consolidada se encontram nas páginas 18 a 22 da Seção I do Diário Oficial da União de 13/09/2013 nas quais, o então Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, aprovou o Regimento Interno do INT por meio da Portaria 365/2013.

A UJ Consolidada, Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, foi criada em 2005, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento tecnológico da Região Nordeste, promovendo a integração entre conhecimento, fomento e sociedade. Sua missão é desenvolver, introduzir e aperfeiçoar inovações tecnológicas que tenham caráter estratégico para o desenvolvimento econômico e social

do Nordeste Brasileiro, promovendo cooperações baseadas em redes de conhecimento e nos agentes da economia nordestina.

A estrutura gerencial do INT é formada por colaboradores com capacidade de liderança e articulação, buscando atuar em extensa rede de competências com as universidades, empresas e outros centros de pesquisa integrando esforços, com forte orientação para a utilização do conhecimento na solução de problemas, promoção da inovação e da difusão de tecnologias. Atua, também, como facilitador da formação de redes temáticas de pesquisa a partir da identificação de oportunidades e necessidades locais, regionais e nacionais.

1.3 Organograma Funcional

A Direção do INT na busca da modernização e da implementação do novo modelo de gestão e governança, entende que, para uma organização geradora de conhecimento, da área de Ciência e Tecnologia, as decisões devem ser participativas e colegiadas. Resultado do modelo de Gestão da Estratégia baseado no BSC e implantado, foi estabelecido o corpo da Direção (Diretor e Coordenadores) como um fórum decisório estratégico, além de tático.

No quadro abaixo estão elencadas as unidades que estão diretamente envolvidas na atividade finalística do INT. Na gestão atual todas as competências são preferencialmente direcionadas para o atendimento dos focos de atuação definidos no Mapa Estratégico do INT, a saber: Petróleo, Gás e Petroquímica, Energias Renováveis, Química Verde, Saúde, Tecnologias Sociais e Defesa.

Quadro A.1.3.1 Denominação das Unidades Organizacionais da UJ e sua Consolidada

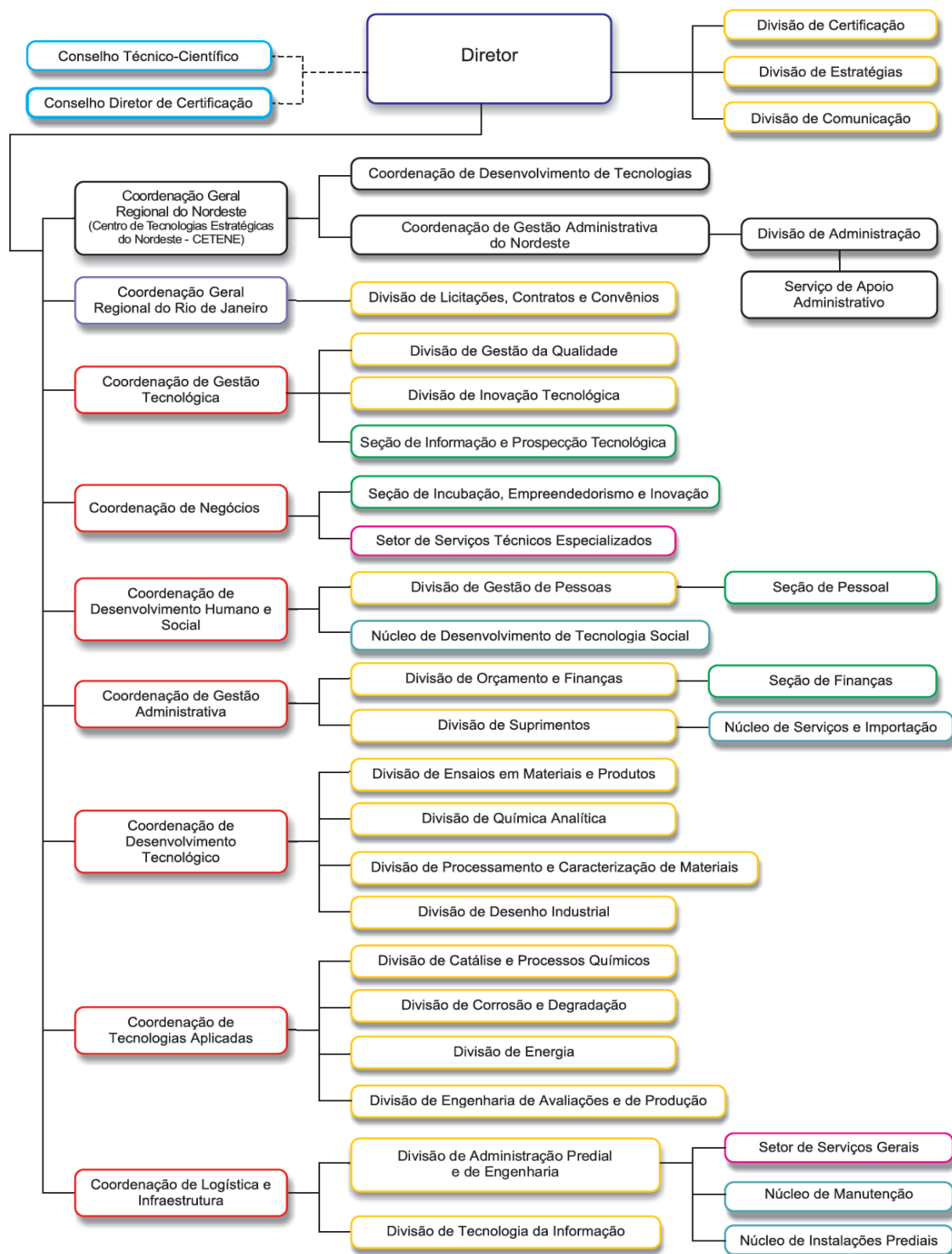
Denominação	Sigla
Direção	DIR
Divisão de Estratégias	DIES
Divisão de Certificação	DCER
Divisão de Comunicação	DCOM
Coordenação Geral Regional do Rio de Janeiro	CGRRJ
Divisão de Licitações, Contratos e Convênios	DLCC
Coordenação de Gestão Tecnológica	COGT
Divisão de Gestão da Qualidade	DIGQ
Divisão de Inovação Tecnológica	DINT
Seção de Informação e Prospecção Tecnológica	SIPT
Coordenação de Negócios	CONE
Seção de Incubação, Empreendedorismo e Inovação	SIEI
Setor de Serviços Técnicos Especializados	SSTE
Coordenação de Desenvolvimento Humano e Social	COHS
Divisão de Gestão de Pessoas	DIGP
Seção de Pessoal	SEPE
Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia Social	NUDS
Coordenação de Gestão Administrativa	COGA
Divisão de Orçamento e Finanças	DORF
Seção de Finanças	SEFI
Divisão de Suprimentos	DSUP
Núcleo de Serviços e Importação	NUSI
Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico	CODT
Divisão de Ensaio em Materiais e Produtos	DEMP
Laboratório de Caracterização de Propriedades Mecânicas e Microestruturais	LACPM
Laboratório de Ensaio de Produtos	LAENP
Laboratório de Avaliação de Artigos Médicos Hospitalares	LAAMH
Divisão de Química Analítica	DQAN

Denominação	Sigla
Laboratório de Química Analítica Inorgânica	LAQUA
Laboratório de Tabaco e Derivados	LATAB
Laboratório de Análise Orgânica Instrumental	LANOI
Divisão de Processamento e Caracterização de Materiais	DPCM
Laboratório de Tecnologia de Materiais Poliméricos	LAMAP
Laboratório de Tecnologia de Pós	LATEP
Divisão de Desenho Industrial	DVDI
Laboratório de Ergonomia	LABER
Laboratório de Modelos Tridimensionais	LAMOT
Coordenação de Tecnologias Aplicadas	COTA
Divisão de Catálise e Processos Químicos	DCAP
Laboratório de Catálise	LACAT
Laboratório de Biocatálise	LABIC
Laboratório de Catálise Combinatorial	LACCO
Divisão de Corrosão e Degradação	DCOR
Laboratório de Corrosão e Proteção	LACOR
Laboratório de H ₂ S, CO ₂ e Corrosividade	LAH ₂ S
Laboratório de Biocorrosão e Biodegradação	LABIO
Divisão de Energia	DIEN
Laboratório de Gás e Energia	LAGEN
Laboratório de Combustíveis e Lubrificantes	LACOL
Laboratório de Medidas Eletroquímicas	LAMEL
Laboratório de Microalgas	LABIM
Divisão de Engenharia de Avaliações e de Produção	DEAP
Coordenação de Logística e Infra-Estrutura	COIN
Divisão de Tecnologia da Informação	DITI
Divisão de Administração Predial e de Engenharia	DAPE
Setor de Serviços Gerais	SESG
Núcleo de Manutenção	NUMA
Núcleo de Instalações Prediais	NUIP
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	CETENE/NE
Coordenação Geral Regional do Nordeste	CGR/NE
Coordenação de Desenvolvimento de Tecnologias	CODT/NE
Coordenação de Gestão Administrativa	COGE/NE
Divisão de Administração	DIAD/NE
Serviço de Apoio Administrativo	SAAD/NE

Quadro A.1.3.2 Organograma da UJ e sua Consolidada

Estrutura Organizacional

(Conforme Regimento Interno publicado na
Portaria MCTI nº 365, de 22.04.2013)



Quadro A.1.3.3 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação Geral Regional do Rio de Janeiro	Supervisão e coordenação dos projetos e atividades de desenvolvimento tecnológico, tecnologias aplicadas e de promoção da inovação	Carlos Alberto Marques Teixeira	Coordenador-Geral Regional do Rio de Janeiro	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Desenvolvimento Tecnológico	Coordenação dos projetos e atividades de desenvolvimento tecnológicos e de nanotecnologia	Paulo Gustavo Pries de Oliveira	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Química Analítica	Execução de projetos e prestação de serviços nos focos de atuação aplicando as competências de química analítica	Simone Carvalho Chiapetta	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 02/11/2014
		Vivianne Galvão Martins		03/11/2014 a 31/12/2015
Divisão de Processamento e Caracterização de Materiais	Caracterização de Materiais – Poliméricos, Metálicos e Cerâmicos	Marcia Gomes de Oliveira	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Ensaio em Materiais e Produtos	Estudos e ensaios em materiais e produtos	Ibrahim de Cerqueira Abud	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Desenho Industrial	Aplicação de técnicas e métodos de prototipagem e ergonomia a produtos e processos	Maria Cristina Palmer Zamberlan	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Tecnologias Aplicadas	Coordenação de projetos e atividades de tecnologias aplicadas	Antonio Souto de Siqueira Filho	Coordenador	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Corrosão e Degradação	Execução de projetos e serviços aplicando as competências de corrosão e proteção	Olga Batista Ferraz	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Catálise e Processos Químicos	Execução de projetos e serviços aplicando as competências de catálise e processos químicos	Marco André Fraga	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Energia	Execução de projetos e serviços aplicando as competências em eficiência e conservação de energia	Maurício Francisco Henriques Jr.	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Engenharia de Avaliações e de Produção	Execução de serviços e projetos aplicando as competências de avaliação técnico-econômica e gestão da produção	Valéria Said de Barros Pimentel	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Negócios	Promoção das competências técnicas e	Vicente Landim de Macêdo Filho	Coordenador	01/01/2014 a

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	Captação de negócios para as divisões técnicas			31/12/2014
Divisão de Certificação	Execução de serviços aplicando as competências de certificação	Edir Alves Evangelista	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE	Coordenação e gerenciamento dos programas estratégicos do INT para o Nordeste; supervisionar as atividades das demais coordenações no Nordeste; e estruturar, supervisionar a execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, entre outros, pertinentes à instituição	André Galembeck	Coordenador-Geral Regional do Nordeste	01/01/2014 a 31/12/2014
Coordenação de Desenvolvimento de Tecnologias do CETENE	Executar, propor, coordenar e orientar projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, destinados ao uso de tecnologias emergentes para o Nordeste;	Roberta Medeiro de Souza Cavalcanti	Coordenador	01/01/2014 a 01/06/2014
		Antônio Vaz de Albuquerque Cavalcanti		01/10/2014 a 31/12/2014

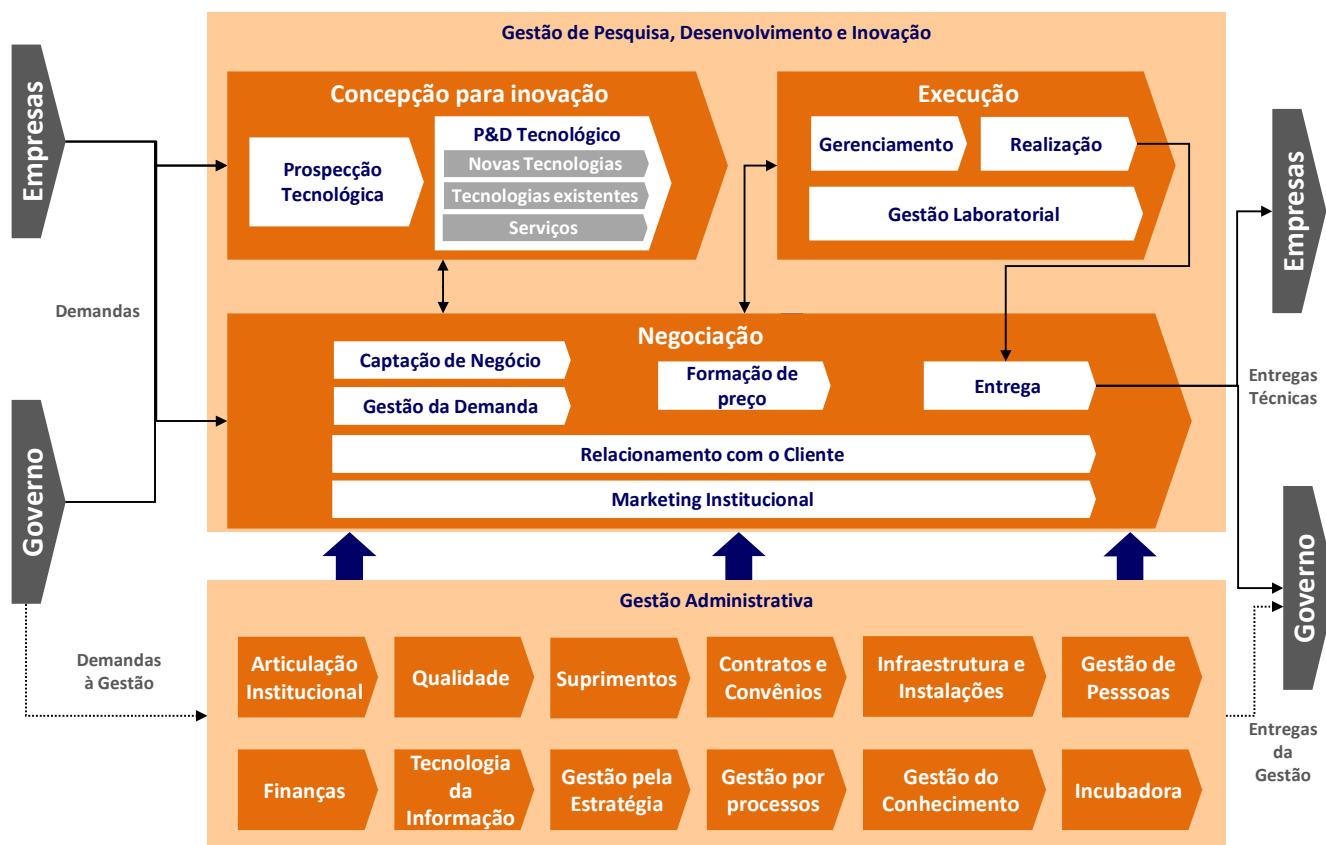
Assim, no que tange as decisões estratégicas, táticas e operacionais nos aspectos da Gestão Administrativa houve um grande avanço nesse formato. Em relação à Gestão de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação busca-se estabelecer um modelo que seja participativo, respeitando “autonomias” e especificidades técnicas, porém buscando respaldar/fortalecer as decisões em metodologias consagradas nacional e internacionalmente, como “roadmaps tecnológicos”, modelos de negócios, etc.

1.4 Macroprocessos finalísticos

Desde 2011, o INT busca definir seus objetivos estratégicos e metas institucionais de forma clara, e tem acompanhado seu desempenho organizacional e suas ações de gestão a partir da abordagem proposta pela metodologia Balanced Scorecard (BSC). A esse processo é dado o nome de ‘Gestão pela Estratégia’, o esforço coordenado e coletivo de alinhamento desses elementos na direção do cumprimento da Missão do Instituto.

A partir da definição dos Objetivos Estratégicos, também foram identificadas as demandas estratégicas e os processos organizacionais necessários ao seu atendimento, existentes ou não. Procedeu-se à construção do Mapa de Relacionamento (disposto na figura abaixo), instrumento que explicita de forma sucinta como os processos organizacionais interagem entre si e como interagem com o ambiente externo. Estes processos organizacionais são compostos por várias tarefas ou atividades inter-relacionadas.

Quadro A.1.4.1 Macroprocessos finalísticos da UJ Consolidadora



Os macroprocessos finalísticos do INT são. Gestão da Inovação, Gestão Tecnológica e Gestão de Negócio. Por meio deles se criam e se entregam o valor gerado pelo INT aos clientes externos, por meio das entregas técnicas.

Muitos dos macroprocessos acima ainda estão sendo desenhados ou redesenhados, porém com relação aos macroprocessos finalísticos já foram definidos: a metodologia a ser utilizada no

Planejamento Estratégico Tecnológico que faz parte do processo de Gestão da Inovação, o Modelo de Negócio e o Plano de Marketing que dará base ao desenho do processo de Gestão de Negócios e implantado o Escritório de Projetos que dará suporte ao processo de Gestão Tecnológica. A integração desses instrumentos e dos macroprocessos finalísticos para o seu desenho definitivo se iniciará em 2015.

Quadro A.1.4.2 Macroprocessos finalísticos da UJ Consolidadora e sua Consolidada

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidade Responsáveis
Concepção Para Inovação	Trata da prospecção de necessidades e mercado para a inovação a ser realizada no INT no médio e longo prazo.	Relatório de Planejamento Estratégico Tecnológico para cada foco de atuação do INT	Coordenação de Negócios, Coordenações Técnicas e Divisões Técnicas	CADEs (Comitê de Assessoramento sobre Demandas Estratégicas) (*) e DINT (Divisão de Informações Tecnológicas)
Execução	Gestão da execução das entregas técnicas realizadas pelo INT, desde o planejamento do projeto até a entrega definitiva ao cliente para fechamento do contrato.	Desenvolvimento tecnológico, certificação de produtos, ensaios, e engenharia de avaliação de produtos	Indústria e Governo	Coordenações e Divisões Técnicas; Escritório de Projetos
Negociação	Engloba todo o processo de captação de negócios, precificação, acompanhamento de contratos, relacionamento com clientes e captação de recursos.	Plano de Marketing e Relacionamento com Clientes	Divisões Técnicas Indústria e Governo	Coordenação de Negócios (CONE)
Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE [Região Nordeste]	Desenvolvimento de projetos tecnológicos; e Prestação de serviços técnicos especializados com foco no Nordeste Brasileiro	Projetos de pesquisa desenvolvidos; e Serviços técnicos prestados	Secretarias de C&T; Universidades; Instituições de pesquisa; Fundações; e Empresas do setor produtivo	Coordenação de Desenvolvimento de Tecnologias

(*) Os Comitês de Assessoramento sobre Demandas Estratégicas - CADE's são compostos por membros das divisões técnicas que possuem competências relacionadas aos focos de atuação do INT. Em 2014 o CADE piloto, em Química Verde, aplicou a metodologia de Planejamento tecnológico que será reaplicada aos demais focos de atuação.

1.4.1 Introdução

O presente Relatório tem a finalidade de demonstrar aos órgãos de controle, primariamente, e para toda a sociedade, secundariamente, os meios utilizados e os resultados da atuação da Unidade Jurisdicionada INT e sua Consolidada CETENE, enquanto responsáveis pela administração dos recursos públicos. Busca-se, na medida do possível a demonstrar a condução da gestão, sob a nova metodologia preconizada pelo Tribunal de Contas da União, a saber:

- I - Temas Clássicos da Gestão: (a) Gestão Financeira, (b) Execução do Orçamento, (c) Gestão de Pessoas e (d) Gestão Patrimonial.
- II - Planejamento e Programação: (a) Ferramentas de Planejamento, (b) Organização do Trabalho, (c) Indicadores e (d) Resultados Alcançados.
- III - Governança: (a) Estrutura de Governança, (b) Estrutura de Controles Internos, (c) Gestão de Riscos e (d) Correição.
- IV - Novas Demandas: (a) Sustentabilidade Ambiental, (b) Gestão de TI, (c) Gestão de Informações e (d) Gestão do Conhecimento.
- V - Relações Externas: (a) Provedores de Insumos, (b) Beneficiários e Consumidores e (c) Forças Exógenas.

As disposições dos seguintes normativos orientaram a elaboração do Relatório de Gestão 2014:

- Instrução Normativa TCU 63/2010: apresenta as normas gerais sobre a prestação de contas e vale para os exercícios de 2010 em diante;
- Decisão Normativa TCU 134/2013: estabelece as unidades, os conteúdos e os prazos relacionados à elaboração dos relatórios de gestão de 2014:
 - . Anexo II: Parte A: itens e subitens descritos no Quadro A1 item b).
 - . Parte B: item 65 referente às Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs).
 - . Anexo III.
- Portaria TCU 90/2014: trata da estruturação e da profundidade para alguns conteúdos do relatório de gestão de 2014.
- Portaria CGU 522/2015: aprova o Anexo I: Norma de Execução nº 1/2015 que orienta a elaboração, organização e a formalização das peças a serem apresentadas ao TCU.

Os valores monetários informados neste Relatório estão expressos em moeda corrente do país, R\$ 1,00 e o período de sua apuração corresponde ao encerramento do exercício, 31/12/2014.

O principal evento ocorrido no exercício, que afeta diretamente a gestão da UJ Consolidadora, foi a publicação da Lei 12.954/2014 que cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, desvinculando-o do INT e integrando-o ao grupo de Unidades de Pesquisas vinculadas a Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCTI. Esta desvinculação legal influenciou na elaboração do presente Relatório de Gestão no tocante ao formato de conteúdos, que, apesar de consolidados, são melhores compreendidos quando apresentados separadamente.

O Quadro A1 do Anexo II da DN TCU 134/2013 exclui a UJ e sua Consolidada de elaborar o conteúdo do item 2.2, do item 2.5 e seus subitens, do item 4 e seu subitem, do item 6.8 e seus subitens, do item 12.5, do item 12.6, do item 12.7 e seu subitem e do item 12.8.

Os itens 5.2 e os subitens 5.2.1 e 5.2.1.1, inseridos na Norma, não foram elaborados na sua integralidade tendo em vista que a UJ e sua Consolidada não se constituem em secretarias executivas ou secretarias gerais, conforme as instruções da DN TCU 134/2013.

O item 5.3, inserido na Norma, não foi elaborado na sua integralidade tendo em vista que os resultados da gestão estão descritos nos demais itens que tratam desse item.

O subitem 5.2.2, inserido na Norma, não foi elaborado na sua integralidade tendo em vista que a UJ e sua Consolidada não são responsáveis diretas por objetivos do PPA 2011-2015, conforme as instruções da DN TCU 134/2013.

O subitem 5.2.3.4, inserido na Norma, não foi elaborado na sua integralidade tendo em vista que esta esfera orçamentária não está consignada à UJ e sua Consolidada.

O item 5.5, inserido na Norma, não foi elaborado na sua integralidade tendo em vista que a UJ e sua Consolidada não desenvolveu, no período, sistema de apuração de custos.

O item 6.3, inserido na Norma, não foi elaborado na sua integralidade tendo em vista que não houve, no período, passivos sem o respectivo crédito autorizado no orçamento na UJ e sua Consolidada.

O item 6.5 e seus subitens foram elaborados somente pela UJ Consolidada, tendo em vista que a UJ Consolidadora não realizou transferência no exercício de referência do Relatório de Gestão e nem nos 02 exercícios imediatamente anteriores.

O item 6.6, inserido na Norma, não foi elaborado na sua integralidade pela UJ e sua Consolidada em função da inexistência, no período, de despesas realizadas por meio de suprimento de fundos.

A integralidade do item 6.7, inserido na Norma, não foi inserida no Relatório tendo em vista que inexistiu disposição regimental na UJ e sua Consolidada que contemple benefícios financeiros e creditícios acerca de renúncias de receitas.

O subitem 7.1.4.2, inserido na Norma, não foi elaborado na sua integralidade tendo em vista que tanto a UJ como sua Consolidada não realizaram no período terceirização irregular de cargos.

O item 8.1, inserido na Norma, não foi elaborado na sua integralidade em função de a UJ Consolidadora não contratar, no período, frota de veículos de terceiros. Contudo a UJ Consolidada não possui veículos próprios. A prestação de serviços de locomoção terrestre foi suprida pela terceirização desses serviços.

A integralidade do subitem 8.2.3, inserido na Norma, não foi elaborada no Relatório tendo em vista a inexistência de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ e sua Consolidada.

A integralidade do item 8.3, inserido na Norma, não foi elaborada no Relatório tendo em vista a inexistência de imóveis locados a terceiros pela UJ e sua Consolidada.

A integralidade do item 11.4, inserido na Norma, não foi elaborada no Relatório tendo em vista a inexistência no período de dano ao erário tanto por parte da UJ como pela sua Consolidada.

A integralidade do item 12.2, inserido na Norma, não foi elaborada no Relatório tendo em vista que a UJ e sua Consolidada ainda não iniciaram o processo de implantação de sistemática de apuração de custos.

1.4.2 Principais realizações da gestão no exercício

1.4.2.1 UJ Consolidadora INT

O INT tem como missão estabelecida em seu Planejamento Estratégico: "Participar do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio da pesquisa tecnológica, da transferência do conhecimento e da promoção da inovação", quer seja, por meio de ações junto à indústria nacional, visando à busca da competitividade e junto aos organismos públicos, com foco na elaboração e execução de políticas públicas.

O INT possui nove Divisões Técnicas que são responsáveis por diversas atividades, dentre elas a realização de 'Entregas Técnicas', isto é, todo trabalho executado ou em execução num determinado período, na forma de projeto de pesquisa ou serviço técnico especializado, desde que possua um demandante/cliente e seja objeto de contrato ou convênio/cooperação.

Possui 14 grupos de pesquisas consolidados e certificados junto ao CNPq, a saber: (i) Microscopia Eletrônica, Biológica e Materiais; (ii) Design para Sustentabilidade; (iii) Química Analítica e Ambiental; (iv) Motores, Combustíveis e Biocombustíveis: Análise de Desempenho e Emissões; (v) Caracterização de Materiais Metálicos; (vi) Energia; (vii) Sistemas Fotoquímicos Nanoestruturado para Produção de Hidrogênio por Energia Solar; (viii) Biomateriais: Síntese, Processamento e Caracterização; (ix) Catálise e Processos Químicos; (x) Tecnologia e Materiais Poliméricos; (xi) Ergonomia e Confiabilidade Humana na Avaliação e Projeto de Sistemas Sociotécnicos; (xii) Antropometria 1D e 3D e Biomecânica; (xiii) Pesquisa em Ergonomia e Confiabilidade Humana para o Setor de Petróleo, Gás e Energia e (xiv) Engenharia de Avaliações e de Produção.

Em seu portfólio de entregas técnicas pode ser verificado que em 2014 foram realizadas um total de 295 entregas técnicas, fruto da atuação do INT em Pesquisa, Desenvolvimento e Promoção da Inovação, nos atendimentos as demandas da sociedade (indústrias e de organismos governamentais).

No âmbito do relacionamento com as indústrias merece destaque em 2014 a atuação do INT em projetos de inovação nos focos estratégicos Petróleo, Gás e Petroquímica; Saúde; Energias Renováveis; Química Verde; Defesa; e Tecnologias Sociais.

Já no âmbito da esfera governamental, o destaque é a participação ativa do INT na construção e implementação da EMBRAPPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, tanto no Projeto Piloto como na implementação do Organismo Social concluída no primeiro semestre de 2014.

Neste contexto, em junho de 2014 durante reunião conjunta do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) e da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), no Palácio do Planalto foi assinado o termo de cooperação entre o INT e a EMBRAPPII para uma nova fase de atendimento às indústrias. Nesse novo termo, o Instituto vem apoiando projetos de inovação relacionados à área de Tecnologia Química Industrial. Destacamos a participação do INT no ambiente EMBRAPPII, sendo que no período em questão o INT firmou contratos de inovação com empresas do setor químico: como por exemplo a Braskem e a Clariant.

Várias ações junto ao setor industrial foram implementadas em 2014 visando a captação de projetos de inovação, como por exemplo o encontro do INT com o Grupo Votorantim para apresentação das possibilidades de desenvolvimento de projetos de inovação. No evento o INT apresentou a sua experiência nos temas eficiência e flexibilidade energética, geração de energia a partir de biomassa e processamento de material lignocelulósico, solução de problemas de corrosão em processos produtivos sob condições agressivas, desenvolvimento de ligas metálicas e produtos siderúrgicos, processamento e caracterização de materiais particulados e materiais poliméricos, otimização de processos produtivos através de metodologias de engenharia de produção. Foram ainda apresentados temas ligados à gestão como instrumentos legais de incentivo à inovação, emissão de laudos técnicos, gestão da propriedade industrial e certificação de produtos.

Em agosto, foi realizada a segunda edição do Workshop de Competências Internas do INT, iniciativa relacionada ao processo de gestão estratégica do INT que tem como objetivo principal a promoção da transversalidade através da consolidação de atividades de cooperação técnica.

Nesta edição, a “Sustentabilidade: como nossa competência pode viabilizá-la” foi o tema principal trazendo à comunidade do Instituto um debate aberto sobre ações diversas em sustentabilidade e promovendo a troca de conhecimentos entre as áreas. Apesar do grande debate mundial sobre o tema, ações concretas e perenes no sentido da sustentabilidade ainda são pouco expressivas no Brasil e neste contexto o INT, em consonância com sua Missão, estimulam a incorporação do conceito às suas atividades tecnocientíficas considerando os três pilares básicos da sustentabilidade: a economia, o ambiente e a sociedade, de modo a construir uma estratégia interna que possa incluir a visão de diferentes setores. O evento promoveu, ainda, o debate Mesa de Negócios EMBRAPII, voltada a empresas convidadas, cujo objetivo esteve voltado à promoção do dinamismo na celebração de projetos com empresas do setor químico.

A seguir apresentamos os principais resultados do exercício agrupados pelos focos estratégicos, a saber: Petróleo, Gás e Petroquímica; Saúde; Energias Renováveis; Química Verde; Defesa; e Tecnologias Sociais:

Petróleo, Gás e Petroquímica

O programa brasileiro de exploração da camada pré-sal abre oportunidades para o forte adensamento da cadeia de fornecedores de petróleo e gás, objetivando a formação de um amplo complexo industrial e de serviços especializados, que incorpora desde o setor naval e aeronáutico até serviços intensivos em conhecimento de tecnologia da informação. Atuam hoje no mercado de energia no Brasil as principais petroleiras do mundo. Além disso, conta-se com uma empresa âncora de classe mundial, Petrobras, cujas atividades envolvem desde o elo de prospecção até a fase de distribuição de produtos finais.

O INT vem atendendo às demandas do setor de exploração e produção de petróleo simulando o cenário do pré-sal (altas pressão e temperatura), além de apoiar fortemente iniciativas no setor petroquímico, com destaque para os seguintes resultados:

Participação no Painel Setorial de Fogões e Fornos a Gás, promovido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). O encontro reuniu os órgãos regulamentadores, laboratórios acreditados, organismos de certificação e fabricantes em debates sobre as alterações na regulamentação de fogões e fornos a gás no Brasil. O INT participou com a palestra “A visão dos Laboratórios Sobre a Regulamentação de Fogões e Fornos a Gás”, que evidenciou a liderança do laboratório do INT, acreditado pelo Inmetro, para a etiquetagem de fogões e aquecedores, além de ser único na esfera pública. A etiquetagem compulsória de fogões e fornos a gás foi instituída no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade em 2002, pela Companhia de Gás de São Paulo (Congás) e pela CEG Rio (atual Gás Natural Fenosa), agregando, a partir de 2006, vários laboratórios. O encontro defendeu a necessidade de se aprimorar ainda mais o sistema de normalização, acreditação e certificação desse segmento importante para o mercado de consumo brasileiro e de atuar como fonte de disseminação do conhecimento, desenvolvimento de tecnologia e de inovação do setor.

Projeto “Fabricação Digital” em parceria com a PUC-RJ e Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP). As novas tecnologias desse projeto incluem diferentes técnicas de prototipagem que permitem a impressão de protótipos ou peças finais em metal – titânio, alumínio, aço e ligas –, ou em nylon, PMMA, ABS e outros plásticos de alta resistência. O objetivo da iniciativa é reduzir etapas no desenvolvimento de novos produtos em toda a cadeia de fornecedores brasileiros da indústria de petróleo e gás.

Avaliação de propriedades de materiais compósitos flexíveis para contenção de petróleo em águas profundas.

Desenvolvimento da aplicação de aço carbono martensítico em armaduras de tração visando o projeto de dutos flexíveis para transporte de óleo e Gás contendo H₂S e CO₂, produzidos no pré sal brasileiro.

Avaliação de parâmetros de proteção catódica de dutos revestidos visando compatibilidade entre diferentes revestimentos.

Ensaio para avaliação metalúrgica e detecção de falhas em equipamentos.

Desenvolvimento de catalisadores para a oxidação parcial do propano: projeto visa desenvolver catalisadores que convertem a molécula de propano em ácido acrílico, utilizado na produção de plásticos, detergentes, absorventes, fraldas e revestimentos. Utiliza ainda biomassa (palha e bagaço da cana de açúcar) como matéria-prima para sintetizar um dos suportes (carvão ativo) que compõe o catalisador.

Saúde

O Complexo Industrial da Saúde é formado por um conjunto abrangente de atividades econômicas que constituem a base da produção de bens e de serviços relacionados à área da saúde. A indústria farmacêutica pode ser considerada uma de suas principais atividades produtivas, incluindo os segmentos produtores de fármacos (matérias-primas farmacêuticas) e de medicamentos. Outra indústria relevante para o complexo da saúde é a de equipamentos e materiais médicos. A produção das indústrias farmacêutica e de equipamentos médicos se destina primordialmente aos setores prestadores de serviços de saúde, como hospitais, ambulatórios e serviços de diagnóstico e tratamento, que também integram o complexo da saúde.

Destaque para os seguintes prêmios recebidos em 2014 em ações relacionadas ao tema saúde:

Recebimento de premiação, na categoria Médicos & Científicos no prêmio IDEA Brasil, com o projeto de Cadeira de Rodas Hospitalar.

Obtenção do prêmio do Prêmio Santander Universidades, na Categoria Empreendedorismo, com o projeto de criação da empresa Plankton Brazil - Soluções Biotecnológicas em Aquicultura. A empresa proposta visa à criação de microalgas fotossintetizantes para uso como alimentos para peixes ou como nutriente em rações. As propriedades do produto, rico em proteínas e aminoácidos essenciais, promovem nos criadouros crescimento rápido, resistência a infecções e maior taxa de sobrevivência dos peixes, garantindo maior produtividade ao aquicultor. A banca avaliadora foi composta por integrantes da Academia Brasileira de Ciências, Editora Abril, Endeavor, Fundação Dom Cabral e UniSol.

Em ações de divulgação de atividades relacionadas ao tema saúde, destaque para:

Lançamento do livro Metais não Ferrosos e suas Ligas – Microestrutura, Propriedades e Aplicações, que trata de ligas de metais não ferrosos, aquelas com menos de 50% de ferro na composição, que permitem aplicações especiais e produtos industriais de altíssimo valor agregado, como turbinas e implantes ortopédicos de alta resistência. O conhecimento sobre os fundamentos dessas ligas metálicas no Brasil, por sua vez, só contava com o suporte didático em língua portuguesa de publicações esgotadas e com mais de 20 anos. O lançamento veio suprir essa lacuna.

Divulgação na revista eletrônica O Globo a Mais, vinculada ao jornal O Globo, na edição de abril, reportagem de capa sobre as tecnologias 3D desenvolvidas no Laboratório de Modelos Tridimensionais do INT, no Núcleo de Experimentação Tridimensional (Next) da PUC-Rio e junto ao Museu Nacional da UFRJ e demais parceiros de projetos. Em destaque está o uso de imagens tridimensionais, com suporte de scanners e impressoras 3D, em descobertas clínicas e

reconstituições de animais extintos, múmias e aspectos do interior do solo, relatados no livro “Tecnologias 3D: Desvendando o passado, modelando o futuro” editado pelo INT.

Participação no Green Rio. Realizado no Espaço Tom Jobim, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, este evento visa promover o tema Economia Verde, em seus vários aspectos. O INT divulgou o trabalho de certificação de produtos orgânicos (obrigatória para qualquer produto exibir o selo de orgânico em seu rótulo) e a premiada solução de embalagens, que prolonga a conservação de frutas e hortaliças e evita o desperdício.

Promoção do ciclo de palestra Terças Tecnológicas que versou sobre o tema da certificação e garantia da qualidade dos produtos orgânicos de atribuição do INT.

A seguir ressaltamos alguns projetos que foram desenvolvidos em 2014:

Avaliação da tecnologia de próteses ortopédicas nacionais e importadas utilizadas em artroplastia total de quadril.

Desenvolvimento de titânio e liga de titânio nanoestruturado com tratamento de superfície para aplicação em implantes ósseos por metalurgia do pó e ECAP: projeto aprovado pela FAPERJ com foco no desenvolvimento de uma liga de titânio e nióbio (Ti-35Nb) nanoestruturada com alta densidade para aplicação em implantes cirúrgicos osseointegrados, ortopédicos e dentários.

Desenvolvimento de produtos à base de biocerâmicas nanoestruturadas para regeneração óssea: projeto em parceria com o Centro de Biomateriais da Universidade de Havana/Cuba e do INTO/Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia visando desenvolver técnicas de processamento e caracterização de implantes capazes de facilitar a regeneração do tecido ósseo.

Deposição de Revestimento de Óxido de Titânio Nanoestruturado em Substratos de Titânio para Implantes e Substitutos Ósseos: visa desenvolver superfície nanoestruturada em implantes para melhorar a fixação ao osso.

Análises de produtos derivados de tabaco atendendo demanda da ANVISA.

Avaliação e Certificação de Produtos para Saúde tais como implantes, instrumental cirúrgico, implantes mamários, luvas cirúrgicas e luvas de procedimentos.

Energias Renováveis

No Brasil, embora a matriz energética seja reconhecidamente limpa, dada a preponderância de geração de energia hidráulica, a ampliação da oferta de energia para sustentar o crescimento econômico demanda investimentos elevados, de longo prazo, em hidrelétricas cada vez mais distantes dos centros de consumo, com forte impacto ambiental.

A relevância da diversificação da matriz energética brasileira se faz necessária buscando alternativas para aumentar a segurança no abastecimento de energia elétrica, além de permitir a valorização das características e as potencialidades regionais e locais. A política energética atual do Brasil, além de prever investimentos para a construção de novas hidrelétricas, busca diversificar a matriz energética incluindo energia nuclear, eólica, fotovoltaica, solar e biomassas.

Destaque dos principais resultados alcançados em 2014 no foco estratégico em energias renováveis: Aprovação do projeto “Estudos de Compatibilidade de Materiais, Degradação e de Corrosão envolvendo Biodiesel, Álcool Combustível e suas Misturas” com recursos liberados pelo CNPq. O projeto prevê a intensificação da cooperação internacional firmada entre o INT e a Universidade de Darmstadt, na Alemanha em pesquisas sobre processos de corrosão e degradação, em particular biodiesel e etanol.

Firmado o acordo de cooperação técnica entre o INT e Leibniz-Institut für Katalyse (Likat), da Alemanha. A realização do workshop Hydrogen production from ethanol - International INT-Likat em 2014 deu início às atividades da cooperação, que incluiu, ainda, visita e estágio de capacitação de pesquisadores do INT no Likat. O objetivo da parceria é desenvolver reatores monolíticos capazes de converter o etanol em hidrogênio, para uso em células a combustível. Normalmente usada nos catalisadores automotivos, esta tecnologia de produção de hidrogênio é inédita no Brasil, contudo a experiência desenvolvida no Likat aliada à capacidade técnica acumulada pelo INT no desenvolvimento de catalisadores para a produção de hidrogênio a partir do etanol são ingredientes facilitadores de garantia do sucesso dessa cooperação.

Obtenção de duas premiações no 14º Congresso 2014 Resag-Enqualab, organizado pela Rede de Saneamento e Abastecimento de Água (Resag), integrante do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec), em conjunto com a Rede Metrológica do Estado de São Paulo (Remesp). O primeiro lugar na categoria Qualidade em Laboratórios-Gestão foi concedido ao artigo “Realinhamento do Sistema de Gestão da Qualidade para Melhoria da Confiabilidade em um Laboratório de Biocombustível”, que descreve o realinhamento do sistema de gestão do setor de Biocombustíveis do Laboratório de Corrosão e Proteção do INT, identificando gargalos, realizou diagnóstico que culminou com plano de ação. O terceiro lugar na categoria Tecnologia e Inovação foi concedido ao artigo “Transformando a Multiplicidade de Sistemas num Sistema Unificado: Desafios da Unificação no INT”, que retratou o esforço do Instituto para a implantação de Sistema de Gestão da Qualidade unificado, obtido em 2012, após a reavaliação e mudança para um único escopo acreditado. A transição incluiu a unificação dos Manuais da Qualidade, do gerente da qualidade, do responsável técnico e de requisitos gerenciais que simplificaram a gerência, os custos e a inclusão de novos ensaios acreditados, que passaram a poder ser obtidos por extensões, dispensando novas acreditações.

Realização do 4º Workshop da Divisão de Catálise e Processos Químicos do INT. Foram apresentadas as seguintes palestras: (i) Otimização da produção de H₂ via fermentação anaeróbia a partir de pentoses; (ii) Oxidação de HMF em meio aquoso sobre catalisadores de platina suportados em óxidos mistos ZrO₂-MgO; (iii) Produção de hidrogênio a partir de mistura glicerol/etanol; (iv) Do benzeno ao ácido adípico: hidrogenação parcial do benzeno e oxidação catalítica do cicloexeno; (v) Desenvolvimento de catalisadores para a oxidação do propano; (vi) Emissões veiculares legisladas e não legisladas: o papel do catalisador; (vii) Hidrogenólise do glicerol - preparo e caracterização de catalisadores com carvão; (viii) Eliminação de acetaldeído de correntes ricas em H₂; (ix) Estudo de catalisadores de Pt/CexZrx-1/Al₂O₃ na reação de reforma a vapor do Tolueno; (x) Estudo do efeito da natureza do metal na reação de HDO do fenol; (xi) Degradação de herbicidas triazínicos por *Pleurotus ostreatus* INCQS 40310 e (xii) Conversão catalítica de xilose sobre catalisadores a base de zircônia sulfatada.

Apresentação na sede da Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), em Porto Alegre, da palestra técnica sobre avanços recentes e tendências na área de biocombustíveis, mostrando ainda as atividades desenvolvidas pela rede de serviços tecnológicos Rbiocomb, da qual a Cientec também faz parte. O encontro também serviu para discussões com pesquisadores que coordenam as atividades de biocombustíveis na Fundação, visando futuras parcerias na área.

Apresentação da palestra Biodiesel - Qualidade Total Assegurada: da Produção até a Queima, integrando a edição 2014 do workshop Biodiesel: Obtenção e Análise de Qualidade (BOA), organizado pelo Instituto de Química e pela Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Participação na liderança do programa de cooperação bilateral com a Associação Columbia Global Center, dos EUA. A cooperação consiste no desenvolvimento tecnológico de reformadores compactos para geração de hidrogênio a partir da reforma do etanol. Voltada para o uso em células a combustível estacionárias, para geração de energia, a pesquisa agrega a experiência do INT no desenvolvimento de catalisadores para etanol com o trabalho da Universidade de Columbia. Essa agregação visa adequar o desenvolvimento de catalisadores de etanol para uso em reformadores compactos que começaram a ser desenvolvidos por aquela Universidade. Usando placas planas paralelas cobertas por catalisadores dos dois lados, esses reformadores compactos otimizam o aproveitamento do calor na reação, diferente dos reatores convencionais tubulares, preenchidos com catalisadores na forma de pastilhas, onde grande parte do calor se perde no ambiente. A tecnologia é mais eficiente, proporcionando menor consumo de combustível e de emissões de gases.

Química Verde

Conforme apontado pelo CGEE, os estudos em curso sobre o tema Química Verde pretendem adequar o país aos novos paradigmas da bioeconomia, estabelecendo uma dinâmica de inovação e competitividade para a indústria brasileira baseada em processos químicos que usam matérias primas renováveis dentro do contexto da química verde.

Química Verde foi o foco de atuação do INT que registrou um dos maiores crescimentos na participação das entregas técnicas novas em 2014. Entre essas entregas deve-se destacar:

Utilização da biomassa da cana-de-açúcar para a produção de hidrogênio biológico, enzimas hemicelulolíticas e carvão;

Catalisadores multifuncionais e a geração da acetona a partir do etanol;

Desenvolvimento de Materiais e de Produtos Aplicáveis aos Setores de Trânsito, Construção Civil, Decoração e Energia Elétrica e de Um Equipamento para Compactar/Triturar EPS em Locais Públicos.

Desenvolvimento do processo de obtenção de Bioácido acético e Produção de butanol via dimerização catalítica do etanol estes 2 projetos visam o desenvolvimento de rotas químicas utilizando etanol como matéria prima para produção de commodities. Esses produtos, butanol e ácido acético, apesar de produzido no Brasil, são importados em grandes quantidades, tornando estratégico o domínio dessas tecnologias verdes, pois possuem diversas aplicações industriais.

Avaliação do carvão obtido de resíduos de cana-de-açúcar como suporte em catalisadores de rutênio para a hidrogenação parcial de benzeno: projeto com foco na produção de cicloexeno via hidrogenação parcial do benzeno, processo de grande interesse industrial como rota para obtenção de intermediários para a síntese de nylon e outros produtos químicos.

Ainda em química verde, merece destaque:

Participação do Seminário ABIQUIM de Tecnologia e Inovação 2014. O objetivo do evento anual da Associação Brasileira de Indústrias Químicas (ABIQUIM) foi, em 2014, a discussão em torno da promoção da inovação tecnológica como fator estratégico para a competitividade do segmento químico. O evento se constitui em uma oportunidade de fortalecer a parceria entre a academia, governo, indústria e seus diversos parceiros e reunir os setores que viabilizam a inovação no país.

Realização do Workshop Planejamento Estratégico Tecnológico do INT: foco de atuação Química Verde (2014-2025). Organizado pelo Comitê de Assessoramento das Demandas Estratégicas de Química Verde (CADE-QV) do INT, o evento analisou perspectivas e estabeleceu diretrizes estratégicas relacionadas ao tema, contando a participação tanto de pesquisadores do Instituto quanto de integrantes de empresas e instituições parceiras. Entre os convidados representantes da

Relatório de Gestão do exercício de 2014

IN TCU 63/2010

DN TCU 134/2013: Anexo I, Anexo II (Parte A e B) e Anexo III

Portaria TCU 90/2014; Portaria CGU 522/2015 e Norma de Execução CGU 1/2015

Braskem, Petrobras, Gas Energy, Oxiten, Rhodia, Solvay Group, Abengoa, Elekeiroz, Siderquímica, BNDES, SQUIRJ, Senai, Finep, UFSCar e UFRJ.

Defesa

A indústria de Produtos de Defesa é uma das mais importantes dentro da estrutura produtiva das economias avançadas e também das grandes economias emergentes, particularmente Rússia, China e Índia. Essa importância é devida tanto ao seu caráter estratégico - decorrente da produção dos equipamentos de defesa do país e, consequentemente, do domínio de tecnologias sensíveis - como dos seus aspectos econômicos, que estão relacionados à geração de exportações, ao elevado valor adicionado e a empregos de alta qualificação.

Diante desta constatação, o INT busca se inserir nos atuais esforços identificados na Estratégia Nacional da Defesa e como destaque em 2014 ressaltamos:

Obtenção de pós de ALON visando aplicações balísticas.

Produção de alumina sinterizada para fins balísticos via otimização microestrutural.

Tecnologias Sociais

A apropriação do conhecimento científico e tecnológico pela sociedade permite, entre outras coisas, a ampliação da cidadania com base em informações robustas, o incremento na renda, por meio da aplicação e utilização de práticas comprovadas e a melhoria da qualidade de vida. No âmbito desse programa prioritário da ENCTI, o INT se insere nas seguintes vertentes principais: inclusão produtiva e social, popularização da C,T&I, e responsabilidade social.

Destaque dos principais resultados alcançados em 2014 no foco estratégico em tecnologias sociais:

Realização do III Seminário da Baixada Fluminense sobre Autismo. A pauta de discussões versou sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular e estratégias educacionais e tecnológicas de suporte ao trabalho pedagógico. Este evento integra o projeto “Gestão Escolar para Escola Inclusiva: metodologias de ensino e objetos pedagógicos como facilitadores do processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência”, destinado a profissionais e estudantes de educação, saúde, tecnologia e demais interessados no tema. Após ser realizado por duas edições em São João de Meriti, o III ocorreu na cidade de Belford Roxo.

Promoção do seminário Autismo: Etiologia, Inclusão e Recursos Tecnológicos. Integrando as atividades do projeto Gestão Escolar para a Escola Inclusiva: metodologias de ensino e objetos pedagógicos como facilitadores do processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência, o evento marcou a comemoração da Semana Mundial da Conscientização do Autismo com o intercâmbio científico de profissionais de diversas áreas voltados para a inclusão da pessoa com autismo.

Graduação da empresa Snap Studio Computação Gráfica, incubada no INT e início da incubação de 3 empresas: Cogumelo Softworks, M W Desenvolvimento de Sistemas e Movimento Uniforme.

Aplicação da tecnologia de obtenção de imagens 3D para desvendar segredos de múmias do Egito Antigo, adquiridas em 1826, por D. Pedro II, pertencentes ao Museu Nacional da UFRJ. Trata-se da maior coleção da América Latina. Mesmo em coleções fora do Brasil, é muito raro encontrar uma múmia com o sarcófago fechado e preservado. A tecnologia desenvolvida pelo Laboratório de Modelos Tridimensionais do INT permite que os historiadores possam pesquisar as relíquias fechadas e obter conclusões preservando o corpo. Até recentemente era comum desenfaixar as múmias que, após as pesquisas, muitas vezes tinham seu corpo destruído. Este trabalho foi tema do Jornal Hoje da TV Globo em 29 de setembro de 2014.

Inauguração da Biblioteca Comunitária da Prainha na região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Com o apoio institucional da Associação de Amigos da Escola Padre Francisco da Mota e Colégio Sonja Kill (AME), do Observatório do Valongo/UFRJ, do INT, do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e dos projetos “Ver Ciência e Viajantes do Território”, a iniciativa foi viabilizada com recursos do Prêmio Porto Maravilha Cultural 2013, promovido pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) e Prefeitura da Cidade do Rio. O objetivo da biblioteca é fomentar a leitura na região, também servindo à exibição de filmes/vídeos e à realização de oficinas. Além de promover a cultura local, a biblioteca também visa disseminar e debater temas ligados a ciência, tecnologia e meio ambiente.

Lançamento da Rede Ibero-Americana de Desenvolvimento Sustentável da Indústria Cerâmica no 43º Encontro Nacional da Indústria de Cerâmica Vermelha, em Belém - PA. Financiada pelo Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED), a Rede integra universidades, centros de pesquisas e entidades empresariais, reunindo inicialmente nove países, entre eles o Brasil, representado pela Associação Nacional da Indústria de Cerâmica Vermelha (Anicer) e pelo INT, que são também sócios formais da nova entidade. A Rede visa promover oportunidades de inovação tecnológica e troca de experiências entre os ceramistas de diversas regiões do Brasil e de outros países.

Apresentação de resultados do projeto “Eficiência Energética em Cerâmicas de Pequeno Porte na América Latina para Mitigar a Mudança Climática - Eela”. Promovido pela Agência Suíça de Cooperação e Desenvolvimento (Cosude) e pela organização não-governamental Swisscontact, o projeto Eela é desenvolvido paralelamente na Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, México e Peru, sendo executado no Brasil pelo INT. Com parcerias como a Anicer, associações locais de ceramistas, Sebrae (Nacional/RN/PB), Centro de Produção Industrial Sustentável (Cepis) e Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA), o trabalho já é executado desde 2010, estando na segunda fase e atingindo os estados da região do Seridó, Sul da Bahia, Sergipe e Alagoas. As ações incluem a implementação de modelos tecnológicos eficientes, boas práticas de fabricação e melhoria da qualidade dos produtos.

Desenvolvimento do projeto Cadeira de Rodas Hospitalar, que contou com apoio financeiro da Faperj. O equipamento recebeu um prêmio de inovação na categoria Equipamentos Médicos & Científicos do concurso IDEA Brasil. Duas de suas inovações estão sendo registradas no INPI, através de uma patente PI e uma MU.

Divulgação por meio do Jornal Nacional da TV Globo, de reportagem sobre dois projetos desenvolvidos pelo Laboratório de Ergonomia do INT para auxiliar o dia-a-dia dos idosos em casa, reduzindo problemas posturais e riscos de acidentes. A matéria apresentou a possibilidade de observação, por meio de aparelho celular, de imagens gravadas por uma micro câmera instalada no interior do escâner 3D, no momento em que uma idosa era escaneada no Laboratório.

Obtenção de premiação do trabalho “Ambiente Inovador no Brasil: desafios para o desenvolvimento socioeconômico”, no 8º Congresso da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (Abipti). Além deste, o INT apresentou os seguintes trabalhos: (i) “A Contribuição do INT para Inovação em Tecnologias Assistivas Promovendo o Aumento da Competitividade Nacional”, (ii) “Desafios para o Desenvolvimento Socioeconômico” (iii) “O Brasil Fazendo o Dever de Casa para o Ranking de Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Humano”, (iv) “O Perfil do Pesquisador do Instituto Nacional de Tecnologia - Resultado de uma contribuição aos estudos de inovação tecnológica para competitividade” e (v) “Tecnologia para Inovação: 90 Anos de Contribuição do INT para a Competitividade das Empresas”.

“Desenvolvimento do projeto Mural Eletrônico Acessível”. A segunda versão do equipamento, agora com relevo tátil dinâmico, está sendo desenvolvida entre 2014 e 2015. O equipamento facilita a inclusão de portadores de deficiência visual com o universo da informação, através de soluções de custo acessível para a comunicação em braile e outras linguagens táteis. O projeto recebeu apoio financeiro do CNPq.

“Desenvolvimento do projeto de Cadeira de Rodas de Uso Residencial”. O objetivo deste projeto é aumentar a mobilidade de cadeirantes em espaços reduzidos e minimizar esforços e risco de lesões. Projeto com apoio financeiro do CNPq.

Também merece destaque a participação do INT no workshop Sibratec SisNano: A Nanotecnologia como Plataforma para a Inovação. Representantes das 26 unidades de pesquisa que compõem o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNano) discutiram ações para o setor de Nanotecnologia no Brasil. Organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Setec) do MCTI, o workshop marca o início de uma articulação entre o Sisnano e o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec). O INT apresentou ações desenvolvidas pelo Centro de Caracterização em Nanotecnologia (Cenano). O Cenano agrega pesquisas e serviços das áreas de Catálise e Processos Químicos, Corrosão e Degradação, Processamento e Caracterização de Materiais e Produtos do INT.

Relacionamos a seguir os principais resultados ligados a informação e prospecção tecnológica:

Lançamento, em outubro, da revista periódica eletrônica INOVATIVA, com conteúdo informativo sobre a Inovação gerada a partir do INT. Divulgação dos informativos periódicos “on line” “Alerta Bibliográfico”, cujo conteúdo é formado pelas publicações incorporadas no acervo da Biblioteca do INT, disponíveis para consulta e/ou empréstimo e, do “Alerta de Estudos Prospectivos em Temas Estratégicos” constituído pela disponibilização dos resultados da prospecção tecnológica gerada no INT e nas diversas partes do mundo.

Divulgação do informativo periódico “on line” “Alerta Bibliográfico”, cujo conteúdo é formado pelas publicações incorporadas no acervo da Biblioteca do INT, disponíveis para consulta e/ou empréstimo.

Divulgação do periódico “on line” “Alerta de Estudos Prospectivos em Temas Estratégicos” constituído pela disponibilização dos resultados da prospecção tecnológica gerada no INT e nas diversas partes do mundo.

Publicação do Plano de Comunicação do INT, disponível na Intranet. A demanda por este planejamento surgiu durante as últimas edições da Reunião Anual de Avaliação de Resultados (RAAR), sendo incorporada pelo Programa Gestão da Estratégia. A elaboração do Plano tornou-se, então, uma iniciativa do nosso Mapa Corporativo, inserida no objetivo estratégico “Ampliar a comunicação das atividades e avanços tecnológicos obtidos pelo INT na mídia em geral / Melhorar a exposição e a visibilidade do INT em veículos de grande circulação e/ou audiência.”

Participação, em setembro, no VII Encontro Acadêmico de Propriedade Industrial, Inovação e Desenvolvimento (Enapid), realizado pela Academia do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI/MDIC), em Salvador (BA), simultaneamente ao IV Congresso Brasileiro de Prospecção Tecnológica (ProspeCT&I 2014), da Rede NIT-NE. Foram apresentados os trabalhos “A importância de construir vantagem competitiva a partir da dotação de recursos naturais: o caso do café no Brasil” e “A dificuldade de pavimentar o caminho para a inovação tecnológica no Brasil: O retrato dos rankings, alguns indicadores e obstáculos à sua sustentabilidade”. Este último foi premiado como melhor trabalho da sessão Ambiente de Inovação, que contou com outras 12

apresentações. O artigo correspondente também será divulgado na Revista Cadernos de Prospecção, publicação importante e indexada da área.

UJ Consolidada CETENE

O CETENE possui uma trajetória cuja consolidação reforça o papel de articulador de projetos de pesquisa e desenvolvimento com diferentes atores da sociedade, utilizando-se para tal de diversos arranjos institucionais. Todos os esforços são aplicados com vistas à execução das políticas do MCTI tendo como principal beneficiária a sociedade nordestina.

No tocante à Área de Nanotecnologia, o CETENE atua na disponibilização para multiusuários de sua infraestrutura laboratorial. A comunidade acadêmica e científica usufrui das instalações laboratoriais, reduzindo a necessidade de replicar a mesma capacidade instalada por vários pontos do NE. Essa atividade multiusuários possibilitou a participação do Sistema Nacional de Nanotecnologia (SisNano) com uma proposta que congrega universidades de diferentes estados da região. Esta iniciativa traduz o reconhecimento do importante papel regional de articulação de redes do Centro.

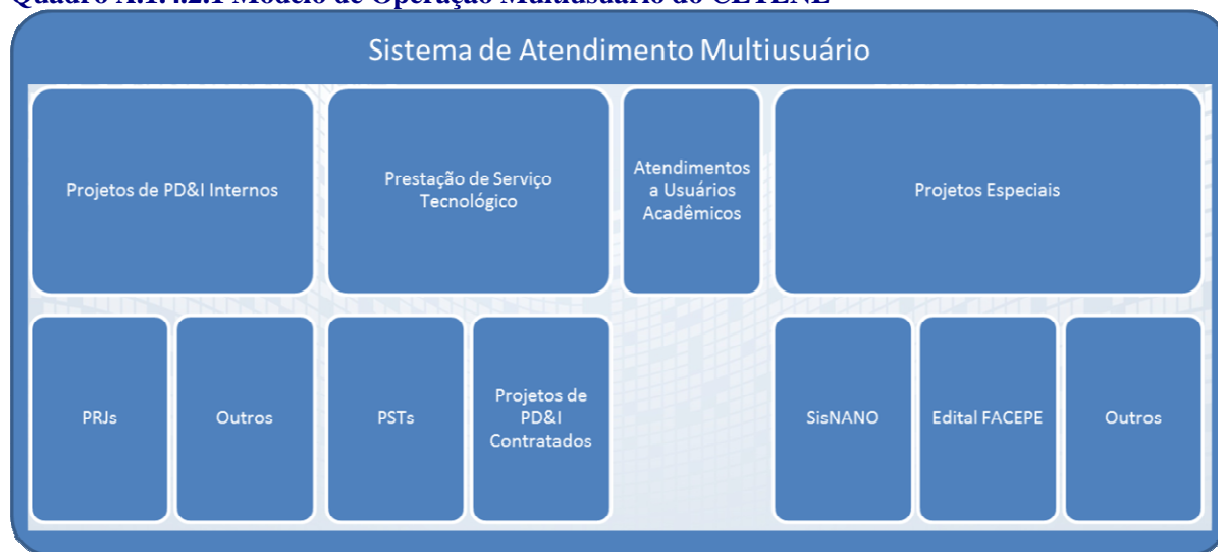
O esforço na consolidação da sustentabilidade ambiental por meio do desenvolvimento de pesquisas em biotecnologia resultou, no período, na prorrogação de 04 projetos internos de biotecnologia verde voltados para a realização de P&D de tecnologias para algumas espécies vegetais. Também foi reformulada, no período, a infraestrutura da Central Analítica onde os bioprocessos são levados a cabo.

Os principais objetivos estratégicos do período foram à continuidade do programa de biotecnologia verde e o estabelecimento de cooperação com entidades privadas, ampliando pesquisas com vegetais, no tocante à implantação de experimentos em escala-piloto e negociação dos projetos no âmbito do edital de chamada pública INOVA com vistas à realização de projetos de pesquisa em conjunto com o Centro.

A expectativa é de que a partir de 2015 as parcerias tornem-se mais atrativas e frequentes para os entidades privadas de modo que o compartilhamento de atividades aumente a capacidade do CETENE em executar experimentos de maior escala, e ao mesmo tempo, que na linha da biotecnologia verde recursos adicionais permitam melhoria na estrutura laboratorial e laboral das atividades em andamento.

Como Unidade de Pesquisa do MCTI o Centro opera sob o modelo de inovação aberta, em que toda a infraestrutura faz parte de um Sistema de Atendimento Multiusuário, executando projetos de P,D&I de interesse estratégico institucional; prestando Serviços Tecnológicos para os setores econômicos e atendimento aos usuários acadêmicos no apoio à realização das pesquisas das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs).

Quadro A.1.4.2.1 Modelo de Operação Multiusuário do CETENE



Projetos de PD&I

Nanotecnologia - Nanomateriais

N1 - Avaliação da citotoxicidade de nanomateriais (riscos à saúde e meio ambiente).

N2 - Modificações para nano e bioaplicações.

N3 - Desenvolvimento de Nanomateriais.

Biotecnologia - Verde e Bianca

V1 - Multiplicação de espécies vegetais em larga escala.

V2 - Inoculação de microorganismos promotores de crescimento vegetal.

V3 - Estabelecimento de Protocolos para Diagnose de Fitopatógenos.

V4 - Estabelecimento de Protocolos de Multiplicação in vitro.

B1 - Otimização e integração de processos para a produção de bioprodutos de primeira e segunda geração em escala laboratorial e industrial.

B2 - Desenvolvimento e validação de métodos analíticos para purificação, identificação e quantificação de metabólitos de interesse biotecnológico.

B3 - Caracterização do potencial biotecnológico de microorganismos com vistas à produção de compostos de interesse industrial.

Tecnologia da Informação e Comunicação - Sistemas Eletrônicos de Aplicação Específica

T1 - Pesquisa e Desenvolvimento em Visão Computacional.

T2 - Pesquisa e Desenvolvimento de sistemas de Alto Desempenho.

T3 - Desenvolvimento de Sistemas de Aplicação Específica (hardware e software) com RFID para controle de processos.

Gestão de Tecnologia - Inovação Aberta

M1 - Tendências de Tecnologia e de Mercado nas áreas dos Núcleos de Competência.

M2 - Políticas Públicas nas áreas dos Núcleos de Competência.

Os projetos internos de PD&I promovem o desenvolvimento tecnológico na fronteira do conhecimento e para a região Nordeste. Os principais resultados para o ano de 2014 estão apresentados por Núcleo de Competência a seguir.

Nanotecnologia

A atuação do Centro é focada na síntese de Nanomateriais para aplicações em Saúde, Energia, Meio Ambiente e Redes.

Saúde

“Sistemas nanoestruturados para combate à cárie”: promoveu ensaios clínicos que demonstraram, em algumas formulações, a capacidade de erradicar a cárie com uma única aplicação em 67% dos casos, durante o período de 12 meses, por meio de um tratamento que dispensa o uso da broca. Está em fase de patenteamento.

“Materiais à base de silicone para a confecção de próteses faciais”: as próteses estão sendo utilizadas no Hospital de Câncer de Pernambuco, beneficiando mais de 100 pacientes.

“Desenvolvimento e avaliação da biocompatibilidade e citotoxicidade de nanomateriais para bioaplicações”: foram desenvolvidos sistemas nanocarreadores para encapsulamento de siRNA (RNAs de interferência, com função regulatória) para fins de terapia cutânea, com a comprovação da ausência de citotoxicidade desses sistemas frente à linhagem celular de fibroblastos de pele. Também foi implantado um banco de células com o desenvolvimento de protocolos para o cultivo e ensaios de citotoxicidade.

Energia

Nos projetos de síntese de nanoestruturas e nanopartículas para células combustíveis e sistemas fotovoltaicos, obteve-se a síntese de um novo polímero catiônico que forneceu condições satisfatórias para a otimização e aumento na eficiência das células fotovoltaicas e também foram desenvolvidos reatores para a síntese de nanomateriais, que deve contribuir para um pedido de patente em 2015.

Meio Ambiente

“Sistemas Fotoquímicos Nanoestruturados para Monitoramento e remediação de poluição ambiental”, cujo desenvolvimento proporcionou um pedido de patente em 2014 para o tratamento de efluentes emergentes.

Redes

Participação do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO/MCTI e do NANOREG, participa da rede nacional voltada ao estabelecimento de parâmetros técnicos para os aspectos regulatórios em nanotecnologia.

Biotecnologia

O CETENE atua no desenvolvimento de projetos tecnológicos nas áreas de biotecnologia aplicada à agricultura e meio ambiente (denominada Verde) e à indústria e biocombustíveis (denominada Branca). Em ambas, o CETENE dispõe de infraestrutura para a pesquisa em escala Laboratorial e Piloto, que se constituem na Biofábrica (localizada na sede) e na Usina Experimental (no município de Caetés).

Biotechnologia Verde

Os principais resultados foram o estabelecimento e a avaliação comparativa de protocolos de diagnose de cana de açúcar para detecção do raquitismo de soqueira e a conclusão dos projetos de desenvolvimento de protocolos de multiplicação in vitro de sisal e de palma (realizados em parceria com a SECTI da Bahia e o INSA, respectivamente). Os Protocolos e os Procedimentos Padrões relacionados aos mesmos foram devidamente registrados como parte da apropriação intelectual institucional.

O desenvolvimento de protocolos de multiplicação in vitro para espécies de bambu está em execução, tendo sido elaborado um protocolo para coleta de material em campo visando introdução em laboratório. Além desses, estão em desenvolvimento os protocolos de multiplicação in vitro para espécies de arbóreas da Mata Atlântica com o propósito de reflorestamento e da realização de ensaios pós-colheita para ações de caráter socioambiental.

Na escala Piloto de biotecnologia verde, foram revisados os protocolos de multiplicação in vitro de variedades de cana-de-açúcar, apresentando taxas de multiplicação maiores que no campo, com qualidade superior das mudas. Além disso, estão em desenvolvimento pesquisas em fixação biológica de nitrogênio com algumas variedades de cana-de-açúcar.

Biotecnologia Branca

Na escala piloto, foi realizada a simulação e otimização da produção de biodiesel usando álcool proveniente de manipueira (resíduo da mandiocultura). Na escala laboratorial, foi avaliada a produção de compostos de alto valor agregado de 1ª e 2ª gerações, com a comprovação que a suplementação com vinhaça de glicerol residual e de bagaço de cana promove o crescimento de leveduras correlacionadas à produção de biocombustíveis e que linhagens de leveduras industriais brasileiras apresentam níveis maiores de produção de compostos de alto valor agregado (como 1-propanol, isobutanol, álcool amílico activo, álcool isoamílico, 2-fenil-etanol e acetato de etila) do que as linhagens laboratoriais.

Microeletrônica

A área de Sistemas Eletrônicos de Aplicação Específica executa majoritariamente projetos em cooperação com empresas, integrando ferramentas de eletrônica embarcada, reconhecimento de imagens, software e comunicação. O CETENE é uma design house do MCTI e faz parte do programa CI-Brasil.

Em 2014, foi montado um protótipo (BioQuali) em bancada para o monitoramento da qualidade do combustível utilizado em motores à explosão para ser utilizado no Grupo Motor Gerador do CETENE em funcionamento com biodiesel da Usina Experimental de Caetés.

Em parceria com a empresa Serttel, no projeto de desenvolvimento de sistema autônomo de monitoramento em ambientes urbanos, foi desenvolvida uma técnica de reconhecimento de imagens para a contagem de pedestres para Monitoramento e controle de vias públicas. Essa técnica foi embarcada em um software, por meio do projeto Anjo da Rua.

No âmbito dos projetos de desenvolvimento tecnológico utilizando etiquetas de identificação por Rádio-Frequência (RFID) para o controle de processos, está em estágio de teste o software para o controle de processos da Biofábrica, no projeto RFBioGrowing.

Gestão de Tecnologia

O Núcleo de Competência em Gestão de Tecnologia foi estabelecido no ano de 2014, para a consolidação da atuação do CETENE sob a forma de Plataforma de Teste e Experimentação, com pesquisa e implantação de modelos institucionais no contexto da inovação aberta.

Com isso, houve a ampliação do Sistema de Atendimento Multiusuário para a Biotecnologia, implantado para Nanotecnologia desde 2010. Institucionalmente, foram estabelecidos dois mecanismos para facilitar a formalização das interações com os usuários externos: o Programa CETENE-INOVA e o Edital FACEPE 13/2014, descritos a seguir.

Para agilizar a formalização das interações, foi instituído o Programa CETENE-INOVA, cujo cerne principal é selecionar projetos tecnológicos apresentados por pessoas jurídicas – empresas públicas e privadas, centros de pesquisa, associações sem fins lucrativos, organizações da sociedade civil de

interesse público, fundações públicas e privadas e demais instituições congêneres – que tenham por objetivo o desenvolvimento de pesquisas científicas que envolvam processos de inovação ou transferência de tecnologias, em conformidade linhas de atuação do CETENE.

A implantação do Programa CETENE-INOVA foi efetivada por meio do Edital de Chamamento Público Nº 001/2014, publicado no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2014. Os potenciais parceiros interessados no desenvolvimento de projetos tecnológicos com o CETENE podem apresentar uma Carta Consulta, contendo o Plano de Trabalho correspondente, que, sendo aprovada na avaliação, segue para a contratação por meio de um Acordo de Parceria Técnica e Proteção dos Direitos e Propriedade Intelectual. Dessa forma, é assegurada a transparência e a celeridade no processo de formalização das parcerias, em especial com as empresas interessadas em desenvolvimento de projetos tecnológicos com o CETENE. Em 2014, três empresas submeteram propostas ao Edital: Usina Olho D'Água, Usina Serra Grande e Biogene.

Sob a perspectiva da atuação regional do CETENE junto às Instituições Científicas e Tecnológicas, foi estruturado, em parceria com a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, o Edital FACEPE 13/2014 de Apoio à Interação de Pesquisa entre o CETENE e Pesquisadores da Região Nordeste. O Edital tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de propostas para concessão de quotas de bolsas de estudo e pesquisa a projetos relacionados ao CETENE. Com isso, os pesquisadores de fora da Região Metropolitana do Recife são apoiados, por meio de bolsas de curta duração, na mobilidade para realizar as análises das suas pesquisas utilizando a infraestrutura do CETENE. No âmbito do projeto de intercâmbio científico-tecnológico, por meio da parceria com a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), foi estabelecido um Edital que, em sua primeira rodada (no total de três), teve 17 projetos aprovados, correspondendo a 29 bolsas, distribuídas pelos estados no Nordeste.

Serviços Tecnológicos Prestados

Em 2014, foram executados Serviços Tecnológicos de análises para 06 (seis) empresas e 01 (uma) Organização de Pesquisa Tecnológica. Os setores atendidos foram:

- . Metalurgia
- . Fabricação de Artefatos de Gesso
- . Fabricação de Materiais Elétricos
- . Fabricação de Embalagens de Material Plástico
- . Fabricação de Produtos de Limpeza
- . Fabricação de Produtos Fermoquímicos

Dentre os Projetos de PD&I contratados por empresas, foi encerrado 01 (um) e iniciado 01 (um) na área de Biotecnologia Verde e foi dada continuidade a 01 (um) projeto de desenvolvimento tecnológico em TIC – Sistemas Eletrônicos de Aplicação Específica.

Atendimentos Multiusuários Realizados - Análises

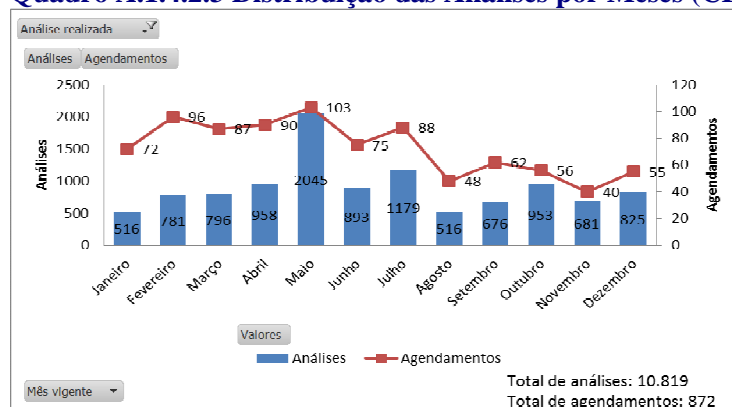
O Sistema de Atendimento Multiusuário do CETENE tem aproximadamente 450 pesquisadores de ICTs cadastrados como usuários, situados em 19 estados. Opera desde 2008, totalizando aproximadamente 35.000 análises realizadas e 90 prestações de serviços para empresas.

Durante o ano de 2014, foi concluído o projeto para caracterização de oleaginosas que originou uma infraestrutura de atendimento multiusuário, com a realização de quase 5.000 análises no ano. O Quadro a seguir apresenta os indicadores do Sistema para 2014.

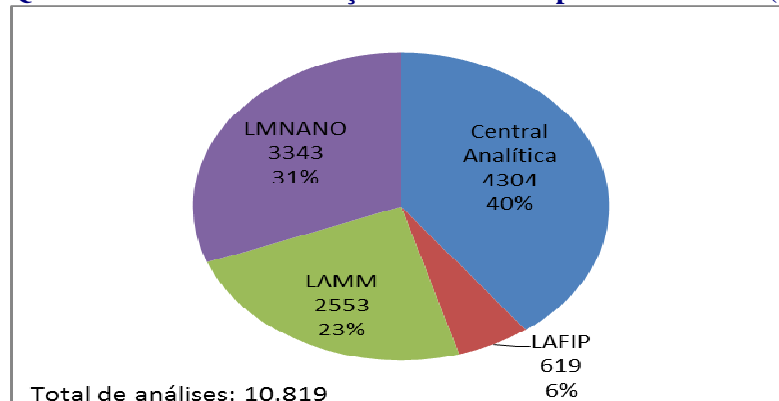
Quadro A.1.4.2.2 Indicadores do Sistema de Atendimento Multiusuários

Indicadores CETENE 2014	Quantidade
Usuários	191
Análises realizadas	10.819
Agendamentos com análises realizadas	872
Estados atendidos	10
Equipamentos registrados com análises realizadas	22

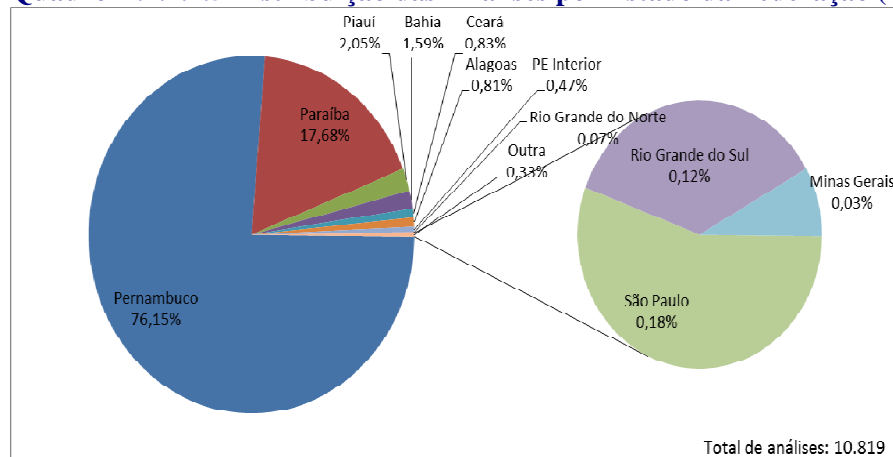
Quadro A.1.4.2.3 Distribuição das Análises por Meses (CETENE)



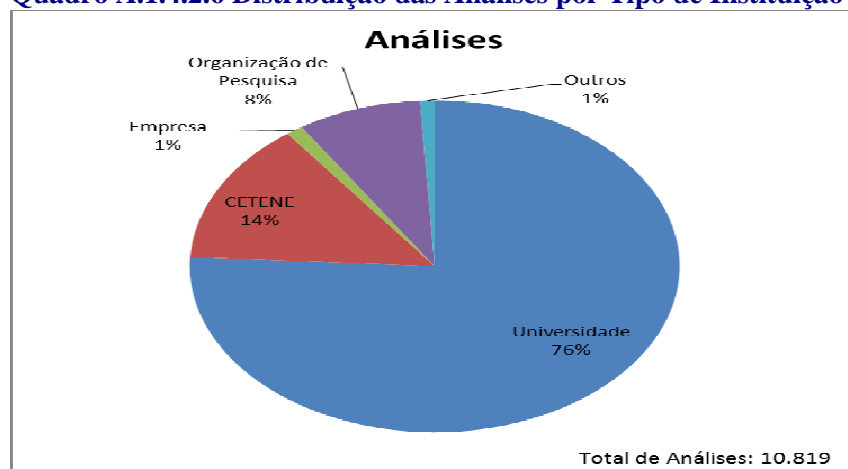
Quadro A.1.4.2.4 Distribuição das Análises por Laboratório (CETENE)



Quadro A.1.4.2.5 Distribuição das Análises por Estado da Federação (CETENE)



Quadro A.1.4.2.6 Distribuição das Análises por Tipo de Instituição (CETENE)



1.4.3 Principais dificuldades para a realização dos objetivos do INT

Falta de Pessoal

O INT vem atuando de forma crescente no desenvolvimento de novos projetos importantes para a Sociedade, cumprindo assim sua Missão, que impactam significativamente sua estrutura interna devido ao aumento das atividades técnicas e de gestão relacionadas aos processos de aquisição de bens e contratação de serviços que exigem força de trabalho condizente com o volume das atividades desenvolvidas.

Em 2014 continuou crescente falta de pessoal em decorrências das aposentações que vem reduzindo continuamente a força de trabalho em todas as áreas do INT. O espaçamento longo entre os concursos públicos com quantidade de vagas adequadas ao preenchimento das lacunas apresentadas pelo afastamento de servidores, não oferece possibilidade de reposição do quadro. No último concurso realizado em 2012 ingressaram 44 servidores quando a necessidade na época era de 100 novos servidores.

A redução constante do quadro de servidores efetivos, em consequência de aposentadorias, afastamentos por licença médica, licenças prêmio acumuladas, cessão para TRE e outras situações, vem comprometendo a plena execução dos processos e a própria gestão do INT.

O Gráfico A.7.1 Evolução da Força de Trabalho Servidores Ativos (2005-2014) da UJ encontra-se no Item 7.1 da parte A do Relatório de Gestão 2014.

Em levantamento realizado em 2013, o quadro da força de trabalho ideal para o INT seria em torno de 400 servidores, com agregação de 100 novos servidores por ano no período de 2013 até 2016, de modo a atender o crescimento das atividades e acomodar as futuras aposentadorias e garantir o bom funcionamento da organização, sendo que em 2014 o INT contou com o ingresso de 44 servidores aprovados nos concursos públicos realizados em 2012 e a saída de 09 servidores por aposentadoria e/ou falecimento.

A sinalização repassada pelo MCTI não prevê novos concursos para 2015, nem a garantia de novas vagas para os anos seguintes. Caso não ocorra uma reversão deste quadro, a situação tende a se agravar muito nos próximos anos, considerando que mais de 50% dos atuais servidores poderão se aposentar até 2016.

Também no CETENE a falta de recursos humanos é uma das principais dificuldades. O fato de ser um Centro de desenvolvimento tecnológico ainda pequeno, em termos de número de pessoas

trabalhando, não reduz os processos burocráticos aos quais todas as rotinas operacionais estão subordinadas. Isto acarreta uma sobrecarga de atividades para os membros das equipes administrativas e laboratoriais, o que, em última instância, repercute na fluidez e velocidade das operações necessárias ao bom andamento do Centro.

O quadro de servidores do CETENE é bastante reduzido, sobretudo na área administrativa do órgão onde trabalham apenas 05 servidores, de um total de 16 servidores, dos quais 05 são cargos de comissão, e 08 trabalham na área tecnológica.

Insegurança jurídica

Este é um tema bastante recorrente nas organizações do MCTI localizadas no Rio de Janeiro, que até o ano de 2008 possuíam em seus quadros, servidores públicos com formação superior em Direito, ou seja, eram servidores que por serem da Instituição conheciam seus processos, suas rotinas e especificidades. Desde o início de 2009, todos os advogados foram requisitados e alocados na Advocacia Geral da União que criou no Rio de Janeiro um Núcleo, atualmente uma Coordenação de Apoio Jurídico denominada, CJU/RJ - Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro, que atende a maioria dos órgãos federais instalados no Estado incluindo também os órgãos das forças militares.

Em função desse volume de trabalho da CJU/RJ, e do número pequeno de advogados disponíveis e somando-se ainda as demandas diferenciadas apresentadas pelo INT, oriundas da natureza da sua atuação, sempre são encontradas dificuldades na tramitação dos processos do INT o que impacta significativamente na ampliação dos prazos, apesar dos esforços empreendidos pela equipe da CJU/RJ. Em 2014 foram enviados 88 processos à CJU para análise jurídica e o tempo médio de resposta foi de aproximadamente 25 dias para análise cada processo, sem contar que, por vezes, aquela Consultoria exige o retorno para reanálise do cumprimento das determinações exaradas no parecer, que demandam prazo igual ou superior ao tempo inicial de análise

Infraestrutura

Em função das restrições físicas ditadas pelas dimensões do terreno em que ocupa, cerca de 6 mil m², o INT ao longo dos 93 anos de sua existência, adotou um modelo de ocupação física verticalizado, sendo que as atuais instalações da sede do INT construídas nas décadas de 1930 e 1970, ocupam 23 mil m² localizados em grande parte num prédio de oito andares.

Tal configuração não se mostra adequada para instalar instituições tecnológicas, que necessitam de manter laboratórios que precisam manipular produtos químicos, muitas vezes explosivos, gases tóxicos, dentre outras, não condizentes com uma ocupação vertical.

Por conta da antiguidade das construções, merece registro a decisão da Administração em gastar parte de seus recursos em 2014 para investir na modernização de suas instalações elétricas e a ampliação dos itens de segurança das instalações prediais. Acreditamos que tais investimentos não deveriam ser absorvidos pelo atual orçamento do INT, mas, não se pode aguardar um tratamento diferenciado pelo MCTI, e, portanto, as instalações elétricas do INT passam por reforma que devem ser concluídas em 2015.

Principais dificuldades para a realização dos objetivos do CETENE

Foram evidenciados os seguintes fatores intervenientes que prejudicaram o desenvolvimento das ações do CETENE, e que, embora não fossem impeditivos da consecução dos processos da Instituição, reduziram bastante o nível de alcance de resultados esperados:

a) Insuficiência de recursos humanos evidenciada na não autorização de vagas do concurso público realizado pelo MCTI para o CETENE, cuja reivindicação estava estimada em 50 servidores. Atualmente o CETENE conta somente com 17 servidores, sendo 05 cargos em comissão.

-
- b) Execução financeira, que apesar das dificuldades apontadas, o CETENE cumpriu as metas propostas e executou cerca de 97% dos recursos provisionados em seu favor.
- c) Regulamentação da Lei de Criação do CETENE, que embora aprovada e publicada, a Lei nº 12.954, de 05/02/2014 (DOU 06/02/2014) carece de no de normativos de regulamentação que determinem atribuição de competências ao CETENE e a inclusão de sua estrutura de cargos comissionados na estrutura do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

No INT, a Governança se orienta na busca da transparência dos atos praticados em relação aos valores e princípios estabelecidos, pelo cumprimento das leis, normas e regulamentos estabelecidos e pela gestão institucional efetiva em práticas que garantem o cumprimento da missão, a continuidade da Instituição e a geração de resultados.

O INT não possui em sua estrutura uma unidade formal de controle interno, por ser uma unidade da Administração Direta. A atividade de avaliação e controle da gestão institucional é exercida por meio de Auditoria executada pela Controladoria Geral da União que realiza o monitoramento dos atos praticados e recomenda ações corretivas e preventivas.

Do ponto de vista da estrutura orgânica, a Portaria MCTI 365, de 22/04/2013 republicada no Diário Oficial da União de 13/09/2013, Seção I, páginas 18 a 22 aprovou o Regimento Interno do INT onde é apresentado o Comitê Técnico Científico – CTC e o Conselho Diretor de Certificação – CDC constituídos por integrantes servidores do INT e membros externos com representatividade dentro da perspectiva de atuação do INT. Essas instâncias têm como atribuições orientar e assessorar o Diretor do INT no planejamento das atividades científicas e tecnológicas e avaliar o atendimento aos seus objetivos estratégicos (CTC) e no planejamento das atividades de validação, avaliação e certificação de produtos e processos (CDC).

Em apoio à estrutura de governança, o INT criou o Comitê Executivo de Tecnologia de Informação – CETI, pelas Portarias INT 075 e 076 de 30/07/2013, objetivando implementar a gestão de TI da UJ com base Portaria/SPOA/MCTI/ 3/2013 que estabelece parâmetro de planejamento, execução e acompanhamento das despesas anuais com TI. Ainda nesse foco, durante o ano de 2014 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação do INT - PDTI.

Em 2014 não houve na UJ Consolidada a instalação de áreas específicas de auditoria, conselhos, comitês de avaliações, etc., tendo em vista de a sua condição jurídica no período ainda estar associada ao Regimento Interno do INT.

2.3 Sistema de Correição

O INT na qualidade de instituição integrante do Poder Executivo, por meio da Divisão de Gestão de Gestão de Pessoas promove ações de gestão de pessoas junto às áreas que procuram para ajudar a dirimir dúvidas ou orientar sobre determinada ação feita por servidor, as quais são realizadas através de reuniões.

O INT possui Código de Ética e Disciplina e o Manual do Servidor onde estão contidas as regras de conduta profissional, com base na Lei 8.112/90. O Código de Ética e Disciplina e o Manual do Servidor estão disponíveis na intranet, sendo entregue uma cópia destes documentos ao servidor quando este entra na instituição, através de evento de Integração Institucional.

A Divisão de Gestão de Gestão de Pessoas ao ser notificada pela Direção ou por servidores em situação que fere o Código de Ética e Disciplina da Instituição e os Deveres do Servidor estatuídos pela Lei 8.112/90 formaliza processo administrativo, cuja análise atende aos requisitos estabelecidos pelo Sistema de Correição da CGU, instruindo-os e encaminhando-os para apreciação da Direção do INT, que indicará a composição dos membros de comissões de sindicância e PAD.

Nos casos em que os processos ensejem avaliação da Comissão de Ética e Disciplina do INT, os mesmos também são instruídos na Divisão de Gestão de Pessoas para apreciação do Diretor que encaminhará àquela Comissão para apreciação e subsidiar a Direção na decisão a ser proferida.

Não ocorreram irregularidades durante o ano de 2014 na execução dos processos finalísticos.

Em 2014 não houve na UJ Consolidada a instalação de sistema interno de correição, tendo em vista de a sua condição jurídica no período ainda estar associada ao Regimento Interno do INT.

Quadro A.2.3.1 Relação dos Processos Instaurados no INT e registrados no Sistema de Correição da CGU

Processo	Tipo	Concluído	Recomendações	Desdobramentos
01240.000001/2014-06	Sindicância Patrimonial	Sim	Abertura PAD para apuração de conduta de servidor.	. Revisão da Política de Utilização de Recursos Computacionais. . Implementação de Manual de Procedimento de Furto e Roubo de Material e Equipamentos Patrimonial.
01240.000412/2014-93	Sindicância Patrimonial	Sim	Sanção disciplinar de advertência a servidor.	. Implementação de Manual de Procedimento de Furto e Roubo de Material e Equipamentos Patrimonial. . Instalação de procedimento de acesso ao Laboratório de Química Analítica. . Recomendação de realizar Termo Administrativo Circunstanciado para repor bem furtado.
01240.000783/2013-94	PAD	Sim	Encaminhamento de servidor para avaliação de sanidade mental.	. Encaminhamento do servidor à Unidade SIASS/Universidade Federal Fluminense para avaliação de sanidade mental. . Recomendar à área de Gestão de Pessoas para apuração de sindicância de rito sumário, antes da abertura de PAD nos casos de inassiduidade habitual.
01240.000788/2013-17	PAD	Sim	Servidor advertido verbalmente e por escrito.	. Recomendar à área de Gestão de Pessoas para apuração de sindicância de rito sumário, antes da abertura de PAD nos casos de inassiduidade habitual.
01240.0001221/2013-68	Sindicância	Sim	Servidor advertido verbalmente e por escrito.	. Servidor não sancionado, tendo em vista as condições atenuantes. . Advertência à chefia imediata de compor solução de conflitos antes de abertura de sindicância, com o acompanhamento e intermediação da área de Gestão de Pessoas.

Fonte: Sistema CGU-PAD e Divisão de Gestão de Pessoas

CGU-PAD

Relatório de Procedimentos Instaurados

01/01/2014 a 31/12/2014

Total de Processos Administrativos Disciplinares: 0

Total de Sindicâncias: 04

Total de Sindicâncias Patrimoniais: 0

Total de Procedimentos: 04

Relatório e Procedimentos Encaminhados para Julgamento

01/01/2014 a 31/12/2014

Total de Processos Administrativos Disciplinares: 02

Total de Sindicâncias: 03

Total de Sindicâncias Patrimoniais: 0

Total de Procedimentos: 05

Relatório e Procedimentos Julgados

01/01/2014 a 31/12/2014

Total de Processos Administrativos Disciplinares: 02

Total de Sindicâncias: 02

Total de Sindicâncias Patrimoniais: 0

Total de Procedimentos: 04

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4.1 Avaliação do Sistema de Controles Internos do INT

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem avaliados	Valores				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem avaliados	Valores				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					

Análise crítica e comentários relevantes:

Ambiente de Controle: Alta Administração percebe como essencial a atividade de controle como forma de garantir que seus atos estejam em conformidade com a legislação que afeta a matéria e com as boas práticas da administração pública.

Avaliação de Risco: Com a adoção pelo INT de um mapa estratégico passamos a dar importância a este elemento – avaliação de risco, com a adoção de algumas práticas que visam identificar, mensurar e propor ações no sentido de mitigar a ocorrência dos mesmos, cabe salientar que no caso de alguns riscos identificados, o INT não tem governança sobre as ações que poderiam reduzi-los. Entretanto, como refletido nas respostas apresentadas acima, a atividade de avaliação de risco encontra-se em estágio de observação e implantação.

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem avaliados: Na avaliação deste elemento o INT entende que possíveis perdas podem ocorrer em função dos processos internos da unidade não terem o mesmo grau de maturidade, dado que algumas mudanças por aposentadoria foram feitas e a força de trabalho demora em absorver as atividades. A informatização com programas e customização apropriadas pode amenizar este aspecto.

Procedimentos de Controle: A falta de uma unidade de controle interno, não cria uma ambiência para o estabelecimento de políticas, procedimentos, etc. Neste caso toda a atividade de controle é distribuída dentro do andamento da atividade (ponto de controle), sem uma supervisão adequada. A supervisão da atividade de controle é desempenhada pela CGU.

Informação e Comunicação: A Alta Administração entende este elemento como fundamental para saber se a atividade de controle é disseminada, entendida e executada como estabelecida. Neste sentido algumas providências foram tomadas para que não existam problemas relativos à falta de informação e comunicação. As ações de controle e procedimentos não percolam na UJ Consolidada (CETENE) com a mesma velocidade devido a sua localização distante da sede.

Monitoramento: No tocante a este elemento o INT ainda não possui mecanismos suficientes e adequados para avaliar o monitoramento de suas atividades de controle interno, de forma sistematizada.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
 (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
 (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
 (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
 (5) **Totalmente válido:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Quadro A.2.4.2 Avaliação do Sistema de Controles Internos do CETENE

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem avaliados	Valores				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5

Elementos do Sistema de Controles Internos a serem avaliados	Valores				
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
22. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
23. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
24. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					
25. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
26. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
27. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
28. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					
Análise crítica e comentários relevantes: Embora se tenha perfeita noção do sistema de controle interno, não há pessoal suficiente para por em prática as ações necessárias.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

O Sistema de Informações ao Cidadão da UJ e sua Consolidada estão disponíveis para atendimento ao público desde junho de 2012.

O SIC está localizado no térreo do prédio sede do INT, na Av. Venezuela, 82. O horário de atendimento é de 9h as 17h, de segunda a sexta-feira, sem interrupção para almoço. O telefone é (21) 21231278.

O Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC) do INT recebe pedidos no endereço www.int.gov.br em 2014 foram atendidos e respondidos 13 pedidos.

Os Servidores responsáveis pelo SIC do INT são: Alberto Oliveira do Nascimento e Jorge Pereira da Silva e, do CETENE é a servidora responsável é Lygia Vilmar Britto.

O CETENE possui o e-mail institucional “fale conosco” por meio do qual, o cidadão pode encaminhar sua reclamação, sugestão, opinião, solicitação, enfim, entrar em contato com a equipe do Centro. Além da disponibilização do “fale conosco”, o CETENE participa do sistema E-SIC, recebendo pedidos no endereço ascom@cetene.gov.br, no âmbito da Lei de Acesso à Informação, tendo respondido todas as solicitações encaminhadas pelos cidadãos.

Vale ressaltar que em 2014 o CETENE realizou ajustes nos procedimentos de atendimento da demanda, especialmente na centralização do canal de recebimento dessas. Também foram implementadas melhorias no sistema de registro dos dados necessários para que as equipes técnicas façam as avaliações do possível atendimento ou não do serviço, além de facilitar o acesso da sociedade demandante ao esclarecimento de dúvidas durante as negociações e/ou execuções dos serviços.

Ouvidoria do INT

A implantação da Ouvidoria da UJ foi criada pela Portaria INT 16, de 27/03/2002 e tem o servidor Jorge Pereira da Silva como Ouvidor.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do INT pode ser acessada no menu principal da página do INT. O usuário tem acesso aos serviços prestados, incluindo, ensaios, certificação de produtos, avaliação tecnológica e desenvolvimento tecnológico. No documento, o cidadão também encontra os canais de acesso à Instituição, horários, prazos e compromissos de atendimento. Para cada serviço, há uma explicação geral e também links para informações mais detalhadas sobre especificações técnicas de cada ensaio realizado, regulamentações específicas e outros documentos que possam lhe interessar. A publicação cumpre o estabelecido no Decreto 6.932/2009, que reforça a diretriz do Governo Federal de ampliar a transparência, a qualidade do atendimento e facilitar o acesso às atividades desenvolvidas pelos órgãos públicos para a Sociedade.

A Carta de Serviços ao Cidadão do INT também pode ser acessada na página do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos seguintes caminhos:

- a) [www.planejamento.gov.br/Gestão Pública\Programas e Projetos de Gestão\Gespública\Biblioteca\Cartas de Serviços das Organizações](http://www.planejamento.gov.br/Gestao%20P%C3%B9blica/Programas%20e%20Projetos%20de%20Gestao/Gespublica/Biblioteca/Cartas%20de%20Servi%C3%A7os%20das%20Organiza%C3%A7%C3%B5es).
- b) [www.gespublica.gov.br/Biblioteca\Cartas de Serviços das Organizações](http://www.gespublica.gov.br/Biblioteca/Cartas%20de%20Servi%C3%A7os%20das%20Organiza%C3%A7%C3%B5es).

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

Ao Setor de Serviços Técnicos Especializados compete monitorar o nível de satisfação do usuário relativo ao serviço prestado (Regimento Interno do INT, artigo 30, inciso IV).

Para realizá-lo, o Setor envia para cada cliente, em conjunto com o Relatório de Ensaio ou Relatório Técnico, o Questionário de Avaliação de Serviços e Reclamações. Até abril de 2014, os seguintes itens constavam da avaliação: prestação e cordialidade no atendimento; preço compatível com o serviço executado; facilidade para obtenção de informações sobre o andamento do serviço; cumprimento do prazo estabelecido e, clareza das informações. O Questionário foi revisado, sendo atualmente avaliados os seguintes itens: Serviço; Qualidade e Clareza; Presteza e Cordialidade e, Informações e Prazo.

Após o envio, aguarda-se o preenchimento e retorno dos questionários, realizado pelos clientes, para que os dados constantes dos mesmos sejam tabulados e analisados internamente.

A Carta de Serviços ao Cidadão do INT, aprovada em junho de 2014, possibilita a avaliação dos serviços oferecidos.

O procedimento para avaliação da Satisfação dos Clientes e do Atendimento ao Cidadão será revisado em 2015, com a criação de formulários específicos.

O resultado das avaliações sobre os serviços realizados é compilado anualmente pelo Setor em conjunto com a Divisão de Gestão da Qualidade. Abaixo, têm-se os dados dos últimos 03 (três) anos:

Quadro A. 3.3.1 Avaliação da Satisfação do Cliente e do Atendimento ao Cidadão em 2012 (INT)

Entregues	298				
Devolvidos	20				
Não Devolvidos	278				
Critérios	Atendimento	Preço	Informações	Prazo	Clareza
Supera	18	7	9	6	11
Atende	2	12	10	14	9
Não Atende	0	1	1	0	0
Total	20	20	20	20	20

Quadro A. 3.3.2 Avaliação da Satisfação do Cliente e do Atendimento ao Cidadão em 2013 (INT)

Entregues	238				
Devolvidos	19				
Não Devolvidos	219				
Critérios	Atendimento	Preço	Informações	Prazo	Clareza
Supera	15	8	11	12	12
Atende	4	9	8	7	4
Não Atende	0	2	0	0	1
Total	19	19	19	19	17

Quadro A. 3.3.3 Avaliação da Satisfação do Cliente e do Atendimento ao Cidadão no período janeiro-abril 2014 (INT)

Entregues	205
Devolvidos	19
Não Devolvidos	186

Critérios	Atendimento	Preço	Informações	Prazo	Clareza
Supera					
Atende					
Não Atende					
Total					

O Questionário de Avaliações de Serviços e Reclamações sofreu revisão em abril/2014, de modo que, a partir de maio, as respostas foram alteradas em função da referida revisão dos critérios de avaliação do questionário.

Quadro A. 3.3.4 Avaliação da Satisfação do Cliente e do Atendimento ao Cidadão no período maio-dezembro 2014 (INT)

Entregues	205				
Devolvidos	19				
Não Devolvidos	186				
Resultado	Serviço	Qualidade e Clareza	Presteza e Cordialidade	Informações	Prazo
Supera	4	7	7	6	7
Atende	5	2	2	3	2
Não Atende	0	0	0	0	0
Total	9	9	9	9	9

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

O caminho de acesso no Portal das UJs que contribuem para transparência das gestões são os seguintes:

<http://www.int.gov.br/informacoes-institucionais/processos-de-contas-anuais>.

[http://www.int.gov.br/O que Procura no INT?/Carta de Serviços ao Cidadão](http://www.int.gov.br/O%20que%20Procura%20no%20INT/Carta%20de%20Servi%C3%A7os%20ao%20Cidad%C3%A3o).

[www.planejamento.gov.br/Gestão Pública/Programas e Projetos de Gestão/Gespublica/Biblioteca/Cartas de Serviços das Organizações](http://www.planejamento.gov.br/Gest%C3%A3o%20P%C3%BAblica/Programas%20e%20Projetos%20de%20Gest%C3%A3o/Gespublica/Biblioteca/Cartas%20de%20Servi%C3%A7os%20das%20Organiza%C3%A7%C3%B5es).

[www.gespublica.gov.br/Biblioteca/Cartas de Serviços das Organizações](http://www.gespublica.gov.br/Biblioteca/Cartas%20de%20Servi%C3%A7os%20das%20Organiza%C3%A7%C3%B5es).

<https://www.cetene.gov.br>.

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

O INT vai implementar em 2015 **pesquisa de satisfação** com a finalidade de medir a satisfação do Cidadão, de modo que quando o cliente contatar o instituto será remetido automaticamente à pesquisa.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

O Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia Social do INT, em cumprimento aos normativos: (i) Lei 10.048 de 08/11/2000 (prioriza o atendimento às pessoas que especifica); (ii) Lei 10.098 de 19/12/2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida) e (iii) Decreto 5.296 de 02/12/2004 (regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000), executou as seguintes iniciativas promotoras de inclusão social:

a) Em 2009 o INT adquiriu os equipamentos para portadores de necessidades especiais visuais, por meio do Termo de Parceria ACBR/MCT 13.0020.00/2008, listados no Quadro A.3.6.1

Quadro A.3.6.1 Equipamentos para Portadores de Necessidades Especiais Visuais

Quantidade	Descrição do Equipamento
01	Amplificador Smart Viewer Xtend - Humanware - Serial nº J0811189.
01	Leitor Autônomo Poet Compact - Baum - Serial nº 25787891.
01	Linha Braille Seika 40 - Nippon Telesoft.
02	Teclado Ampliado - Cherry/ Vargian - Serial nº G0000258/ G0000230.
02	Joystick (com botões programáveis) - Logitech.
01	Impressora Braille Index Basic D V3 - Index Braille - Serial nº 37896.
01	Abafador de Impressora Index basic D V3.
01	Leitor Daisy Victor Reader Stream - Humanware - Serial nº 951303002630.
04	Microcomputador Dual Core, Placa Gigabyte GA-G30M-ES2L, 2GB, DDR 800, Gravador DVD LG, Gabinete ATX, Mouse Ópticos Coletex, Windows XP Pro OEM, monitor de LCD 19,5" FLATON - LG - Serial nº 911SPM2R3603/ SPGSR3527/ SPQJ14796/ 910SPUUG9436.
04	Leitor de Texto Windows-Eye - GW Micro.

Fonte: Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia Social

b) instalação, em 2010, no Hall da Portaria do INT, de plataforma elevatória para acesso de cidadãos portadores de necessidades de locomoção especiais.

c) adequação do espaço da Biblioteca, instalada no 4º andar, de modo a permitir o acesso digno e confortável a cidadãos portadores de múltiplas e distintas necessidades especiais.

d) construção de 02 (dois) banheiros no 4º andar para cidadãos portadores de múltiplas e distintas necessidades especiais.

e) instalação de alfabeto braille em todos os painéis dos elevadores.

f) expedição de solicitação formal à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária, quando das obras de pavimentação e soluções urbanísticas, de instalação de rampas de acesso ao prédio e guarda corpo para os cidadãos idosos e todos aqueles que necessitam de cuidados especiais.

g) instalação de rampas nas entradas de veículos para acesso dos cidadãos condutores de veículos e portadores de necessidades de locomoção especiais.

Em 2014 os equipamentos adquiridos foram direcionados à Divisão de Estudos e Avaliação de Produtos e foram agregados as atividades desenvolvidas pela equipe que atua em desenvolvimento de projetos de tecnologia assistiva.

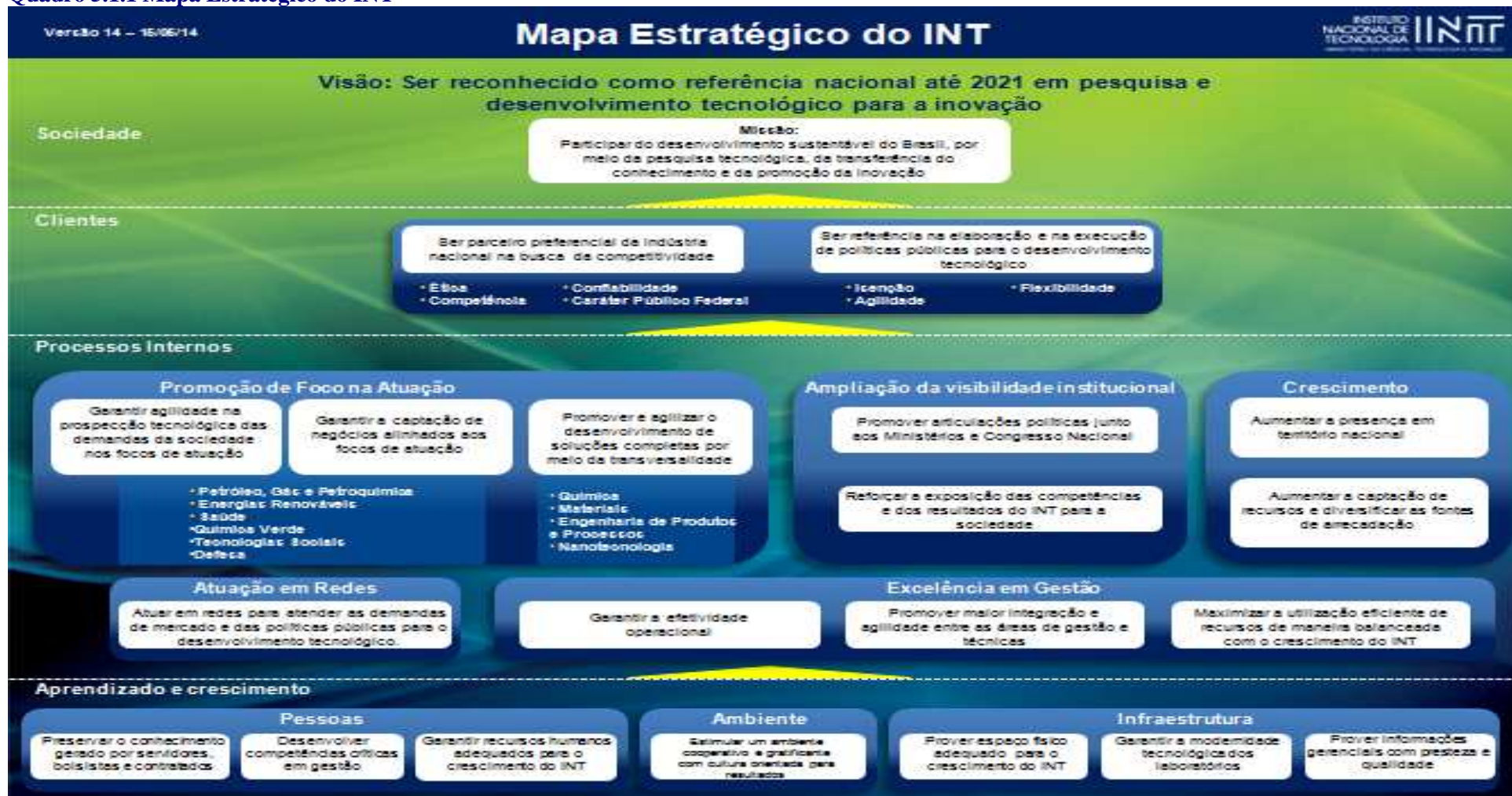
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade

O Mapa Estratégico do INT considera que os principais desafios gerenciais para cumprir sua missão e atingir a visão almejada até 2021 podem ser agrupados em 8 temas estratégicos. Cinco desses temas se referem à melhoria dos Processos Internos: Promoção do Foco de Atuação, Crescimento, Ampliação da visibilidade Institucional, Atuação em redes, Excelência em Gestão. Os três restantes: Ambiente, Pessoas e Infraestrutura englobam as necessidades ou esforços em termos de recursos humanos e físicos para viabilizar essas melhorias, dentro da perspectiva de Aprendizado e Crescimento.

Esses temas foram desmembrados em 18 objetivos estratégicos (desafios) que precisam de ações e iniciativas para seu enfrentamento.

Quadro 5.1.1 Mapa Estratégico do INT



Devido à limitação de recursos financeiros e humanos para fazer face a todos esses desafios, efetuou-se uma priorização. Por meio de dinâmicas aplicadas com 80 participantes, durante a Reunião Anual de Avaliação de Resultados realizada em Novembro de 2013 utilizando-se os critérios Governança X Impacto para o avanço do INT na busca de realização de sua visão foi solicitada a priorização de 8 objetivos. Governança deveria ser entendida como a capacidade ou poder do INT para executar e solucionar com autonomia e Impacto deveria ser entendido como o potencial do objetivo em contribuir, se priorizado, para o avanço no alcance dos resultados almejados no período 2014-2015.

Em uma segunda dinâmica foram solicitadas sugestões de ações para enfrentar esses objetivos. Foram coletadas cerca de 96 sugestões. As sugestões foram classificadas em: ações e iniciativas. Ações seriam sugestões de baixo custo e curto prazo que bastavam de uma decisão política para serem implementadas, enquanto as iniciativas são projetos de médio e longo prazo que envolviam mais elaboração (etapas) e mais recursos.

Após análise das sugestões feitas durante a dinâmica, o comitê estratégico do INT selecionou as que seriam factíveis de serem implementadas ainda em 2014. Como resultado final 19 ações e 13 Iniciativas foram priorizadas.

A seguir descrevemos os resultados relacionados às 13 iniciativas estratégicas, numeradas de 1 a 13 e as 19 ações factíveis, também numeradas de 1 a 19. Foram destacados os avanços observados e as perspectivas para os próximos exercícios.

Objetivo 1 Promover e agilizar o desenvolvimento de soluções completas por meio da transversalidade.

Ações factíveis:

Ação 1 Foi criado no diretório comum da instituição (G:) um banco de dados dos equipamentos e sua disponibilidade na busca do compartilhamento da infraestrutura, visando a transversalidade das divisões técnicas.

Ação 2 Foi criado no diretório comum da instituição (G:) um banco de dados de competências do INT, enfatizando os Projetos e Grupos de Trabalho, suas competências existentes e necessárias, entre os Servidores Ativos em 2014.

Ação 3 Foi estabelecida a divulgação prévia para os chefes de divisões do briefing de reuniões EMBRAPII.

Iniciativa estratégica priorizada:

Iniciativa 1 Promoção da Transversalidade Fase II – Implementação.

Foi apresentado o Relatório do Workshop de Competências Internas – WCI à Diretoria. Foi realizado o acompanhamento de editais de fomento para as áreas técnicas. Divulgação do software Sharing Tech. Implantação do Prêmio Fonseca da Costa para Transversalidade. Formatação do ciclo de treinamento com vistas a mudança de cultura. Como impacto percebido da Iniciativa podemos citar o aumento significativo de entregas técnicas em transversalidade, se comparado com o ano anterior (9% em dez. 2013 (32 / 358) contra 18,64% em dezembro 2014 (54 / 295)).

Objetivo 2 Aumentar a captação de recursos e diversificar as fontes de arrecadação.

Ações factíveis

Ação 4 Estrutura atividade de acompanhamento das oportunidades de fomento de uma forma centralizada a fim de prover informações para as áreas técnicas, por exemplo editais. Foi alocado servidor responsável. Foram divulgados para o INT os editais e convênios realizados no período, a saber: SEBRAE - Chamada para o Cadastro Nacional (SEBRAETEC); (2) Acordo de Parceria com

o Sindipeças; (3) Edital FAPERJ N° 20/2014 - Programa "Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional no Estado do Rio de Janeiro – 2014"; (4) Edital FAPERJ N° 18/2014 - Programa "Treinamento e Capacitação Técnica – 2014".

Ação 5 Atualização do Banco de dados de clientes foi realizada com o saneamento da base de dados em decorrência da exclusão de registros inativos e em duplicidade. Foram gerados e enviados alguns relatórios gerenciais para as Divisões e para a Direção do INT.

Objetivo 3 Garantir agilidade na prospecção tecnológica das demandas da sociedade nos focos de atuação.

Iniciativas estratégicas priorizadas:

Iniciativa 2 Projeto-piloto de planejamento estratégico tecnológico do INT – Química Verde.

Foi realizado o projeto piloto do foco Química Verde, baseado em que: a área de química verde lida com a ciência-base da química transita pela sustentabilidade e é altamente portadora de futuro; alguns de seus princípios, jogam luzes em saberes que o INT têm pleno domínio, notoriedade e reconhecimento. Foi instalado o CADE-QV. Foi definida a metodologia a ser utilizada e contratada a consultoria. Foram realizadas diversas dinâmicas de familiarização e aplicação da metodologia e um Workshop com empresas e parceiros interessados. Comprovou-se que esta é uma prática institucional transversal, exercício que pode incentivar e motivar participantes a pensar fora da caixa. Houve formação das RIT's, definição de um Painel de Especialistas, indicação de Ativos Complementares (IC) e como consequência uma Visão mais integrada de P&D no INT.

Iniciativa 3: Instalação de novo CADE.

Foi definido o tema do novo CADE (Petróleo Gás e Petroquímica). Os resultados alcançados pelo CADE QV, geraram expectativa interna e também externa para o novo CADE.

Validação de uma metodologia de Planejamento Estratégico Tecnológico (PET).

Objetivo 4 Preservar o conhecimento gerado por servidores, bolsistas e contratados.

Ações factíveis

Ação 6 Disponibilização de apresentações realizadas pelos colaboradores do INT (no site)

Os links para acesso no site e na intranet das palestras nacionais e internacionais já foram estruturados e disponibilizados;

Ação 7 Incentivar a elaboração de notas técnicas, relatórios, propostas de projetos com a finalidade de preservar a memória técnica e disseminar conhecimento.

Foram emitidos 4 Alertas da Memória Científica pela SIPT e registrados 32 publicações na Memória Científica do INT no ano de 2014.

Ação 8 Organizar e atualizar do acervo técnico e administrativo (com contratação de consultoria externa).

Foi contratada a prestação de serviços para organizar o arquivo inativo referente à área de pessoal, localizado no Anexo 3. Estão iniciadas a organização, limpeza e possibilidade de recuperação da informação da área de gestão do INT.

Ação 9 Incentivo à proteção do conhecimento

Manutenção e ampliação do acervo de ativos de Propriedade Intelectual; e elaboração e constantes revisões de Procedimentos Operacionais da Qualidade, totalizando 15. Houve 15% de aumento na Proteção intelectual em relação ao ano anterior.

Iniciativas estratégicas priorizadas:

Iniciativa 4 Estruturação de um programa anual de repasse / disseminação de conhecimento.

Foram oferecidos 4 cursos pela DIGQ (3) e DCER (1) com a capacitação de 80 servidores e colaboradores. O número de inscrições de colaboradores foi maior que a de servidores,

principalmente aqueles que estão lotados nas áreas vinculadas ao Sistema de Gestão da Qualidade, como por exemplo, os Laboratórios Acreditados.

Objetivo 5 - Promover a maior integração e agilidade entre as áreas de gestão e técnicas.

Ações factíveis:

Ação 10 Revisão da dinâmica da Reunião Gerencial.

Foi proposta a viabilidade de alteração da dinâmica da reunião, foi definido novo formato, e apresentado e aprovada sua proposta na 3ª RAE de 2014. Espera-se uma maior seleção de assuntos, otimização das reuniões, maior participação dos envolvidos, otimização do tempo.

Ação 11 Promoção na intranet das ações mapeadas de integração social ou técnica do corpo funcional.

Foram realizadas as seguintes ações: construção e disponibilização do Plano de Comunicação, em parceria com consultoria externa; realização de Media Training para a direção, gerentes e corpo técnico; veiculação de notícias pelo INT Comunica; divulgação, pelo veículo INTegração, de eventos, palestras, workshops e outras ações de integração social; ciclo de palestras Terças Tecnológicas; organização ou apoio a eventos, seja para o público externo ou somente para o interno; sistemática de disponibilização das ações das áreas técnicas e de gestão; divulgação para todo o INT do lançamento da versão atualizada do quiz Desafio INT; e foram incrementados os esforços das fontes em repassar as informações para a DCOM.

Ação 12 Intensificar a utilização do espaço de convivência.

Aumento das atividades no âmbito do Programa de Responsabilidade Social: Sexta Cultural de Dança Flamenca, lançamento do livro Atrás do Porto uma Cidade, de Marcelo Schwob, Poesia na Rede, evento de Confraternização com os funcionários da conservação, ensaio aberto Coral INT-Assint. Houve também aumento de usuários em atividades, tais como: jogos de mesas, espaço de leitura, empréstimo de livros, aulas de idioma, reuniões de unidades, confraternização de equipes e entre áreas, ponto de encontro e relax.

Ação 13 Criação de almoxarifado virtual para compartilhamento de reagentes e pequenos equipamentos.

Foi realizada a análise da viabilidade da criação do Almoxarifado Virtual. A solução encontrada, junto à área de Informática (DITI), foi utilizar os instrumentos da casa, com os recursos já existentes(SIGTEC), foi então divulgada por email a sua criação e apresentada no Ciclo de Palestras.

Ação 14 Integração das áreas de gestão por meio de apresentação pelas áreas técnicas de novos projetos com respectiva necessidade de recursos e/ou serviços.

Foi elaborada uma proposta que estabelece a forma como as áreas técnicas exibirão para as áreas de gestão as novas propostas de entregas técnicas, apontando, necessariamente, os possíveis pontos críticos que possam comprometer a sua execução.

Ação 15: Disponibilizar mensalmente informação sobre andamento de processos na intranet.

Visando permitir que as áreas interessadas possam acompanhar o andamento dos seus Pedidos/RCS'S, foi elaborada e aprimorada a Planilha para acompanhamento dos Pedidos/demanda de material; foi disponibilizada na Intranet e apresentada no Ciclo de Palestras. Houve diminuição de contatos das Áreas para obtenção de informações sobre seus pedidos e melhoria na Gestão das Aquisições.

Iniciativa estratégica priorizada:

Iniciativa 5 Integração dos Instrumentos de Gestão do INT.

Foi realizado levantamento dos instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação de resultados utilizados no INT e seus respectivos responsáveis e identificar a interação entre os

mesmos; foi elaborado de um cronograma em nível macro dos instrumentos de gestão utilizados no INT, ressaltando período, prazos e relacionamento entre estes e os produtos gerados por eles (modelo Gantt Chart) ; e foram levantados os procedimentos administrativos utilizados na instituição. Espera-se que quando concluída essa iniciativa contribua para a agilidade dos processos, disseminação de conhecimento, melhoras no relacionamento interpessoal, diminuição do retrabalho, maior publicidade/ transparência aos processos internos. Podendo impactar outros objetivos estratégicos (Objetivo 4: Preservação do Conhecimento, e 7: Redesenho de Processo).

Objetivo 6 Garantir a modernidade tecnológica dos laboratórios.

Ações factíveis:

Ação 16 Organização da demanda de infraestrutura laboratorial.

Foi elaborado um formulário para demanda de infraestrutura, submetido à apreciação da Diretoria.

Iniciativas estratégicas priorizadas:

Iniciativa 6 Organização do processo de manutenção dos equipamentos (patrimoniados ou não) do INT.

Foram realizadas reuniões com o Grupo Manutenção de Equipamentos e chegou-se a uma lista dos equipamentos por categorias de equipamentos; foram selecionados dois grupos de equipamentos para ainda em 2014 iniciar o processo de contratação, num valor de até R\$ 20.000,00. Houve mobilização de diferentes segmentos da Instituição para as questões relativas à manutenção de equipamentos e organização das demandas de infraestrutura.

Iniciativa 7 Adequação do espaço físico dos laboratórios do INT.

Foi definido com a Divisão de Desenho Industrial (DvDI) que os laboratórios do INT que estiverem interessados na melhoria de seu espaço físico, com base em levantamentos ergonômicos, deveriam prever em seus projetos de reforma, a contratação de um técnico com perfil previamente acordado com a DvDI.

Objetivo 7 Garantir a efetividade operacional.

Iniciativa estratégica priorizada:

Iniciativa 8 Redesenho de processos: Gestão de Pessoas e Suprimentos.

Foram realizados os “TO BE” das áreas de Suprimentos e Recursos Humanos. Houve pequenos ganhos já estabelecidos pelas áreas que tiveram seus processos “redesenhados”.

Objetivo 8 Prover informações gerenciais com presteza e qualidade.

Iniciativas estratégicas priorizadas:

Iniciativa 9 Implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos.

Foram realizadas as seguintes etapas: processo de seleção de colaboradores (3 consultores UNESCO e 2 colaboradores; metodologia construída: fluxo de processos de GP construído; documentos de gestão padrão construídos; sistema PPM comprado e instalado na rede do INT; 113 reuniões com as equipes dos projetos para treinamento na metodologia; 40 colaboradores treinados nos conceitos básicos de Gerenciamento de Projetos do PMI através dos cursos da ENAP; 7 colaboradores iniciando o curso avançado preparatório para a prova de certificação PMP do PMI com recursos do MCTI; Informações dos projetos padronizadas em documentos e cronogramas em MS Project; Ações de marketing. Foi alcançado um melhor entendimento do Escopo e Riscos entre as partes envolvidas; definidas as diferenças entre o Tempo e Custos antes do planejamento detalhado; enviados convites da EMBRAPPII para apresentação do modelo do Escritório; aumentou o interesse das áreas nos treinamentos oferecidos pelo EGP; alta procura pela consultoria em MS Project.

Iniciativa 10 Melhoramento e difusão da utilização do SIGTEC.

Foram realizadas as seguintes etapas: criação de um formulário para auxiliar no cadastro de projetos e serviços, facilitando sua inclusão no banco de dados; atualização e configuração da ferramenta de registro de pregão e de empenho; reativação e reformulação da ferramenta “importar RCS” para adequar as necessidades dos usuários; disponibilização da ferramenta “etiquetas” para o atendimento as necessidades da DAPE no controle de processos administrativos e de serviços; melhoria da ferramenta de Gestão de Patrimônio (extração de planilhas de depreciação com conteúdo completo) e da ferramenta de Gestão de Pessoas (aumento dos campos de dados pessoal para atender necessidades da DIGP).

Objetivo 9 Desenvolver competências críticas em gestão.

Iniciativa estratégica priorizada:

Iniciativa 11 Programa de Capacitação em Gestão.

Foi elaborado o levantamento das instituições promotoras dos cursos no Rio: FGV, COPPEAD e IDEMP; foi obtido apoio financeiro do MCTI para execução do treinamento; e definidos a carga horária e os módulos a serem realizados em 2015.

Objetivo 10 Prover espaço físico adequado para o crescimento do INT.

Ações factíveis:

Ação 17 Levantamento de área necessária para crescimento do INT.

Foram realizadas visitas a áreas disponibilizadas pela União e contato com empresas imobiliárias para análise de permuta de espaço. Há expectativa sobre a confirmação da transferência da edificação do IAPETC para o INT. Foi realizado o levantamento das necessidades de áreas para Laboratórios; Escritórios; Plantas piloto; e áreas operacionais.

Como resultado desse levantamento, identificou-se a necessidade de espaço para os próximos 5 e 10 anos, considerando a atuação subdividida em laboratórios, escritórios e as operações. Conclui-se que o INT necessitará de uma ampliação de espaço na ordem de 5.755 m², sendo 76,1% nos próximos 5 anos e 23,9 5 em 10 anos. Deste total, 74,8% estão relacionados à necessidade dos laboratórios das áreas finalísticas do INT e sua operação.

Iniciativa estratégica priorizada:

Iniciativa 12 Gestão e Execução do Plano Diretor do conjunto arquitetônico do INT.

Em 2014 foram aprovados recursos para a Reforma da portaria; Reforço da laje da DCAP; Nova subestação do INT (equipamentos e instalação); Racionalização do layout da sala 701 (DEAP). Foram concluídos: Modernização da portaria; Novo layout da DEAP, com espaço para mais 10 colaboradores e para uma sala de reunião; Envolvimento de todos colaboradores no layout. Espera-se obter a melhora da imagem do INT para visitantes e funcionários com impacto no bem estar geral e benefícios intangíveis para a marca INT.

Objetivo 11 Garantir a captação de negócios alinhados aos focos de atuação do INT.

Ações factíveis

Ação 18 Montagem de calendário de visitas a empresas e de participação em eventos pelas divisões técnicas

A CONE tem avisado às divisões técnicas da programação de visitas técnicas às empresas, bem como de reuniões com entidades de classe, de forma que as reuniões e visitas sejam mais objetivas. A participação efetiva das áreas técnicas nas reuniões (externas ou internas) com as empresas.

Ação 19 Atualização do Filme institucional.

Foi feita a inserção de vídeo no site do INT. Foi disponibilizado no site e na intranet um vídeo produzido pela DCOM (roteiro e texto narrativo) e MCTI (gravação das imagens) sobre a

participação do INT na EMBRAPA. O vídeo “INT – Unidade EMBRAPA”, exibido em reuniões, eventos externos e visitas internas, tem sido uma excelente ferramenta de divulgação do Instituto.

Iniciativa Estratégica priorizada:

Iniciativa 13 Elaboração e implantação de um modelo de negócios para o INT.

Foi contratada a consultoria e elaborados os planos de Negócios e de Marketing do INT. O relatório dos resultados foi entregue no final de outubro, estando em análise por parte da Direção do INT. Essa iniciativa contribuiu para a estruturação da CONE.- Coordenação de Negócios.

Planejamento do CETENE

No CETENE o Planejamento do exercício de 2014 foi efetuado com base na disponibilidade orçamentária e de recursos humanos, considerando-se a competência instalada nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia e microeletrônica.

Embora o quadro de servidores do CETENE seja pequeno, a programação estabelecida para o exercício de 2014 contou com uma força de trabalho que incluiu estagiários, bolsistas, professores colaboradores e com a contratação de serviços especializados.

Foram solicitados recursos orçamentários adicionais ao Ministério, o que viabilizou a implantação de novos módulos na esfera administrativa, e permitiu a execução do projeto de Biotecnologia Verde - Fase II na área tecnológica.

Os principais resultados operacionais encontram-se evidenciados no Item 1 Principais realizações da gestão no exercício.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.3.1 Ações OFSS

Quadro A.5.2.3.1. Ação de responsabilidade do INT - OFSS

Identificação da Ação						
Código		20UN				Tipo: Atividade
Título		Ciência Tecnologia e Inovação no INT				
Iniciativa		Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis				Código: 01OL
Objetivo		Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial				Código: 0494
Programa		Ciência, Tecnologia e Inovação			Código: 2021	Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.771.915	6.771.915	5.671.672	2.247.340	2.242.531	13.260	3.350.090
Execução Física						
Unidade de medida		Montante				
		Previsto		Reprogramado		Realizado
Unidade		109		0		112
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.947.866	1.783.264	148.196	-		Unidade	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Plano Orçamentário (PO): 0001 - Transferência do Conhecimento Tecnológico						
Programa de Trabalho: 19.572.2021.20UN.0001						
Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 064520						
Plano Interno (PI): 20UN0001001						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.729.000	1.729.000	1.218.719	320.479	314.162	6.317	889.788
Execução Física						

Descrição do produto intermediário			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Solução tecnológica gerada			Unidade	22	0	25
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
191.084	189.140	14	-		Unidade	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Plano Orçamentário (PO): 0002 - Promoção da Inovação na Sociedade						
Programa de Trabalho: 19.572.2021.20UN.0001						
Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 064540						
Plano Interno (PI): 20UN0002001						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.064.750	1.064.750	876.461	409.254	402.817	6.436	467.208
Execução Física						
Descrição do produto intermediário			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Registro de Propriedade Obtido			Unidade	22	0	22
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
95.955	95.331	0	-		Unidade	-
Execução Orçamentária e Financeira						
Plano Orçamentário (PO): 0003 - Pesquisa e Desenvolvimento dos Focos de Atuação Estratégica do INT						
Programa de Trabalho: 19.572.2021.20UN.0001						
Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 064550						
Plano Interno (PI): 20UN0003001						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.978.165	3.978.165	3.576.492	1.517.608	1.517.101	507	1.993.094
Execução Física						
Descrição do produto intermediário			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pesquisa tecnológica realizada			Unidade	65	0	65
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.660.827	1.498.793	148.182	-	Unidade	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.5.2.3.1.2 Ação de responsabilidade da UJ Consolidadora - OFSS

Identificação da Ação						
Código	2000					Tipo: Atividade
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	Não há					Código:
Objetivo	Não há					Código:
Programa	Gestão e Manutenção do MCTI				Código: 2106	Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.423.524	6.423.524	6.259.470	4.806.410	4.406.810	0	1.453.060
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.739.493	2.543.453	45.794	-	-	-	

Quadro A.5.2.3.1.3 Ação de responsabilidade do CETENE – OFSS

Identificação da Ação						
Código		2C67				Tipo: Atividade
Título		Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE				
Iniciativa		Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI				Código:0182
Objetivo		Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso				Código: 403
Programa		Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021	Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.084.400	2.084.400	1.716.932	1.072.194	1.072.194	0	644.739
Execução Física						
Unidade de medida		Montante				
		Previsto		Reprogramado		Realizado
Projeto de pesquisa		10		-		08
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.254.845	2.954.990	538.472	-		Unidade	-

Quadro A.5.2.3.1.4 Ação de responsabilidade do CETENE - OFSS

Identificação da Ação						
Código		2000				Tipo: Atividade
Título		Administração da Unidade				
Iniciativa		Não há				Código:
Objetivo		Não há				Código:
Programa		Gestão e Manutenção do MCTI		Código: 2106		Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.977.146	3.977.146	3.977.146	2.944.270	2.939.438	4.832	1.032.876
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.179.533	1.086.359	38.026	-		-	-

Fonte: SIAFI Gerencial.

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 - Restos a Pagar não Processados - OFSS

As ações 4972, 4954 e 4955, não mais previstas na LOA 2014, foram convertidas em POs vinculados à Ação 20UN e tiveram a execução de Restos a Pagar não Processados em valores considerados não representativos, razão pela qual não foram consignados em quadro específico.

5.2.3.5 Análise Situacional

Em 2014, a consignação ao INT na LOA inclui a ação 20UN, 2C67 e 2000. Tanto o crédito como a execução física da ação 20UN é resultado da soma das dotações dos seus 3 Planos Orçamentários. A ação 2C67 não agregou Plano Orçamentário no exercício em questão.

A definição de critérios e metas são feitas pela ocasião da elaboração do PPA que se mantém inalterado pelo período de 4 anos.

Em 2014 como nos anos anteriores a este ciclo de PPA a execução das metas físicas das ações foram apuradas tomando-se como base o quantitativo de projetos desenvolvidos com recursos oriundos dessas ações. Cabe ressaltar que as ações do INT são atividades de caráter contínuo e os recursos disponibilizados são comportam a totalidade do desenvolvimento dos projetos técnicos.

As ações finalísticas 20UN que consolida os 3 planos orçamentários e a ação 2C67 destinam seus recursos orçamentários ao suporte necessário à manutenção da infraestrutura finalística, compreendendo aquisição de equipamentos científicos, reformas e adaptações de laboratórios, serviços de manutenção de equipamentos e instrumentos, aquisição de insumos básicos para o desenvolvimento de projetos técnicos com recursos aportados de diversas fontes públicas e

privadas. O desempenho orçamentário e financeiro dessas ações é avaliado pelo percentual da dotação orçamentária executada.

Os recursos dessas ações permitem dotar o INT de uma estrutura adequada ao atendimento de demandas do mercado na prestação de serviços tecnológicos e apoiar o desenvolvimento de projetos tecnológicos e de inovação, por meio de convênios, contratos, parcerias, cooperações nacionais e internacionais.

Os resultados da ação 20UN impactam diretamente no setor produtivo, na comunidade científica e tecnológica e na sociedade.

As metas físicas da ação 2C67 no tocante à realização e apoio à pesquisa científica e tecnológica, está alinhadas infraestrutura disponível para multiuso e impacta a toda comunidade científica e tecnológica, sobretudo do nordeste brasileiro.

Os recursos orçamentários e financeiros da ação 2000 destinam-se à manutenção, infraestrutura e logística, serviços de TI, contratos de serviços continuados e não continuados, reforma e adaptações prediais, aquisição de insumos administrativos, bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da instituição.

O desempenho orçamentário é medido pelo percentual de execução orçamentária atrelado aos processos de aquisição oriundos do planejamento operacional anual.

A razão da inscrição em restos a pagar do montante da dotação da LOA em 2014 foi, principalmente, a inesperada suspensão pelo órgão superior, em novembro de 2014, de emissão de empenho. Muitos processos que se encontravam em etapas não finalizadas dos certames licitatórios não puderam ser concluídos e os empenhos forçosamente tiveram que ser inscritos em restos a pagar ao final do exercício, quando o governo revogou a suspensão nos últimos dias de 2014.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Avaliação do desempenho do INT

O Termo de Compromisso de Gestão firmado entre o MCTI e o INT anualmente para monitoramento e avaliação de desempenho inclui um quadro com indicadores físico e operacionais e de inclusão social(10), administrativo financeiros (3) e de recursos humanos (3). Em 2014 apenas dois indicadores dos dezesseis apresentaram resultado inferior ao pactuado, o que conferiu ao INT a pontuação 9,31 (em 10). Quanto à discrepância entre a meta pactuada (índice previsto) e o resultado medido (índice observado), dois indicadores apresentaram resultados acima do pactuado e um abaixo. Seguem as avaliações desses indicadores.

Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional (PPACI) – foram formalizadas 10 cooperações internacionais a mais do que o previsto devido ao incentivo que o MCTI tem dado ao estabelecimento de cooperações internacionais de suas ICT's;

Relação entre Receita Própria e OCC (RRP) – a receita própria teve um incremento devido à execução/conclusão dos convênios firmados em anos anteriores e aos aportes relacionados à EMBRAPII.

Índice Investimentos em Capacitação e Treinamento (ICT) – não foi possível cumprir o índice previsto de capacitação e treinamento em função da demanda de trabalho de 2014 e consequente indisponibilidade dos servidores para esta atividade.

Indicadores de Desempenho do INT

Quadro A.5.4.1 Indicadores de Desempenho do INT

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Físicos e Operacionais					
IGPUB – Índice Geral de Publicações	1,06	0,70	0,74	semestral	IGPUB = NGPB (Nº de publicações por técnico, com duas casas decimais) / TNSE (Σ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCTI completados ou a completar na vigência do TCG)
PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	18	15	26	semestral	PPACI = NPPACI NPPACI = Nº de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano
PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	140	150	143	semestral	PPACN = NPPACN NPPACN = Nº de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano.
IPIn – Índice de Propriedade Intelectual[1]	0,20	0,04	0,09	semestral	IPIn = NP (Nº de pedidos de patente por técnico, com duas casas decimais) / TNSE
IIA - Índice de impacto da atuação do INT	80	70	83,7	semestral	IIA = Número de entregas (projetos de P&D e serviços técnicos especializados) que induzem pelo menos dois impactos para a inovação / total de entregas x 100
IMAR - Percentual de entregas técnicas ligadas aos ministérios e agências reguladoras	14	20	22,37	semestral	IMAR = Número de entregas técnicas ligadas aos Ministérios e Agências Reguladoras / total de entregas técnicas x 100
RFPP - Representação em fóruns de formulação de políticas públicas nos seis focos de atuação	30	30	32,4	semestral	RFPP = Número de Representação em fóruns de formulação de políticas públicas nos seis focos de atuação
ICPC - Índice de cumprimento de prazos	85	90	81,6	semestral	ICPC = CAP (Nº de Contratos e convênios firmados e atendidos no prazo, subtraído o nº de contratos não atendidos no prazo) / NTC (Nº Total de Contratos, subtraído o nº de contratos não atendidos em razão de falha do cliente).x 100
IPR – Índice de entregas técnicas em rede	15	20	17	semestral	IPR = Número de entregas técnicas em rede / total entregas técnicas x 100
Administrativo-financeiros					
APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	37	30	34,91	semestral	APD = [1 - (DM (Σ das Despesas com Manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração

					e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano) / OCC ($OCC = A$ soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150 <u>efetivamente empenhadas e liquidadas no período</u> , não devendo ser computados empenhos e saldos de empenho não liquidados nem dotações não utilizadas ou contingenciadas)] * 100
RRP - Relação entre Receita Própria e OCC	214	150	806,65	semestral	RRP = RPT (Receita Própria Total incluindo a Receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extraorçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa).) / OCC * 100 .
IEO – Índice de Execução Orçamentária	97	100	100,23	semestral	IEO = VOE (\sum dos valores de custeio e capital efetivamente empenhados e liquidados) / OCC_e (Limite de Empenho Autorizado)* 100
Recursos Humanos					
ICT – Índice Investimentos em Capacitação e Treinamento	4,6	4	2	semestral	ICT = ACT (Recursos financeiros Aplicados em Capacitação e Treinamento no ano) / OCC * 100 .
PRB – Participação Relativa de Bolsistas	98	48	60	semestral	PRB = $[NTB / (NTB + NTS)] * 100$ NTB = \sum dos bolsistas (PCI, RD, etc.), no ano. NTS = N° total de servidores em todas as carreiras, no ano.
PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	-	-	-	semestral	PRPT = $[NPT / (NPT + NTS)] * 100$ NPT = \sum do pessoal terceirizado, no ano
Inclusão Social					
PIS - Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social	9	6	7	semestral	PIS – No. Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social

A partir do ano de 2014, O MCTI/SCUP orientou aos CETENE pactuar suas metas, e, portanto, realizar a sua análise de desempenho separadamente do INT tendo em vista a publicação da Lei nº 12.954 de fevereiro/2014 de criação do CETENE como Unidade Pesquisa, o que explica a avaliação de desempenho da UJ Consolidada em destaque a seguir.

Anualmente Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação pactua com o CETENE o Termo de Compromisso de Gestão, do qual constam metas físicas a serem alcançadas pela UJ Consolidada, e cuja execução é conferida ao final de cada exercício. O quadro A.5.4.2 apresenta as metas da atividade finalística do CETENE para 2014.

Indicadores de Desempenho do CETENE

Quadro A.5.4.2 Indicadores de Desempenho do CETENE

Físicos e Operacionais	Unidade	Valor	Divisor	Previsto 2014	Realizado 2014	Cumprimento
IGPUB - Índice Geral de Publicações	NGPB/TNSE	27	66	0,21	0,41	195%
PPACI - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	NPPCI	00	01	00	01	100%
PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional	NPPCN	03	01	08	14	175%
PcTD - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidas	NPTD/TNSE	50	66	0,227	0,76	334%
ICPC - Índice de Cumprimento de Prazos e Contratos	ICPC=CAP/NTC*100	10	11	75%	91%	121%
IAT - Índice de Atendimento Tecnológico	NRD/TNSE	847	66	1,99	12,83	645%
IPIIn - Índice de Propriedade Intelectual	NP/TNSE	02	66	0,03	0,0303	101%

Avaliação do desempenho do CETENE

As metas físicas no tocante à realização e apoio à pesquisa científica e tecnológica, estão alinhadas à infraestrutura disponível para multiuso por toda a comunidade científica e tecnológica, sobretudo do nordeste brasileiro. O desenvolvimento de processos e técnicas cuja internalização de conhecimento é fundamental para incrementos nas pesquisas dos projetos internos em andamento, bem como para o suporte a novas demandas da sociedade.

A trajetória do CETENE como uma referência tecnológica (unidade de pesquisa do Ministério na região Nordeste) vem sendo construída sobre ações que beneficiam centenas de pesquisadores multiusuários das instalações laboratoriais. São diversas análises realizadas todos os meses nos diversos equipamentos do CETENE, sendo que alguns usuários originam-se dos diferentes estados do Nordeste e às vezes de outras regiões do País.

Colaborações dentro do programa dos laboratórios associados do MCTI permitiram o apoio às atividades do centro de energia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja interação com o CETENE amplia a gama de possibilidades de atendimento às demandas da sociedade. Os esforços também incluem colaborações com outras unidades de pesquisa do MCTI, a exemplo da parceria com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) para fornecimento de mudas de palma, sobretudo, para produtores do estado da Paraíba, utilizando-se as tecnologias *in vitro* e *ex vitro* disponíveis no CETENE.

Dentro do programa SisNano, as colaborações foram estabelecidas com as universidades da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, reforçando ainda mais o papel articulador que o CETENE possui.

Dezenas de processos e técnicas, publicação de artigos científicos, realização de cursos, atendimento de visitas, participação em eventos, dentre outras ações são anualmente realizadas com vistas ao aumento da internalização do conhecimento científico e tecnológico para que os projetos internos de pesquisa e desenvolvimento possam gerar conhecimento e tecnologias promissoras para usos no setor produtivo, governamental ou terceiro setor.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das Despesas

6.1.1 Programação das Despesas

Quadro A.6.1.1 Programação de Despesas (Consolidado)

Unidade Orçamentária: MCTI			Código UO: 24101		UGO: 24102	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 Pessoal e Encargos Sociais	2 Juros e Encargos da Dívida	3 Outras Despesas Correntes	
Dotação Inicial			0	0	15.505.995	
Créditos	Suplementares		0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	
	Créditos Cancelados		0	0	-30.000	
Outras Operações			0	0		
Dotação final 2014 (A)			0	0	15.475.995	
Dotação final 2013(B)			0	0	15.505.995	
Variação (A/B-1)*100			0	0	-0,19	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 Reserva de Contingência
			4 Investimentos	5 Inversões Financeiras	6 Amortização da Dívida	
Dotação Inicial			3.751.000	0	0	0
Créditos	Suplementares		0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0
Dotação final 2014 (A)			3.751.000	0	0	0
Dotação final 2013(B)			3.751.000	0	0	0
Variação (A/B-1)*100			0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.1.1 Análise Crítica

O orçamento anual consolidado no período foi mantido no mesmo patamar do exercício financeiro de 2013. O acréscimo apresentado em ambos os exercícios decorrem de descentralizações com finalidades específicas, mediante propostas e planos de trabalho apresentados ao órgão superior, por meio de Termo de Execução Descentralizada com o propósito complementar os recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento da UJ. O decréscimo ocorrido entre os exercícios em questão decorrem do crédito cancelado na UG 240137.

A UJ vem encontrando dificuldade nos últimos anos em obter aprovação de solicitações de créditos do orçamento da receita (fonte 150) de superávit financeiro, decorrentes de receitas arrecadadas por prestação de serviços tecnológico acumuladas nos últimos 5 anos.

Em 2014 o crédito solicitado foi apresentado, contudo não houve aprovação do limite de empenho do valor correspondente que inviabilizou a utilização daquela receita.

Outra dificuldade encontrada relaciona-se à execução do orçamento aprovado e liberado devido ao recolhimento do saldo orçamentário existente em 24/11/2014, por determinação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do MCTI, pelo Memo 678/SPOA, de 03/10/2014, que fixou prazo para utilização do limite de empenho no exercício em 21/11/2014, quando os processos de licitação ainda estavam em curso.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.6.1.2.1.1 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (INT)

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 Pessoal e Encargos Sociais	2 Juros e Encargos da Dívida	3 Outras Despesas Correntes
Concedidos	240104	240133	19.572.2021.20UN.0001	0	0	8.000
	240104	24120	19.572.2021.20UN.0001	0	0	25.0555
Recebidos	240133	240104	19.122.2106.2000.0001	0	0	49.000
	240113	240104	19.571.2021.20V7.0001	0	0	92.000
	240113	240104	19.571.2021.20V7.0001	0	0	21.000
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 Investimentos	5 Inversões Financeiras	6 Amortização da Dívida
Concedidos	240104	24120	19.572.2021.20UN.0001	42.587	0	0
Recebidos	240133	240104	19.571.2021.20V7.0001	700.000	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.6.1.2.1.2 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (CETENE)

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 Pessoal e Encargos Sociais	2 Juros e Encargos da Dívida	3 Outras Despesas Correntes
Concedidos	240137	113209	19.122.2106.2000.0001	0	0	812.917
Recebidos	-	-	-	0		0
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 Investimentos	5 Inversões Financeiras	6 Amortização da Dívida
Recebidos	-	-0	-	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro A.6.1.2.2.1 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (CETENE)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	240113	240137	19.571.2021.20V7.0001	0	0	150.000
	240119	240137	19.571.2021.20US.0001	0	0	40.270
Recebidos	-	-	-	0	0	0
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	240113	240137	19.571.2021.20V7.0001	25.000	0	0
	240113	240137	19.571.2021.20V7.0001	150.000	0	0
	240119	240137	19.571.2021.20US.0001	6.094	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação Créditos Originários Total

Quadro A.6.1.3.1 Despesas por Modalidade de Contratação Créditos Originários Total (Consolidado)

Unidade Orçamentária: MCTI		Código UO: 24101		UGO: 24102
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga
Ano		2014	2013	2014
2013				
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)		8.063.364	3.281.005	8.052.214
a) Convite				
b) Tomada de Preços		268.849		268.849
c) Concorrência				
d) Pregão		7.794.515	3.281.005	7.783.365
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)		3.561.740	2.900.658	3.470.163
h) Dispensa		1.818.536	2.461.791	1.817.654
i) Inexigibilidade		1.743.204	438.867	1.652.509
3. Regime de Execução Especial		0	0	0
j) Suprimento de Fundos		0		
4. Pagamento de Pessoal (k+l)		443.039	201.357	443.039
k) Pagamento em Folha			51.649	51.649
l) Diárias		175.477	149.708	175.477
5. Outros		257.562	321.413	257.562
6. Total (1+2+3+4+5)		12.058.143	6.704.433	11.965.416

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.6.1.3.2. Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação Créditos Originários (Consolidado)

Unidade Orçamentária: MCTI		Código UO: 24101		UGO: 24102
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
Ano	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.390.317	3.281.005	7.379.168	3.244.801
a) Convite				
b) Tomada de Preços	268.849		268.849	
c) Concorrência				
d) Pregão	7.121.468	3.281.005	7.110.319	3.244.801
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	3.427.857	2.900.658	3.336.279	2.865.131
h) Dispensa	1.684.652	2.461.791	1.683.770	2.457.614
i) Inexigibilidade	1.743.205	438.867	1.652.509	407.517
3. Regime de Execução Especial		0		0
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	252.039	201.357	252.039	196.824
k) Pagamento em Folha		51.649		51.649
l) Diárias	175.477	149.708	175.477	145.175
5. Outros	76.562	321.413	76.562	321.413
6. Total (1+2+3+4+5)	11.070.213	6.704.433	10.967.486	6.628.169

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total

Quadro A.6.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Créditos Originários Total (Consolidado)

Unidade Orçamentária: MCTI			Código UO: 24101				UGO: 24102	
Despesas Correntes								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Ano	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	14.480.037	11.552.322	10.610.317	6.295.553	3.869.719	6.256.770	10.507.590	6.227.996
339039	6.780.575	4.749.412	4.403.594	2.168.228	2.376.980	2.581.184	4.318.960	2.168.228
339037	5.529.944	2.739.787	4.725.334	2.294.971	804.610	1.444.817	4.725.334	2.294.971
339030	1.426.075		756.996		669.080		738.903	
339020		1.100.000				1.100.000		
Demais elementos do grupo	743.443	2.963.123	724.393	1.832.354	19.049	1.130.769	724.393	1.764.797
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Ano	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	3.533.770	1.608.645	1.447.827	350.783	2.211.568	573.078	1.447.827	346.610
449052	2.663.897	1.184.041	1.173.058	241.101	1.490.839	248.155	1.173.058	236.928
449051	450.890	11.787	2.465		448.425	11.787	2.465	
449039	418.983	412.817	272.304	109.682	272.304	313.136	272.304	109.682
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores executados Diretamente pela UJ

Quadro A.6.1.3.4. Despesas executadas diretamente pela UJ Créditos Originários (Consolidado)

Unidade Orçamentária: MCTI			Código UO: 24101				UGO: 24102	
Despesas Correntes								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Ano	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	13.462.964	11.004.664	9.633.075	6.295.553	3.826.892	6.256.770	646.120	3.995.566
3390.39	6.391.153	4.201.754	4.057.001	2.168.228	2.334.153	2.581.184	84.634	1.100.000
3390.37	5.083.294	2.739.787	4.278.685	2.294.971	804.610	1.444.817	0	1.130.769
3390.30	1.426.075		756.996		669.080		18.093	
3390.20		1.100.000				1.100.000		
Demais elementos do grupo	562.442	2.963.123	543.393	1.832.354	19.049	1.130.769	543.393	1.764.797
Despesas de Capital								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Ano	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	3.492.584	1.608.645	1.434.140	350.783	2.058.445	573.078		346.610
4490.52	2.622.711	1.184.041	1.159.371	241.101	1.463.340	248.155	0	236.928
4490.51	450.890	11.787	2.465		448.425	11.787	0	
4490.39	418.983	412.817	272.304	109.682	146.680	313.136	0	109.682
5. Inversões Financeiras								

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.5. Despesas por Modalidade de Contratação Créditos de Movimentação (Consolidado)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
Ano	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0	0	0	0
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	240.134	996.608	240.134	996.608
h) Dispensa	233.660	991.808	233.660	991.808
i) Inexigibilidade	6.474	4.800	6.474	4.800
3. Regime de Execução Especial	0		0	
j) Suprimento de Fundos	0		0	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	45.127	1.586	45.127	1.586
k) Pagamento em Folha	45.127		45.127	
l) Diárias		1.586		1.586
5. Outros	83.161	1276	83.161	1276
6. Total (1+2+3+4+5)	285.261	999.470	285.261	999.470

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.6. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa Créditos de Movimentação (Consolidado)

Despesas Correntes								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Ano	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	57.000		45.127		11.873		45.127	
	57.000		45.127		11.873		45.127	
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	6.292.810	466.486	4.787.807	14.042	1.505.004	450.144	4.703.173	14.042
339039	258.135	423.000	202.440	4.800	55.695	418.200	202.440	4.800
3390.08	81.841		81.841		0		81.841	
3390.36	6.600	33.000	6.600	6.380	0	26.620	6.600	6.380
3191.04		6.600		1.276		5.324		1.276
Demais elementos do grupo	1.320	3.586	1.320	1.586	0	0	1.320	1.586
Despesas de Capital								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Ano	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	824.286	1.006.300	120.534	985.428	703.752	20.872	120.534	985.428
449051	700.000		0		700.000		0	
449052	181.094	1.006.300	31.094	985.428	150.000	20.872	31.094	985.428
5. Inversões Financeiras								

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Em 2014 ocorreu aumento na modalidade de pregão e diminuição da execução por dispensa em relação a 2013. Este fato é explicado pela concentração em 2013 de importações de equipamentos laboratoriais na modalidade de dispensa realizadas âmbito do acordo de cooperação entre as Unidades de Pesquisa do MCTI e o CBPF.

Já em 2014 ocorreu um decréscimo nas importações de equipamentos importados aplicando-se maior investimento na aquisição de equipamentos nacionais na modalidade pregão.

Com relação à modalidade inexigível o acréscimo verificado decorre de despesas realizadas com serviços de fornecimento de energia elétrica no valor de R\$ 1.211.000, 00, apropriado inadvertidamente no artigo 25 da Lei 8.666/1993 e não no inciso 22, do artigo 14 da referida Lei, verificado somente após o encerramento do exercício financeiro de 2014.

Foram empenhados 55,61% do total destinado às atividades finalísticas, sendo 44,54% referentes às despesas de importação realizadas no âmbito do acordo de cooperação entre as Unidades de Pesquisa do MCTI e o CBPF, equivalente a R\$ 3.944.201,00 que inclui aquisição de equipamentos laboratoriais e demais despesas de frete e comissões.

O Memo 678/SPOA, de 03/10/2014, que fixou prazo para utilização do limite de empenho no exercício em 21/11/2014 acarretou no recolhimento do saldo orçamentário existente em 24/11/2014, por determinação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do MCTI, prejudicou tanto a execução orçamentária como a aquisição de bens e insumos os resultados planejados para o ano, postergando as despesas comprometendo sobremaneira o orçamento do exercício seguinte.

Conforme dificuldades apresentadas na Introdução deste relatório, o alongamento dos prazos de análise jurídica dos processos de licitação para aquisição de bens e contratação de serviços, causada pela ausência de uma assessoria jurídica vinculada ao órgão e pela carência de pessoal capacitado, principalmente nas áreas de gestão, constituem, também, fatores que contribuíram para a plena execução orçamentária e financeira.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro A.6.2.1 Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Não ocorreu no período	0	0
Legal	19.122.2106.2000.0001	52.000	0
Mercadológica	Não ocorreu no período	0	0
Utilidade pública	Não ocorreu no período	0	0

Fonte: SIAFI Operacional

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4.1 Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores INT (Consolidado)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	5.063.416	7.230.511	445.317	316.988
2012	526.554	156.314	296.840	73.400
2011	69.636	26.342	0	43.294
2010	9.423	9.423	0	0
2009	87.828	9.800	0	78.028
2008	23.286	10.078	637	12.571
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	71.730	70.934	796	0
2012	3.066	3.066	0	0
2011	2.762	2.090	672	0

Fonte: SIAFI Gerencial

6.4.1 Análise Crítica

Desde 2012, em função das dificuldades já apresentadas relativamente a pessoal e questões jurídicas a UJ e sua consolidada vem nos últimos 3 anos a consolidação da execução dos processos ao final do exercício que implica na obrigatoriedade de inscrição das despesas em restos a pagar não processados. Contudo temos nos empenhado no monitoramento dos processos no sentido de seu aprimoramento e agilidade bem como no acompanhamento diligente junto aos fornecedores visando efetivação das entregas e pagamento.

Apesar do alto valor apresentado na inscrição considera-se razoável a execução das despesas dado o alto valor dos pagamentos realizados durante o exercício. Os saldos existentes relativos aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011 são valores ainda relacionados a empenhos emitidos para fornecedores de gases especiais para laboratórios, que estão na fase final da sua execução.

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.6.5.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências da UJ Consolidada vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE									
CNPJ: 01.263.896/0021-08					UG/GESTÃO: 240137				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Número do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
Convênio FACEPE	750362/2010	24.566.440/0001-79	2.615.000	0,00	0	0	Dez/2010	Nov/2016	1
Legenda									
Modalidade			Situação da Transferência			Situação da Transferência			
01 Convênio			01 Adimplente			05 Excluído			
02 Contrato de Repasse			02 Inadimplente			06 Rescindido			
03 Termo de Cooperação			03 Inadimplência suspensa			07 Arquivado			
04 Termo de Compromisso			04 Concluído						

Fonte: SICONV

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.5.2.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ Consolidada nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE					
CNPJ:	01.263.896/0021-08					
UG/GESTÃO:	240137/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	00	01	00	0	1.100.000,00	0
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	00	01	01	0	1.100.000,00	0

Fonte: SICONV

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.3.1 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ Consolidada na modalidade convênio, termo de cooperação e contratos de repasse

Unidade Concedente				
Nome: Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE				
CNPJ: 01.263.896/0021-08		UG/GESTÃO: 240137 / 00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01	0
		Montante Repassado	1.100.000,00	0,00
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00

Fonte: SICONV

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

O Convênio sob a responsabilidade da Consolidada encontra-se em andamento e adimplente com seu cronograma de execução.

6.5.5 Análise Crítica

O programa implantado em 2010, teve como objetivo apoiar atividades de pesquisa em C&T,I especificamente no Nordeste brasileiro, mediante a concessão de bolsas de estudo a pesquisadores que tenham tido propostas selecionadas em edital da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco - FACEPE e que estivessem ligadas às competências do CETENE.

Desde o início, a execução do Programa tem apresentado resultados acima da expectativa, e grande interesse da comunidade científica e tecnológica das Universidades e Instituições de Pesquisa localizadas nos Estados do Nordeste. Assim sendo, foi proposta a prorrogação do prazo de execução e suplementação de recursos financeiros, tendo em vista a necessidade de atender à demanda de novos Editais.

Até o momento já tiveram aproveitamento nos laboratórios do CETENE, 32 pesquisadores na primeira fase e 45 pesquisadores na segunda fase de execução dos projetos. Foram efetuados seminários para apresentação dos resultados obtidos nas pesquisas, nas duas etapas, para a comunidade científica.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 Força de Trabalho do INT

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	250	250	4	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	250	250	4	11
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	243	243	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	5	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	5	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	255	255	5	12

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Observações:

- 1) O quantitativo total da força de trabalho da UJ é de 255 servidores, considerando:
 - 243 servidores ativos permanentes (Carreira de C&T).
 - 05 servidores nomeados em cargo de comissão (DAS Sem Vínculo).
 - 05 servidores em exercício descentralizado (Empregados Públicos MCTI, SERPRO e MC).
 - 01 servidor requisitado de outros órgãos (Requisitado junto à UFPE).
 - 01 servidor de carreira em lotação provisória (Anna Haydée Lanzilloti Jannuzzi).
- 2) O quantitativo de servidores ingressos e egressos no exercício, considerando:
 - a) Servidores ingressos no exercício:
 - 1 servidor de carreira oriundo da realização de Concurso Público (Arthur Santana da Silva).
 - 2 servidores redistribuídos do INCA para o INT (Carlos Feltmann da Silva e Keyla Costa Reis).
 - 1 servidor sem vínculo com a Administração Pública (Antonio Vaz Albuquerque Cavalcanti).
 - b) Servidores Egressos no exercício:
 - 11 servidores aposentados;
 - 1 servidor sem vínculo com a Administração Pública exonerado (Roberta Medeiros Cavalcanti)
 - 1 servidora de cargo efetivo exonerada a pedido (Raíssa Carvalho Martins).

Quadro A.7.1.1.2 Força de Trabalho do CETENE

Tipologias dos C argos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	14	14	01	00
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	13	13	01	00
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	13	13	01	00
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	01	01	00	00
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	03	03	01	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	17	17	02	01

Quadro A.7.1.1.3 Distribuição da Lotação Efetiva do INT

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	88	162
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	88	162
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	82	162
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	91	165

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE e Diário Oficial da União.

Quadro A.7.1.1.4 Distribuição da Lotação Efetiva do CETENE

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	06	08
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	05	08
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	01	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	02	01
4. Total de Servidores (1+2+3)	08	09

Quadro A.7.1.1.5 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do INT

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	33	33	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	33	33	2	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	29	29	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	5	5	5	5
1.2.5. Aposentados	218	218	0	10
2. Funções Gratificadas	10	10	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	10	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	10	10	0	12

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE, Publicações em Diário Oficial da União e Boletim de Pessoal.

Quadro A.7.1.1.6 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do CETENE

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	05	05	01	01
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	05	05	01	01
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	01	01	00	00
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	01	01	00	00
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo	03	03	01	01
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	05	05	01	01

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas do INT, SIAPE, Publicações em Diário Oficial da União e Boletim de Pessoal.

Análise Crítica dos quadros A.7.1.1.1, A.7.1.1.3 e A.7.1.1.5 do INT

O número de servidores ativos está abaixo dos 290, estabelecidos como número ideal pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, segundo dados do Sistema Integrado de Administração de Pessoal Civil do Poder Executivo.

O gráfico A.7.1 demonstra como é refletida a queda da força de pessoal ativo nos últimos dez anos. A realização de Concurso Público nos anos de 2009 e 2012 foi insuficiente para atingir o número esperado de 290 servidores.

Na análise dos quadros do item A.7.1.1, fica clara a deficiência de pessoal na instituição, incluindo o CETENE para atender às demandas recebidas, tanto na área de gestão quanto nas atividades finalísticas. Em razão deste fato, o INT tem declinado da participação em novos programas tecnológicos de maior envergadura, e recusado contratos de prestação de serviços técnicos. Na área

administrativa, o que tem dificultado é a atribuição de trabalhos diversos aos mesmos servidores, trabalhos estes que somente podem ser desempenhados por pessoal do quadro.

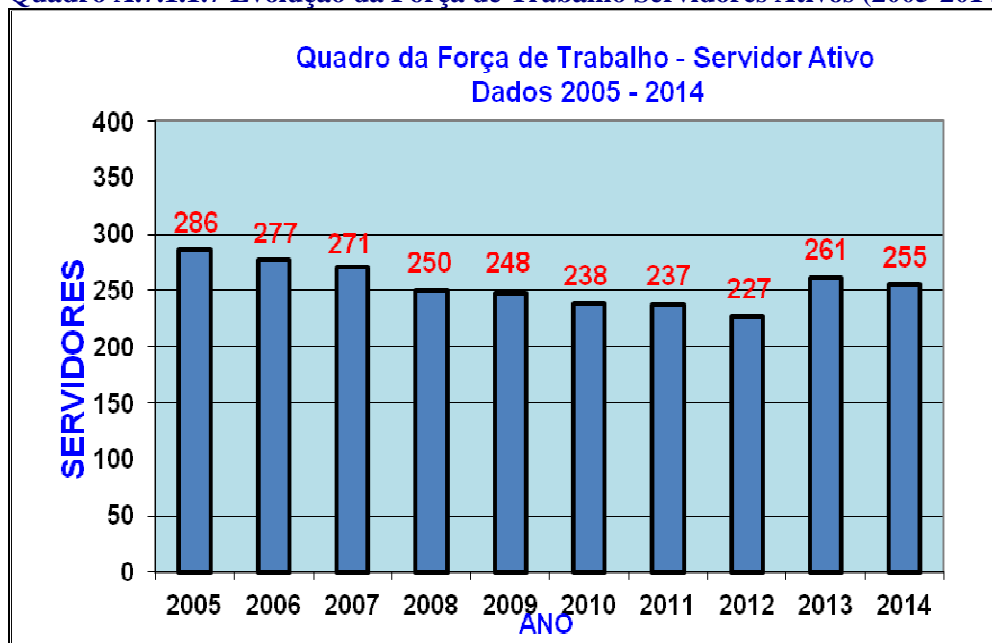
Análise Crítica dos quadros A.7.1.1.2, A.7.1.1.4 e A.7.1.1.6 do CETENE

O CETENE conta atualmente com apenas 05 servidores na área administrativa (analistas e assistentes), e 08 servidores na área tecnológica, (pesquisadores, tecnologistas, e técnicos).

A solução esperada pelo Órgão a partir da criação do CETENE pela Lei nº 12.954 de fevereiro/2014, era a regulamentação da referida Lei, com os Decretos de definição de função da Instituição, e da reformulação da estrutura de cargos comissionados que passaria a ser de 15 DAS.

Outra reivindicação do CETENE, não atendida pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, está relacionada à concessão de vagas em concurso público para a admissão de pessoal do quadro da Carreira de C&T. A solicitação encaminhada em 20/05/2014 e ainda não atendida prevê um acréscimo de 30 servidores ao quadro A.7.1.1.2.2.1.

Quadro A.7.1.1.7 Evolução da Força de Trabalho Servidores Ativos (2005-2014)



Fonte: SIAPE

Composição dos servidores ativos no período

- 243 servidores ativos do quadro permanente (Carreira de C&T).
- 05 servidores nomeados em cargo de comissão (DAS Sem Vínculo).
- 05 servidores em exercício descentralizado (Empregados Públicos MCTI, SERPRO e MC).
- 01 servidor requisitado de outros órgãos (Requisitado junto à UFRN).
- 01 servidor de carreira em exercício provisório (Anna Haydée Lanzillotti Jannuzzi).

Quantitativo de servidores ingressos no exercício

- 1 servidor de carreira oriundo da realização de Concurso Público (Arthur Santana da Silva).
- 2 servidores redistribuídos do INCA para o INT (Carlos Feltmann da Silva e Keyla Costa Reis).
- 1 servidor sem vínculo com a Administração Pública (Antonio Vaz Albuquerque Cavalcanti).

Quadro A.7.1.1.1.8 Distribuição do acréscimo da Lotação Efetiva prevista para o CETENE

Cargo da Carreira de C&T	Quantidade Necessária
Pesquisador Adjunto	06
Tecnologista Pleno 02	07
Técnico 01	04
Subtotal área Tecnológica	17
Analista de C&T Pleno 01	04
Assistente de C&T 02	09
Subtotal área Administrativa	13
Total	30

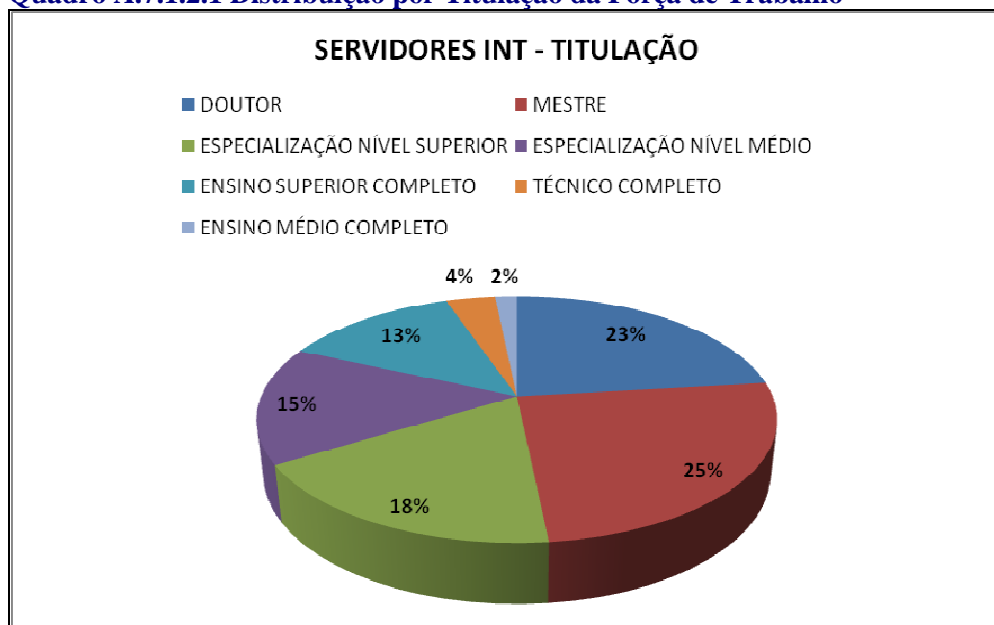
7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Qualificação e capacitação da Força de Trabalho do INT

Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade.

O INT tem em seus quadros de pessoal servidores capacitados separados por titulação, representando 242 servidores qualificados do total de 255 servidores ativos do quadro efetivo, representando 96,8%, conforme quadro abaixo:

Quadro A.7.1.2.1 Distribuição por Titulação da Força de Trabalho



Fonte: Dados da Divisão de Gestão de Pessoas – INT

Capacitação da Força de Trabalho do INT realizada no período

O INT realiza anualmente o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) junto às Unidades Organizacionais para compor o Plano Anual de Capacitação da instituição (PAC). Este plano é gerenciado pela DIGP e tem por finalidade realizar capacitação e treinamentos internos e externos dos servidores do INT, em atenção ao Decreto nº 5.707/2006, bem como às diretrizes estratégicas da instituição pactuadas no planejamento estratégico institucional 2011-2015.

Destaque-se que desde 2010 foi estabelecida o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH) onde a DIGP tem por objetivo implementar ações para realização do desenvolvimento pessoal dos servidores do Instituto Nacional de Tecnologia, para atender as diretrizes instituídas

pela Política Nacional para o Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) da Administração Pública Federal Direta, instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

A realização deste é o marco legal da transposição da Administração de Recursos Humanos para o processo de Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal, em particular no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia.

A proposta do PDRH do INT está focada em ações para capacitação dos servidores nos seguintes eixos: Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, Gestão e Gerenciamento de Projetos, Gestão da Qualidade, Gestão de Laboratório, Gestão Administrativa e Financeira, Formação de Gestores e Liderança.

Os eixos foram propostos diante da análise de Diagnóstico do Levantamento das Necessidades de Capacitação informados pelos servidores à DIGP através do formulário contendo informações sobre conhecimento, habilidades e atitudes (CHA) entregues no ano de exercício.

No ano de 2014 foi encaminhada proposta à Direção do INT para que este diagnóstico fosse inserido no Plano Anual de Atividades das Unidades Organizacionais da Instituição de forma que a consolidação das informações e a atuação do PAC fossem realizadas ainda no início do 1º trimestre de cada exercício.

Quadro A.7.1.2.2 Despesas com Capacitação em 2014

Região	Valor
País	131.144
Exterior	151.174
Total	282.318

Fontes Relatório do Plano de Anual de Capacitação do INT/2014
Processos formais encaminhados à DIGP.

Quadro A.7.1.2.3 Carga Horária com Capacitação em 2014

Número de eventos	Carga Horária	Média H/H Treinamento
51	4.282 horas	83,96

Fontes Relatório do Plano de Anual de Capacitação do INT/2014
Processos formais encaminhados à DIGP.

Qualificação e capacitação da Força de Trabalho do CETENE

Em 2014 foi elaborado programa de treinamento de pessoal, que apresentou direcionamento específico para as áreas administrativa e tecnológica, tendo sido concretizadas as seguintes participações

Quadro A.7.1.2.4 Capacitação da Força de Trabalho Administrativa realizada no período

Área	Nome	Evento Área Administrativa	Local	Período	Valor
ADM	Priscila	Execução Orçamentária Financeira e Contábil	DF	27 a 30/05	2.489
ADM	Priscila	Gestão Pública	PE	12 meses	4.876
ADM	Priscila	IV Congresso Brasileiro de Pregoeiros	PR	17 a 20/03	3.290
ADM	Keyla	Congresso Brasileiro de Criatividade RH & Gestão de Pessoas	PE	15 a 17/10	1.100
ADM	Juliete	Legislação de Pessoal Avançado e Aspectos Polêmicos	RJ	09 a 11 / 04	2.290
ADM	Juliete	Folha de Pagamento de Pessoal	CE	23 a 25/04	1.980
ADM	Érica	Formação de Pregoeiro	EAD	06 meses	1.634
ADM	Érica	Pregão Atualização e Formação para Pregoeiros e novo SRP	PE	10 a 12/12	1.990
ADM	Érica	Controladoria e Auditoria	EAD	06 meses	1.634
ADM	Érica	SICONV Execução Fiscalização e Prestação de Contas CONVÊNIOS	PE	21 a 23/05	2.062
ADM	Gabriel	Formação de Pregoeiro	EAD	06 meses	1.634
ADM	Gabriel	Pregão Atualização e Formação para Pregoeiros e novo SRP	PE	10 a 12/12	1.990
ADM	Shadlla	SICONV Gestão de Convênios	SP	02 a 06/06	2.489
ADM	Amanda	Gestão de Documentos Eletrônicos	BSB	26 a 25/04	2.290
ADM	Amanda	Indexação de documentos	RJ	30/07 a 01/08	2.290
ADM	Maria	Compras Públicas com Ênfase em Especificação de Materiais	RJ	28 a 30/03	2.290
ADM	Luís	Gestão Patrimonial	ES	06 a 09/05	2.620
Total					38.948

Fonte: CETENE

Quadro A.7.1.2.5 Capacitação da Força de Trabalho Técnica realizada no período

Área	Nome	Evento Área Técnica	Local	Período	Valor
P&D	Marcelo	18º Seminário Regional da Cana de Açúcar	PE	22 a 25/04	400
P&D	Áurea	18º Seminário Regional da Cana de Açúcar	PE	22 a 25/04	400
P&D	Paulo Estêvão	18º Seminário Regional da Cana de Açúcar	PE	22 a 25/04	200
P&D	Fábia Cristiane	Cultura de Células – Teoria e Prática	CE	28/07 a 07/08	141
P&D	Anne Gabrielle	Cultura de Células – Teoria e Prática	CE	28/07 a 07/08	141
P&D	Clícia Régia	11º Curso de Micropropagação de Plantas	BA	04 a 08/08	540
P&D	Elaine Rafaelle	XIV Encontro Nacional de Microbiologia Ambiental	PB	22 a 24/10	780
P&D	Giovanna	XVIII Encontro da SBPM – Materiais	PB	28/09 a 02/10	750
P&D	Janaína	XVIII Encontro da SBPM – Materiais	PB	28/09 a 02/10	750
P&D	Giovanna	XIV Simpósio Latino Americano de Polímeros	PE	12 a 16/10	1.035
P&D	Alessandra	XIII Encontro da SBPMAT	PB	28/09 a 02/10	950
P&D	James	XX Congresso Brasileiro de Engenharia Química	SC	19 a 22/10	700
Total					6.787

Fonte: CETENE

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3.1 Custos do pessoal

Tipologias/Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	14.953.650	12.995.003	2.640.213	2.706.483	1.952,854	0	76.099	52.523	6.798	35.629.4151
	2013	13.305.508	12.280.649	2.430.828	2.839.906	1.081.610	1.042.171	5.752	25.096	0	33.011.520
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014										
	2013										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014										
	2013	301.833									301.833
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014										
	2013										

Fonte: Registros da Divisão de Gestão de Pessoas e de Orçamento e Finanças do INT e SIAPE.

Memória de Cálculo das Informações do Quadro A.7.1.3.1

Vencimentos e Vantagens Fixas: Valores pagos a título de vencimento e vantagens fixas, incluídos os valores pagos a título de vantagens pessoais, nominalmente identificadas como anuênios e décimos, previstos nos artigos 40, 244 e 62-A da Lei n 8.112/1990, respectivamente.

3.1.90.11.00.01: Vencimento e Salários: R\$ 14.953.650,04

Retribuições: Valores pagos a título de retribuições, nos termos do art. 62 da Lei n 8.112/1990.

Art. 62: Da retribuição pelo exercício de Função de Direção, Chefia e Assessoramento.

3.1.90.11.00.36: Gratificação por Exercício e Cargo em Comissão: R\$ 12.995.003,02

Gratificações: Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos II e IX, da Lei n. 8.112/1990.

3.1.90.11.21: Gratificação Natalina (13º Salário): R\$ 2.640.213,00

Adicionais: Valores pagos a título das gratificações previstas no art. 61, incisos III, IV, V, VII e VIII, da Lei n. 8.112/1990. Incluem-se ainda nesta rubrica os valores relativos aos Adicionais de Qualificação e por tempo de serviço.

3.1.90.11.00.09: Adicional pelo Exercício Insalubres, Perigosas ou Penosas (Adicional de Periculosidade): R\$ 42.192,83.

3.1.90.11.00.10: Adicional de Insalubridade: R\$ 568.593,46.

3.1.90.11.00.37: Adicional por Tempo de Serviço (extinto pela MP-2225/2001):(Gratificação por Tempo de Serviço): R\$ 1.197.136,73.

3.1.90.11.00.45: Adicional de Férias: Item (Férias Abono Art. 7 XVII CF): R\$ 898.560,24.

Indenizações: Valores pagos a título das indenizações previstas no art. 51 da Lei n. 8.112/90. Incluem-se nesta rubrica os valores relativos à Auxílio-Alimentação, Assistência Pré-Escolar e ao pagamento de diárias.

3390.08.09: Auxílio Creche: R\$ 33.490,00.

3390.46.01: Auxílio Alimentação: R\$ 1.096.384,00.

3390.49.01: Auxílio Transporte: R\$ 286.104,00.

3390.93.08: Assistência à Saúde: R\$536.876,00.

Benefícios Assistenciais e Previdenciários: Valores pagos a título de assistência médica e abono permanência, previsto na Emenda Constitucional 41/2003. Devem ser também considerados nesta rubrica os valores pagos relativamente a auxílios natalidade e funeral e salário-família.

Demais despesas variáveis: Valores pagos aos servidores que não se enquadram nos títulos anteriores.

3390.36.05: Gratificação Adicional Variável (Direitos Autorais): R\$ 76.099,25

Despesas de Exercícios Anteriores: Valores pagos no exercício que se referem a direitos adquiridos pelo servidor em exercício anterior ao de referência do relatório de gestão, independentemente da rubrica.

3.1.90.92.10.11: Despesas de Exercícios Anteriores: (Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil): R\$ 52.523,45

Decisões judiciais: Valor pago a servidores da UJ em decorrência de decisão judicial, independentemente da rubrica.

3.1.90.11.06: Despesas de Decisões Judiciais: R\$ 6.797,52

Despesas associadas à manutenção dos recursos humanos

Quadro A.7.1.3.2 Despesas com Servidores Ativos

Servidores Ativos	
Ano	Valor
2014	3.742.509
2013	4.693.334
2012	3.126.726

Fonte: SIAPE/DDP

Quadro A.7.1.3.3 Despesas com Servidores Aposentados

Servidores Aposentados	
Ano	Valor
2014	2.139,467
2013	2.030.211
2012	1.786.161

Fonte: SIAPE/DDP

Quadro A.7.1.3.4 Despesas com Pensionistas

Pensionistas	
Ano	Valor
2014	479.183
2013	477.003
2012	373.966

Fonte: SIAPE/DDP

Quadro A.7.1.3.5 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.

Ano	Aposentados	Pensionistas
2012	219	77
2013	218	80
2014	221	83

Fonte: SIAPE

7.1.4 Irregularidades na Área de Pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Divisão de Gestão de Pessoas do INT tem como prática de gestão solicitar ao servidor no ato de sua admissão ou durante o exercício do cargo declaração de que não acumula cargo, função e emprego público.

Ações adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nos 19/98 e 34/2001).

A Divisão de Gestão de Pessoas solicita declaração do servidor de que não acumula cargos, funções e empregos públicos quando de sua entrada (admissão em concurso público), quanto em sua saída (aposentadoria ou vacância).

No caso de servidores que acumulam cargos permitidos pela Constituição Federal, é exigido do servidor declaração que conste sua opção para carga horária integral de 40 horas no INT e de 20 horas no outro local de trabalho.

Da mesma forma a DIGP estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas, estabelecido na Lei Nº 8.730 de 10/11/1993, para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como se lê:

Art. 1º É obrigatória a apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, por parte das autoridades e servidores públicos adiante indicados: (...)

VII - todos quantos exerçam cargos eletivos e cargos, empregos ou funções de confiança, na administração direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes da União.

O INT tem 33 (trinta e três) servidores investidos em cargo comissionado da instituição e todos assinaram o Anexo I da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de 6/09/2007 entre o Ministério do Planejamento e a Controladoria Geral da União no momento da investidura do cargo.

10 (dez) servidores ativos estão investidos em cargos de função gratificada. Os servidores nomeados ou exonerados dos cargos ou funções comissionadas entregam na DIGP a Declaração de Bens e Renda (DBR) do exercício em que ocorreu a nomeação ou a exoneração ou a dispensa.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

O quadro da força de trabalho da Instituição reflete que a saída de servidores por motivos de vacância ou afastamentos vem aumentando ao longo do tempo, e os esforços do INT em reforçar seus quadros de pessoal, com pedidos de autorização para nomeação de 50% das vagas de Concurso Público, bem como pedido a prorrogação do Concurso Público INT de 2012, com envio dos Ofícios INT nº 018/2014 e 019/2014 ao MCTI, justificando a necessidade dessas ações para fortalecimento dos quadros de pessoal de servidores ativos.

Outra ação importante realizada pela área de Gestão de Pessoas do INT é o acompanhamento dos servidores que solicitam o benefício do abono de permanência, considerando que esta concessão é a demonstração do servidor que ele pretende continuar no Serviço Público, mas que ele preenche os requisitos para aposentadoria voluntária.

No INT hoje há 83 servidores que adquiram condições para aposentadoria. O quadro A.7.1.5 demonstra esta condição

Quadro A.7.1.5.1 Evolução dos Recursos Humanos do Plano de Carreiras C&T da UJ (Lei 8.691, de 28/07/1993)

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	Aposentadorias					
										2014(A)	2014(B)	2014(C)	2015	Total	% (D)
Pesquisador	0	0	4	4	4	4	6	6	6	0	0	0		0	0%
Tecnologista	127	115	117	111	107	105	93	110	72	2	33	3		38	35%
Analista em C&T	32	31	29	28	27	27	34	31	16	1	13	1		15	48%
Assistente de Pesquisa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	--
Técnico	38	33	39	43	36	36	51	51	43	0	2	6		8	16%
Assistente em C&T	62	59	59	57	57	57	49	47	25	1	18	3		22	47%
Auxiliar Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	--
Auxiliar em C&T	2	2	2	2	2	3	3	3	1	2	0	0		2	67%
Total de servidores	261	240	250	245	233	232	236	248	163	6	66	13		85	34%

Fontes: SIAPE, Registros da Divisão de Gestão de Pessoas /Seção de Pessoal.

Quadro A.7.1.5.2 Previsão de Aposentadorias por ano

Atual	2015	2016	2017	2018	Total	Percentual
250	11	14	8	8	52	21,14%

Fontes: SIAPE, Registros da Divisão de Gestão de Pessoas /Seção de Pessoal

Para poder contrapor esta situação, o INT envida esforços para repor o quadro de pessoal com ações que vão desde o pedido de novo concurso público, até movimentação de servidores por meio de remoção ou redistribuição entre Órgãos da Carreira de Ciência e Tecnologia.

No ano de 2014 recebeu mais 4 servidores nos seus quadros de pessoal do INT, a saber: 1 servidor ativo aprovado no Concurso Público de 2012, em decorrência da exoneração a pedido de servidor; 2 redistribuições de servidores do INCA e 1 servidor DAS sem vínculo, em decorrência do pedido de exoneração de servidor.

Além das aposentadorias, outro dado que impacta o quadro de pessoal são os afastamentos que reduzem a força de trabalho, como cessão, licenças remuneradas e não remuneradas, dentre outros afastamentos. O INT vem buscando mitigar esta situação, para diminuir o impacto deste dado sobre o seu quadro de pessoal ativo, com vistas que o Instituto possa atender aos compromissos firmados em seu Relatório de Gestão estabelecidos no Termo de Compromisso de Gestão (TCG) com o MCTI, o Plano Diretor da União - PDU, além da sua missão e visão de futuro.

Os servidores egressos no exercício foram:

11 servidores aposentados;

1 servidor sem vínculo com a Administração Pública exonerado (Roberta Medeiros Cavalcanti);

1 servidora de cargo efetivo exonerada a pedido (Raíssa Carvalho Martins).

Os servidores afastados no ano de 2014:

03 Servidores cedidos: Augusto da Cunha Raupp, Cristina Ribeiro Lemos José Cesário Cecchi.

Licença Remunerada: 06 servidores afastados por Licença Remunerada Doença em Pessoa da Família e 02 servidores afastados para Licença Capacitação: Ricardo Ferreira Vieira de Castro e Flávia Cristine Hofstetter Pastura.

Licença não Remunerada: 02 servidores: Eugênio Guilherme Tolstoy De Simone e Ricardo Sarmento Costa.

É realizada a gestão das informações sobre previsão de aposentadorias, com base nos cadastros dos servidores e pedidos de abono de permanência, de forma a subsidiar ações para realizar proposta de mecanismos de retenção, de forma a preparar o servidor para aposentadoria, bem como que este possa realizar o repasse do conhecimento, treinando o seu sucessor.

Essa informação é atualizada trimestralmente e enviada à Direção do INT conhecimento e tomadas de decisões, junto ao MCTI sinalizando a necessidade de reposição de pessoal de forma imediata. O quadro de vagas autorizadas e cargos ocupados nos concursos públicos realizados desde 1996 demonstram a queda do quantitativo de pessoal, conforme quadro abaixo.

Quadro A.7.1.5.3 Vagas Preenchidas por meio dos Concursos Públicos Realizados no Período de 2002 a 2013

Ano	Vagas	Pesquisador	Técnico	Tecnologista	Analista	Assistente
2002	33	00	10	17	06	00
Preenchida	33	00	10	17	06	00
2004	17	00	01	12	04	00
Preenchida	17	00	01	12	04	00
2009	29	06	09	10	00	04
Preenchida	21	04	07	06	00	04
2013	45	02	15	18	10	45
Preenchida	44	02	15	18	09	44

Fontes: SIAPE, Registros da Divisão de Gestão de Pessoas /Seção de Pessoal

Rotatividade (turnover)

É realizado o turnover dos servidores do INT através de processos de efetivo exercício, remoção, redistribuição, vacância, aposentadoria, remanejamento interno. Os processos de movimentação de pessoal são acompanhados e orientados pela DIGP junto às Unidades Organizacionais.

Esta prática tem por indicadores as movimentações de pessoal realizadas no exercício, dos processos encaminhados à DIGP, bem como a gestão do prazo das licenças sem vencimento e das cessões dos servidores do INT.

Quadro A.7.1.5.4 Movimentação de Pessoal no período

Entradas		Saídas	
Descrição	Quantidade	Descrição	Quantidade
Remoção de Ofício de outro Órgão para o INT	01	Remoção de Ofício do INT para outro Órgão	0
Redistribuição	02	Aposentadoria	10
Lotação Provisória	01	Exoneração	02
Exercício Descentralizado (Servidor Anistiado)	0	Falecimento	0
Total	04	Total	12

Fontes: SIAPE, Registros da Divisão de Gestão de Pessoas /Seção de Pessoal

Satisfação e Motivação

Os indicadores de satisfação e motivação são mensurados através de pesquisa de clima organizacional realizada a cada biênio. A DIGP procura implementar melhorias apontadas no plano de ação proposto, na pesquisa de clima realizada no ano de 2008, com ações para os anos de 2009 a 2011.

A realização de ciclo de palestras sobre temas ligados à área de Gestão de Pessoas, como saúde física e mental, auxilia na orientação da DIGP aos servidores na melhoria da qualidade de vida da população institucional.

Outra atividade importante é a realização periódica de Integração Institucional dos servidores que ingressam na instituição, onde neste evento são apresentadas as atividades finalísticas e a organização do INT, de forma que os servidores sintam-se parte do processo de gestão organizacional.

O acompanhamento da qualidade de vida dos servidores através do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde e Segurança dos Servidores – SIASS e a contratação pelo MCTI de empresa especializada em realização de exames médicos periódicos dos servidores do INT.

Desempenho funcional

O desempenho funcional dos servidores do INT tem por observância a Lei 8.91/93 que instituiu a Carreira de Ciência e Tecnologia. Com as alterações introduzidas pela Lei 11.907/2009 e com a regulamentação do Decreto 7.133/2010, que trata sobre a avaliação de desempenho dos servidores integrantes das Carreiras de Ciência e Tecnologia, é realizada anualmente a avaliação de desempenho.

O INT publica anualmente portaria contendo os critérios da avaliação de desempenho funcional, o período de avaliação compreendido entre 01/07 à 30/06 do ano subsequente, onde o servidor deverá atingir nota igual ou superior a 50% para ser aprovado. A DIGP emite Nota Técnica orientando aos servidores e chefia imediata quais são os casos de servidores que não serão avaliados.

Atualmente é feita apenas a avaliação de servidores promovíveis na citada Carreira, estando aguardando a regulamentação específica para a prática a ser estendida aos demais servidores, em atendimento ao preceito constitucional de avaliar a eficácia dos serviços públicos prestados pelos servidores.

Níveis Salariais

A Lei 8.691/93 e alterações posteriores prevê tabela salarial específica para a Carreira de Ciência e Tecnologia, dividida por cargos e níveis, onde o servidor é avaliado anualmente. A cada desempenho avaliado e aprovado, o servidor ganha um nível para sua progressão ou promoção.

Também está previsto o pagamento por adicional de titulação nos níveis de especialização/aperfeiçoamento, mestrado e doutorado aos servidores de nível auxiliar, intermediário e superior, através da Gratificação por Desempenho (GQ) e Retribuição por Titulação (RT) para os cargos de nível superior.

Da mesma forma foi implementado o critério de avaliação de desempenho para fins de percepção da Gratificação de Desempenho por Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT), que compõe a remuneração total do servidor.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A Divisão de Gestão de Pessoas – DIGP tem como indicadores gerenciais sobre recursos humanos o absenteísmo, acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, rotatividade (*turnover*), processo de

educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, desempenho funcional, níveis salariais e demandas trabalhistas, descritos sumariamente, a saber:

Absenteísmo

São gerados relatórios de frequência que são enviados mensalmente à chefia imediata do servidor, que após análise envia à Divisão de Gestão de Pessoas – DIGP o(s) dia(s) que ensejam desconto por ser considerado como falta não justificada ao serviço.

Destacamos que é realizado relatório de faltas não justificadas a cada doze meses, onde são identificados períodos de prática continuada do servidor, orientando a este e sua chefia imediata como devem proceder para evitá-los.

Ao ser identificado neste período falta de 30 (trinta) dias contínuos ou 60 (sessenta) dias em períodos descontínuos é aberto processo administrativo disciplinar sobre abandono de cargo e inassiduidade habitual, conforme preceitua o art. 132, incisos II e III da Lei 8.112/90.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Os servidores que sofrem acidentes de trabalho, são registrados em nosso Posto Médico em livro próprio, no formulário Comunicação de Acidente de Serviço (CAS) e relatório mensal é feito pelos profissionais de saúde, sendo encaminhado à DIGP para acompanhamento e ações posteriores junto à Divisão de Administração Predial e Engenharia que faz o registro e acompanhamento na área de Segurança do Trabalho.

As doenças ocupacionais são acompanhadas pela Junta Médica Oficial do Ministério da Fazenda, instituição esta que o INT tem termo de cooperação administrativo, assinado entre o INT e a Gerência Regional de Administração daquele Ministério, para tratar dos servidores de nossa instituição. É enviada guia de perícia médica acompanhando o servidor, e esta é devolvida à DIGP para acompanhamento e cadastro.

No período de 24 (vinte quatro) meses se houver evidência de que a doença ocupacional ensejará ao servidor a readaptação de suas funções ou proposta de redução de carga horária, é aberto processo administrativo onde o servidor é avaliado por Junta Médica Oficial do Ministério da Fazenda, sendo este processo devolvido à DIGP para cadastro e ações posteriores. O servidor que estiver afastado por 24 meses, a Junta Médica Oficial faz a avaliação deste servidor com doença ocupacional e encaminha para aposentadoria por invalidez, indicando a respectiva base legal.

No ano de 2014, 20 (vinte) servidores se encontravam em licença médica periciada.

Destaque-se que uma das ações concretizadas no ano de 2014 foi o início das atividades de Ciclos de Palestras intitulada “Papo Saúde” com temas voltados à saúde e bem estar dos servidores, a realização de exames médicos periódicos, ajudaram a melhorar os processos internos de acompanhamento e gestão dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Disciplina

A DIGP promove ações de gestão de pessoas junto às áreas que procuram para ajudar a dirimir dúvidas ou orientar sobre determinada ação feita por servidor, as quais são realizadas através de reuniões. O INT possui Código de Ética e Disciplina e no Manual do Servidor onde estão contidas as regras de conduta profissional, com base na Lei 8.112/90.

O Código de Ética e Disciplina e o Manual do Servidor estão disponíveis na intranet, sendo entregue uma cópia destes documentos ao servidor quando este entra na instituição, através de evento de Integração Institucional.

A DIGP ao ser notificada pela Direção ou por servidor de situação que fere o Código de Ética e Disciplina da Instituição e os Deveres do Servidor estatuídos pela Lei 8.112/90 formaliza processo administrativo, cuja análise atende aos requisitos estabelecidos pelo Sistema de Correição da CGU,

instruindo-os e encaminhando-os para apreciação da Direção do INT, que indicará a composição dos membros de comissões de sindicância e PAD.

Nos casos em que os processos ensejem avaliação da Comissão de Ética e Disciplina do INT, os mesmos também são instruídos na DIGP para apreciação do Diretor que encaminhará àquela Comissão para apreciação e subsidiar a Direção na decisão a ser proferida.

Demandas Trabalhistas

O atendimento as demandas trabalhistas são feitas mediante processos administrativos ou judiciais encaminhados à DIGP para análise em atenção às disposições legais vigentes no país. Os Quadros A.7.1.6.1 e A 7.1.6.2 indicam as revisões trabalhistas no ano de 2014.

Quadro A.7.1.6.1 Revisões Trabalhistas Administrativas

Administrativos	Quantidade
Retribuição por Titulação	08
Gratificação por Qualificação	04
GDACT	11
Adicionais de Risco	11
Exercício anterior	13
Horário Especial Estudante	03
Gratificação de Adicional Variável	03
TOTAL	53

Fontes: SIAPE, Registros da Divisão de Gestão de Pessoas /Seção de Pessoal

Quadro A.7.1.6.2 Revisões Trabalhistas Judiciais

Judiciais	Quantidade
Pensão civil – Cancelamento	01
GDACT	1
Gratificação de Qualificação	6
Instituição de pensão civil	1
TOTAL	13

Fontes: SIAPE, Registros da Divisão de Gestão de Pessoas /Seção de Pessoal

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (Consolidado)

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia - INT													
UG/Gestão: 240104/00001						CNPJ: 01263896/0004-07							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	03.848.00/2013	09.044.184/0001-66	03/09/2013	02/03/2014	35	35					E
2014	L	O	03.867.00/2014	11.838.748/0001-84	05/03/2014	05/03/2015	31	31					A
2013	V	O	03.855.00/2013	03.007.660/0001-92	30/11/2013	30/11/2015	1	1	11	11			P
2012	L	O	06/2012	00.323.090/0001-51	06/2012	06/2015	12	12					A

Legenda

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Divisão de Orçamento e Finanças (UG 240104) e UG 240137

Com relação aos serviços de limpeza, no exercício em questão, observa-se que a finalização do contrato com a empresa de CNPJ 09.044.184/0001-66 ocorreu no início do primeiro trimestre de 2014 de forma satisfatória. Os serviços foram continuados com a realização de certame na modalidade pregão. A fiscalização do contrato com empresa de CNPJ 11.838.748/0001-84 identificou, no decorrer da execução dos serviços, atraso nos pagamentos aos empregados e nos recolhimento de obrigações trabalhistas. A fiscalização realizou medidas corretivas por meio de notificação, advertência por Ofício e por fim aplicação de multa. A partir de então foram regularizadas os compromissos trabalhistas e a empresa vem cumprindo adequadamente todas as suas obrigações.

O contrato dos serviços de vigilância foi conduzido regularmente. A execução dos serviços foi cumprida de forma satisfatória não havendo óbices ou irregularidade das obrigações trabalhistas do contratado junto aos seus empregados.

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.7.2.2.1 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (Consolidado)

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Nacional de Tecnologia - INT													
UG/Gestão: 240104/00001 e 240134/00001							CNPJ: 01.263.896/0004-07 e 01.263.896/0021-08						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	03.702.00/2010	36.369.692/0001-97	28/12/2009	28/12/2014			3	3	3	3	E
2012	11	O	03.797.00/2012	28.871.366/0001-55	27/12/2012	27/12/2014			48	47			E
2013	3	O	03.829.00/2013	07.171.299/0001-96	01/07/2013	01/07/2015			8	8	4	4	P
2013	4;5;6	O	03.839.00/2013	68.719.277/0001-02	01/08/2013	01/08/2015			15	15			P
2013	9	O	03.856.00/2013	73.678.005/0001-41	02/12/2013	02/12/2015	7	7	2	2			P
2014	11	O	03.921.00/2014	07.046.566/0001-01	29/12/2014	29/12/2015			49	49			A
2012	3	O	02/2012	24.263.444/0001-88	01/2012	11/2014					02	02	E
2012	5	O	05/2012	06.234.467/0001-82	06/2012	06/2015			01	01	07	06	P
2011	12	O	02/2011	06.234.467/0001-82	03/2011	02/2016	02	02					P
2013	9	O	07/2013	03.822.268/0001-05	11/2013	10/2015			04	04			P
2012	12	O	05/2012	06.234.467/0001-82	06/2012	06/2014			15	15	15	15	P

LEGENDA	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança; 7. Telecomunicações;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes; 8. Manutenção de bens móveis	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Informática; 9. Manutenção de bens imóveis	
4. Copeiragem; 10. Brigadistas	
5. Recepção; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes	
6. Reprografia; 12. Outras	

Fonte: Divisão de Orçamento e Finanças (UG 240104) e UG 240137

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Os Contratos de terceirização foram executados de acordo com os normativos que orientam este tipo de serviço.

A fiscalização e monitoramento foram realizados levando em conta a análise e apuração das ocorrências mensais com vistas ao cumprimento pelas empresas dos serviços, encargos sociais e trabalhistas, realizando os respectivos registros e tomando as providências junto aos contratados, quando identificadas eventuais impropriedades ou irregularidades.

Contrato de Apoio Operacional com a empresa CNPJ 28.871.366/0001-55 foi descontinuado em 27/12/2014 em função de nova licitação e contratação de serviços de acordo com as especificações e adequações das atuais necessidades e realidade do INT. Em substituição desse serviço foi iniciado em 29/12/2014 contrato com a empresa de CNPJ 07.046.566/0001-01.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4.1 Composição do Quadro de Estagiários (INT)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	22	27	28	26	174.720
1.1 Área Fim	22	25	26	24	162.240
1.2 Área Meio	0	2	2	2	12.480
2. Nível Médio	7	7	7	7	24.360
2.1 Área Fim	3	3	4	4	13.920
2.2 Área Meio	4	4	3	3	10.440
3. Total (1+2)	29	34	35	33	199.080

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas

Análise Crítica:

Devido à baixa remuneração, estabelecida no Convênio do MCTI e Unidades de Pesquisa, esta UI tem alta rotatividade de estagiários, tendo dificuldade em repor esta importante mão de obra

O INT participa desde março de 2009 do convênio estabelecido pelo MCTI e o CIEE (Centro Integrado Empresa Escola), com a destinação de 50 vagas de estagiários, sendo 31 de Nível Superior e 19 de Nível Médio.

A média de estagiários ao ano no INT é de 31, sendo a duração média dos estágios de 6 meses.

Um dos motivos alegados pelos estagiários nas entrevistas de desligamento do estágio é a baixa remuneração, não sendo atrativa para reter esta força de trabalho.

Quadro A.7.2.4.2 Composição do Quadro de Estagiários (CETENE)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	0	0	0	0	0
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0
2. Nível Médio	04	04	04	04	25.496
2.1 Área Fim	03	03	03	03	22.888
2.2 Área Meio	01	01	01	01	2.608
3. Total (1+2)	04	04	04	04	25.496

Fonte: CETENE

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade do INT

Quadro A.8.1.1 Viaturas oficiais de propriedade da UJ

Veículo	Ano	Abastecimento	Regionalização
GM - Corsa Classic 1.0 - 4 Portas	2004/4	Etanol	Região Sudeste
VW – Kombi Standard 1.6 – 4 Portas	2004/4	Etanol	
VW – Santana 1.8 MI - 4 Portas	2004/4	Etanol	
FIAT - Siena HLX 1.8 - 8V - 4 Portas	2006/7	Etanol/Gasolina	
FIAT - Dobló ELX 1.8 - 8V - 5 Portas	2008/9	Etanol/Gasolina	
FIAT - Dobló ELX 1.8 - 8V - 5 Portas	2008/9	Etanol/Gasolina	
MITSUBISHI - L - 200 CD GL 4x4 - 2.5 TB - 4 Portas	2005/5	Diesel	
TOYOTA - Hilux CD 4x4 - 2,5 TB - 16 V - 4 Portas	2009/10	Diesel	

Fonte: Divisão de Administração Predial e Engenharia

a) contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos.

A frota de veículos visa a condução em viagens do corpo funcional do INT para atendimento das demandas técnicas com impacto nos objetivos estratégicos da instituição, tais como: reuniões técnicas e gestão, transportar amostras para ensaios, acompanhamento de projetos e outras atividades inerentes ao processo de desenvolvimento tecnológico e de pesquisas do INT.

b) as normas que regulamentam a gestão e o uso da frota.

Decreto 6.403, de 17/03/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

c) os critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação.

O INT possui em seu Patrimônio oito veículos conforme discriminado em tabela anterior com idade média de 8,5 anos, e optou por continuar se utilizando de meios próprios de transporte ainda no exercício de 2014, tendo em vista que os veículos ainda estão em condições aceitáveis de uso, corroborando assim, com o bom uso dos recursos públicos.

Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra foi de 71.405 km ano.

Ressalte-se que nos últimos anos não foram adquiridos novos veículos, contudo foram realizados levantamentos e estudos para substituição da frota por terceirização de serviços de locação no momento oportuno.

d) os custos envolvidos.

Quadro A.8.1.2 Custos envolvidos em 2014

Indicadores	Custo unitário por viatura	Custo anual total
Combustível	3.261	22.830
Depreciação	1.783	12.480
Diárias	1.046	7.323
Extintores de incêndio	15	105
Serviços de manutenção com fornecimento de material	3.474	24.317
Motoristas	15.462	108.231
Material de consumo	1.143	8.000
Seguro DPVAT	122	851
Seguro frota	535	3.745
Total	26.840	187.882

Fonte: Divisão de Administração Predial e Engenharia

Frota de Veículos Automotores a Serviço do CETENE, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte
O CETENE optou pela terceirização da frota de veículos e dos serviços de transporte em razão da oferta por parte das empresas locadoras de veículos ser bastante ampla e permitir ao CETENE o atendimento de suas necessidades, sempre contando com veículos em bom estado de conservação e manutenção, ao mesmo tempo em que não sobrecarrega sua equipe interna com operações dessa natureza.

Até o presente momento, não há evidências de necessidades especiais de transporte, o que permite à Administração do CETENE planejar futuras contratações de locação de veículos com especificações equivalentes às atualmente em uso.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte
Globo Locadora de Veículos Ltda. - CNPJ: 01.611.984/0001-00 e SILTRAN LOGÍSTICA LTDA - EPP - CNPJ: 04.866.557/0001-60.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão

Tipo de Licitação: Pregão Eletrônico.

A cada ano verifica-se a quantidade de viaturas previstas, e não necessariamente aluga-se o total de veículos licitado.

Contrato assinado 07/2009 datado de 01/07/2009 (vigência: 30/06/2010).

Valor contratado: R\$ 83.609,60 / Valor total pago em 2009: R\$ 35.254,90.

1º Termo Aditivo assinado datado de 01/07/2010 (vigência: 30/06/2011).

Valor contratado: Inalterado / Valor total pago em 2010: R\$ 85.595,90.

2º Termo Aditivo assinado datado de 01/07/2011 (vigência: 30/06/2012).

Valor contratado: Inalterado / Valor total pago em 2011: R\$ 84.412,36.

3º Termo Aditivo assinado datado de 01/07/2012 (vigência: 30/06/2013).

Valor contratado: Inalterado / Valor total pago em 2012: R\$ 92.395,10.

4º Termo Aditivo assinado datado de 01/07/2013 (vigência: 30/06/2014).

Valor contratado: Atualizado de R\$ 45,41 para R\$ 56,02 (a diária do automóvel tipo passeio), e de R\$ 77,26 para R\$ 95,31 (a diária do automóvel tipo caminhonete).

Valor total pago em 2013: R\$ 59.283,37.

Tipo de licitação: Pregão Eletrônico; contrato 05/2014 (vigência: 01/09/2014 a 31/08/2015).

Valor contratado: R\$ 89.200,00 / Valor total pago em 2014: R\$ 29.001,94.

Valor da diária minivan: R\$ 91,38 (Total mensal: R\$ 2.741,40).

Valor da diária pick-up: R\$ 156,38 (Total mensal: R\$ 4.691,40).

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A contratação de prestação de serviços de locação de veículos está subordinada à legislação pertinente à licitação pública no âmbito federal, além da demais afetas a pagamentos, prorrogação de prazos de vigência de contrato, etc.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A atuação em âmbito regional do CETENE pressupõe uma constante interação com entidades sediadas em outros estados da região nordeste e as atividades finalísticas dos laboratórios de nanotecnologia, biotecnologia e microeletrônica, também exigem atividades colaborativas com organizações participantes de redes de pesquisa, sistemas de inovação, dentre outros arranjos institucionais cujos deslocamentos são essenciais à realização das atividades das equipes tanto laboratoriais quanto administrativas do Centro.

A falta de um suporte de veículos acarretaria em atraso nos cronogramas de pesquisa, suspensão de atividades de pesquisa de campo, ausência de material coletado dentro do prazo de validade necessário para experimentos de bancada, impossibilidade de coleta de dados primários através de observação in situ, dentre outros prejuízos às atividades finalísticas do CETENE.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

Total de 02 veículos em uso

Janeiro a Agosto/2014

01 veículo tipo passeio modelo MERIVA (marca Chevrolet) - Finalidade: transporte institucional de equipe interna e colaboradores para realização de atividades externas às instalações do Edifício Sede do CETENE, localizado na Cidade Universitária, Recife – PE. Por exemplo, viagens, reuniões, visitas técnicas, dentre outras atividades.

01 veículo tipo caminhonete modelo STRADA (marca Fiat) - Finalidade: transporte de material e experimentos laboratoriais. Por exemplo, coleta de material de solo a ser analisado, montagens de experimentos de campo, coletas de matrizes de plantas, dentre outras atividades finalísticas.

Setembro a Dezembro/2014

01 veículo tipo minivan modelo Spin (marca: Chevrolet) Finalidade: transporte institucional de equipe interna e colaboradores para realização de atividades externas às instalações do Edifício Sede do CETENE, localizado na Cidade Universitária, Recife – PE. Por exemplo, viagens, reuniões, visitas técnicas, dentre outras atividades.

01 veículo tipo pick-up 4x4 modelo S-10 (marca: Chevrolet) Finalidade: transporte de material e experimentos laboratoriais. Por exemplo, coleta de material de solo a ser

analisado, montagens de experimentos de campo, coletas de matrizes de plantas, dentre outras atividades finalísticas.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no item “f” supra

01 veículo tipo passeio modelo MERIVA (marca Chevrolet) - Média anual de KM rodados em 2013: entre 15.000 e 25.000 km.

01 veículo tipo caminhonete modelo STRADA (marca Fiat) - Média anual de KM rodados em 2013: entre 20.000 e 30.000 km.

01 veículo tipo minivan modelo Spin (marca: Chevrolet) – Média anual de KM rodados em 2014 é de 6600 km.

01 veículo tipo pick-up 4x4 modelo S-10 (marca: Chevrolet) - Média anual de KM rodados em 2014 é de 9540 km.

h) Idade média anual, por grupo de veículos:

01 veículo tipo passeio Chevrolet modelo MERIVA - Ano 2011; e 01 veículo tipo caminhonete FIAT modelo STRADA - Ano 2012.

01 veículo tipo minivan modelo Spin (marca: Chevrolet) - Ano 2014; e 01 veículo tipo pick-up 4x4 modelo S-10 (marca: Chevrolet) - Ano 2014.

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado

Valor pago de combustíveis para os veículos da frota em 2013: R\$ 19.442,11.

Valor pago de combustíveis para os veículos da frota em 2014: R\$ 14.370,71.

É obrigação de a contratada efetuar revisões periódicas, os pagamentos de taxas e impostos, a contratação e o pagamento do seguro dos veículos, enfim a manutenção dos veículos em perfeitas condições de segurança, utilização e conservação.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente

A Divisão de Administração do CETENE monitora o contrato de prestação de serviço de locação de veículo, sendo mensalmente efetuado o pagamento do serviço apenas quando não há notificação da equipe interna do Centro em relação a problemas identificados com os veículos em uso. No caso de haver alguma notificação de problema identificado com os veículos, a Divisão de Administração comunica imediatamente à contratada os problemas a fim de que a mesma tome as providências cabíveis para saná-los.

Fonte: CETENE.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
Brasil	UF 1 Rio de Janeiro	01	01
	Rio de Janeiro	01	01
	UF 2 Recife	0	0
	Recife	0	0
Subtotal Brasil		01	01
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: Registros da Divisão de Suprimentos do INT no SPIUNet

8.2.2 Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro A.8.2.2.1 Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
240104	6001 02202.500-7	11	3	6.402.606	08/03/2013	9.668.563	1.706.605	0
Total							1.706.605	0

Fonte: SPIUNet

O imóvel se encontra em processo de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, com posse de Termo de Entrega Provisória, 1º Traslado no Livro nº 3, Folhas 22/24. Foram regularizadas as pendências de dívidas ativas decorrentes de IPTU junto à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro em 2013 e processo de Entrega do imóvel encontra-se em andamento junto a SPU.

Regime:

1 Aquicultura	12 Em regularização Outros
2 Arrendamento	13 Entrega Adm. Federal Direta
3 Cessão Adm. Federal Indireta	14 Esbulhado (Invadido)
4 Cessão Outros	15 Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)
5 Cessão Prefeitura e Estados	16 Irregular Cessão
6 Cessão Onerosa	17 Irregular Entrega
7 Comodato	18 Irregular Outros
8 Disponível para Alienação	20 Locação para Terceiros
9 Em processo de Alienação	21 Uso em Serviço Público
10 Em regularização Cessão	22 Usufruto Indígena
11 Em regularização Entrega	23 Vago para Uso

Estado de Conservação:

1 Novo	5 Reparos Importantes
2 Muito Bom	6 Ruim
3 Bom	7 Muito Ruim (valor residual)
4 Regular	8 Sem Valor

8.2.4 Análise Crítica dos quadros 8.2.1 e 8.2.2

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio utilizada pelo INT é o SPIUnet.

Os registros das informações do imóvel são feitos no SPIUnet e complementado com o SIAFI.

A distribuição geográfica do Imóvel é Logradouro: Av. Venezuela, 82 - Bairro: Saúde - Município: 60011 - Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.081-312.

Este imóvel é o Edifício sede do INT.

Área do terreno: 6.264,34 m².

Área de construção: 19.620 m²

O imóvel se encontra em processo de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, com posse de Termo de Entrega Provisória, 1º Traslado no Livro nº 3, Folhas 22/24. Foram concluídas a regularização das pendências de dívidas ativas decorrentes de IPTU junto à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro em 2013 e o processo de Entrega do imóvel encontra-se em andamento junto a SPU.

Fonte: SPIUnet e Divisão de Administração Predial e Engenharia

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.9.1.1 Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014 (INT e CETENE)

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
INT 03.702.00/10	prestação de serviços continuados de suporte tecnológico a ambiente computacional de infraestrutura de redes, visando atender as necessidades do INT.	28/12/2009 a 28/12/2014	36369692/0001-97	VGA Informática Ltda	886.361	864.283
INT 03.829.00.13	prestação de serviços continuados de suporte tecnológico a ambiente computacional de infraestrutura de redes, visando atender as necessidades do INT.	24/07/2013 a 30/07/2014	07.171.299/0001-96	Central IT Tecnologia da Informação Ltda.	1.947.000	1.003.374
CETENE 03.02.2012/00	prestação de serviços continuados de suporte tecnológico a ambiente computacional de infraestrutura de redes, visando atender as necessidades do CETENE.	02/01/2012 a 01/10/2014	24.263.444/0001-88	MEG Serviços Gerais Ltda.	73.104	60.920
CETENE 03.06.2014/00	prestação de serviços continuados de suporte tecnológico a ambiente computacional de infraestrutura de redes, visando atender as necessidades do CETENE.	01/10/2014 a 30/09/2015	12.521.882/0001-10	SANI Soluções Serviços e Comércio Ltda.	256.240	42.707

Fonte: Registros do INT e do CETENE

Necessidades de desenvolvimento ou aquisição:

- Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos:

Desenvolvimento de sistema para armazenamento, controle, gerenciamento do fluxo de documentos e gestão da tramitação dos processos administrativos internos no INT.

- Sistema de Solução Integrada de Gestão (ERP):

Desenvolvimento de sistema para Solução Integrada de Gestão que integre as principais áreas de gestão do INT.

- Sistema de Informações Gerenciais (BI):

Desenvolvimento de sistema de modelagem de dados baseado no conceito de Business Intelligence (BI), visando à integração de diferentes fontes de dados para apoio à gestão da informação e tomadas de decisão do INT.

Quadro A.9.1.2 Sistemas Computacionais utilizados pelo INT

Código da Aplicação	Nome da Aplicação	Áreas de Instituição que utilizam a aplicação	Macro Processos Atendidos	Descrição de Funcionalidades
1	Sigtec	Todas	Financeiro, Compras e Suprimentos, RH, Projetos	Sistema de Gestão de Projetos e Apoio Administrativo
2	RH	DIGP	Férias, Licença Prêmio, Sincroniza com CP do SIGTEC, Alertas E/S Pessoal	Controle de Férias, Licença Prêmio, Atualização dos dados de pessoal da Intranet buscados no CP da SIGTEC, Alertas de entrada e saída de pessoal para Rede, DIGP e Chefias dos Setores
3	Qualidade	DIGQ	Equipamentos, Calibração, NGQs, Documentos	Cadastro de Equipamentos e Instrumentos, Controle de Orçamentos e Processos de Calibração, Repositório das NGQs e Documentos da Qualidade com histórico de revisões.
4	Serviços Especializados	SSTE	Clientes, Orçamentos, Serviços, Financeiro	Cadastro de Clientes, Andamento de Orçamentos, Andamento de Processos, Controle Financeiro, Significativo volume de relatórios
5	Biblioteca	SIPT	Clientes, Serviços	Cadastro de Clientes, Registro do Serviço
6	SSI		Solicitação de Serviços de TI, Manutenção e Engenharia, e Reserva de Salas	Controle da Solicitação e Andamento de Serviços de TI, Manutenção e Engenharia (DEMA), e Reserva de Salas para Eventos e Videoconferência
7	Processos Internos	DITI	Andamento de Processos da DITI	Registro das etapas de andamento de processos da DITI
8	GERPRO	DORF	Gestão Financeira de Projetos de Fundação	Controle Financeiro de Projetos de Fundação
9	Intranet	Todas	Divulgação Interna, Interface para alguns Sistemas	Divulgação de Informações Gerais e Documentos, Interface de entrada e consulta de informações de RH, SSI, SSTE, Qualidade

Fonte: Divisão de Tecnologia da Informação

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro A.10.1.1 Aspectos da Gestão Ambiental do INT

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.	http://www.int.gov.br	
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados. http://www.int.gov.br/dmdocuments/plano_de_logística_sustentável_int_out13ajun14.pdf		
Considerações Gerais			
O INT continua implementando as ações já implantadas, tais como o processo de Coleta Seletiva com coletas regulares de material reciclável, atendendo ao Decreto 5.940/2006.			
Foi realizada a revisão da Norma Interna de Aquisições do INT (NGQ 116) com a inclusão de rotinas necessárias sobre critérios de sustentabilidade para aquisição de bens e serviços, os quais são previstos nos Termos de Referência e Editais para aquisição de produtos sustentáveis.			
Foi realizado o monitoramento do consumo de energia elétrica e água, cujos dados foram registrados no Sistema do Projeto Esplanada Sustentável (SisPES), referente as informações relativas ao ano de 2014 e ao mês de janeiro de 2015, em cumprimento a Portaria nº 23 de 12 de fevereiro de 2015 do MPOG.			

Fonte: Coordenação de Logística e Infraestrutura e Coordenação de Gestão Administrativa

Quadro A.10.1.2 Aspectos da Gestão Ambiental do CETENE

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
<p>Considerações Gerais</p> <p>O CETENE executa projeto desenvolvido internamente denominado “CETENE Verde”, registrado no Programa Esplanada Sustentável, de acordo com a orientação da Secretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação.</p> <p>O presente documento é a primeira iniciativa do CETENE de adoção de critérios sustentáveis em suas rotinas administrativas, com práticas que se pretendem a processos de melhoria contínua com vistas a mudanças de conduta dos servidores e colaboradores da Instituição.</p> <p>Tal documento objetiva descrever o Plano de Gestão de Logística Sustentável do CETENE e deve contemplar, conforme estabelecido na IN nº 10/2012, os seguintes objetivos específicos:</p> <p>A atualização do inventário de bens e materiais (listagem dos bens de consumo adquiridos no período de um ano), além da identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição, com base na Instrução Normativa SEDAP N° 205, de 08 de abril de 1988;</p> <p>A adoção de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais que compreendam, ao menos, papéis, copos descartáveis e cartuchos para impressão, além de racionalização dos contratos e serviços;</p> <p>A atribuição de responsabilidades, definição de metodologias de implantação e avaliação do plano; e</p> <p>Ações de divulgação, conscientização e capacitação institucional.</p> <p>O PLS do CETENE objetiva assim se tornar uma agenda estruturante, com ações para a atuação mais sustentável da instituição. Este não deve ser interpretado como um plano completo e acabado, mas ao contrário, uma primeira versão, que se tornou necessária para a implantação de um elenco de medidas nele previsto, e que deverá ser revisto anualmente.</p> <p>O público-alvo prioritário deste documento é composto pelo corpo de colaboradores do CETENE, em número aproximado de 130, entre servidores, bolsistas, e terceirizados, além da especial atenção que deve ser dada à movimentação diária nas suas instalações, devido a um conjunto de visitantes e público externo. Secundariamente, este documento serve como referencial para os demais servidores do sistema de ciência e tecnologia do governo federal, bem como para órgãos públicos interessados em realizar benchmarking e aperfeiçoar seus próprios PLS.</p>			

Fonte: CETENE

Relatório de Gestão do exercício de 2014

IN TCU 63/2010

DN TCU 134/2013: Anexo I, Anexo II (Parte A e B) e Anexo III

Portaria TCU 90/2014; Portaria CGU 522/2015 e Norma de Execução CGU 1/2015

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia – INT e Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE					232 e 1988
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	027.863/2011-5	140/2014 – 2ª Câmara	1	DE e RE	DOU Seção I pag 107(05/02/14)
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia – INT e Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE					232 e 1988
Descrição da Deliberação					
<p>1.7- Determinar ao SECEX/RJ que dê ciência à Coordenação Regional do Nordeste (Centro de Tecnologias de Estratégicas do Nordeste – CETENE) do Instituto Nacional de Tecnologia quanto a seguinte impropriedade constatada nos presentes autos, conforme tratado no item 1.1.5.3 do Relatório de Auditoria 201109265 da CGU: fracionamento por dispensa de licitação de despesas executadas com o mesmo objeto, em desacordo com o que estabelece o art. 24, inciso II da Lei nº 8666/1993.</p> <p>1.8-Recomendar ao Instituto Nacional de Tecnologia que, no tocante a seus indicadores de gestão, defina metas em conformidade com sua capacidade operacional e financeira e apure a execução de suas ações no decurso de todo ano civil.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE					232 e 1988
Síntese da Providência Adotada					
<p>1.7– Não houve mais a ocorrência de fracionamento das despesas no CETENE. Tal fato pode ser comprovado pelo extrato razão da conta de dispensa.</p> <p>1.8- A Administração do INT acatou a recomendação. As metas dos indicadores de gestão operacional e financeira são definidas anualmente no Termo de Compromisso de Gestão - TCG e pactuados com o MCTI/SCUP (Subsecretaria das Unidades de Pesquisa do MCTI). A avaliação ocorre semestralmente, com base na execução das metas estabelecidas e constam desse acompanhamento, indicadores físico - operacionais e de inclusão social (10), administrativo financeiros (3) e de recursos humanos (3), conforme esta descrito no item 5.4. Informações sobre indicadores de desempenho operacional.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Realização de licitações, viagens, arrecadação, TI, programa de bolsas, estágios, importações contribuíram positivamente para sustentabilidade das atividades do INT.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O ponto positivo foi o estabelecimento de cronograma no CETENE abstendo-se de praticar o fracionamento de despesa com estabelecimento de cronograma de aquisições. Com relação aos indicadores de gestão a UJ ficou prejudicada pelo reduzido número de servidores, sobretudo na área de gestão que comprometeu a agilidade dos resultados, bem como corte/cancelamento do orçamento que inviabilizou a conclusão de processos de licitação, postergando as despesas para o exercício seguinte.					

Fonte: CETENE e Administração do INT

11.1.2 Deliberações do TCU pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.1.2 Cumprimento das deliberações do TCU que permanecem pendentes no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa			Código SIORG		
Instituto Nacional de Tecnologia – INT			232		
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	018.024/2008/08	1989/2010-2ª Câmara	1.5	DE	OF 1120/TCU/SECEX-RJ-D3
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG		
Instituto Nacional de Tecnologia – INT			232		
Descrição da Deliberação					
<p>1.5 Determinar:</p> <p>1.5.1 ao Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE que:</p> <p>1.5.1.1 adote a utilização de termos de responsabilidade para cada um de seus bens conforme disposto no item 7.11 da IN/SEDAPnº 205/88;</p> <p>1.5.1.2 elabore o inventario anual de bens móveis de almoxarifado conforme estabelecidos no item 8.1, alínea “a” e item 8.1.1 da IN/SEDAP nº 205/88;</p> <p>1.5.1.3 promova a regular e periódica atualização do programa de cadastro dos bens pertencentes ao patrimônio da Unidade;</p> <p>1.5.1.4 proceda à correta classificação contábil dos bens móveis adquiridos pela Unidade;</p> <p>1.5.2 realize levantamento e promova a regularização da situação dos casos em que ocupantes de cargo em comissão participem de projetos de pesquisa em outros órgãos, com percepção de auxílio financeiro e regime de dedicação exclusiva, por caracterizar situação incompatível com o exercício do cargo em comissão, que exige o regime de integral dedicação ao serviço, conforme, disposto no art. 19, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112/90;</p> <p>1.5.3 observe, quando da concessão de diárias e passagens, o estatuído no Decreto 5.992/06, com vistas a aferir a correção dos cálculos dos valores pagos;</p> <p>1.5.4 doravante, nos procedimentos licitatórios:</p> <p>1.5.4.1 observe o disposto nos incisos I e II do parágrafo 2º do art. 7º da Lei 8.666/93, no tocante à obrigatoriedade de projeto básico aprovado pela autoridade competente e de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;</p> <p>1.5.4.2 exija o detalhamento da execução dos serviços descritos em notas fiscais, de modo a possibilitar a comprovação de cada etapa executada;</p> <p>1.5.4.3 observe o disposto no art. 62 da lei nº 8.666/93, caput e parágrafo 2º, no sentido de que na ausência de instrumento contratual, faça constar de qualquer outro instrumento hábil que o substitua, as cláusulas necessárias previstas no art. 55 da referida Lei, de modo a garantir a plena execução do serviço contratado;</p> <p>1.5.5 em processos de aquisição, na modalidade Pregão Eletrônico, seja observada a juntada dos seguintes documentos ao respectivo processo:</p> <p>1.5.5.1 termo de referência, contendo descrição detalhada do orçamento estimativo de custos;</p> <p>1.5.5.2 planilhas de custo; e</p> <p>1.5.5.3 comprovantes da publicação do extrato do contrato; conforme disposto nos incisos II, III, XII do art. 21 do Decreto nº 3.555/00, respectivamente;</p> <p>1.5.6 observe o disposto no inciso II, art. 24 da Lei n 8.666/93, e que se abstenha de realizar fracionamento de despesas para adoção de dispensa de licitação.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					

Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE		80489
Justificativa para o seu não Cumprimento:		
O CETENE tem cumprido as deliberações emanadas do TCU e da CGU-PE, emitidas a partir de auditorias efetuadas pela CGU-PE. Alguns itens cuja solução já foi implantada ainda permanecem pendentes de conferência, conforme quadro a seguir, em função do quadro de servidores reduzido, sobretudo na área administrativa do órgão, onde trabalham apenas 04 servidores. O CETENE conta atualmente com um total 17 servidores, dos quais 05 são cargos de comissão, e 08 trabalham na área tecnológica.		
Recomendação	Providências a Serem Tomadas	Situação em 31 Dez/2014
1.5.1.1. Adote a utilização de termos de responsabilidade para cada um de seus bens conforme disposto no item 7.11 da IN/SEDAP nº 205/88;	Elaborar Termos de Responsabilidade para todos os bens patrimoniais. Emissão de TR em junho de 2011, rever em 2013.	Os Termos de Responsabilidade foram elaborados, estando em fase de assinatura pelos responsáveis, inclusive dos bens recém-adquiridos. Será utilizado novo formato para 2014. Em 2014 foram emitidos os TR dos bens móveis. No momento está sendo atualizado o inventário, e estão sendo resolvidas as questões relativas aos bens que se encontram fora da sede. Conclusão pendente de conferência.
1.5.1.2. Elabore o inventário anual de bens móveis de almoxarifado conforme estabelecidos no item 8.1, alínea “a” e item 8.1.1 da IN/SEDAP nº 205/88;	Elaborar o inventário anual de bens móveis e almoxarifado.	Foi elaborado o Inventário de bens relativo ao exercício de 2010. Inventário anual BM e Almoxarifado lançado em 2013. Em 2014 foi efetuado o levantamento de todos os bens no almoxarifado, e revista e atualizada a sua classificação. Conclusão pendente de conferência.
1.5.1.3. Promova a regular e periódica atualização do programa de cadastro dos bens pertencentes ao patrimônio da Unidade;	Atualizar o cadastro de bens patrimoniais (inventário).	O cadastro de bens está sendo mantido atualizado a cada aquisição de bens patrimoniais. Atualização do cadastro em 2014. Foi efetuada a depreciação de bens para algumas categorias. Estão sendo analisadas algumas inconsistências Estão sendo emitidos regularmente os RMA e RMB. Conclusão pendente de conferência.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
A Coordenação do CETENE não foi contemplado com o último concurso público realizado, que prejudicou a plena adoção das providências.		

Fonte:

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.11.2.1 Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia – INT			232
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Análise do Plano de Providências Permanente do INT	Itens 1.1.1 a 1.1.21	Ofício Nº 25.948/2014/NAC-5/CGU-Regional/RJ/CGU-PR de 04/10/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia – INT			232
Descrição da Recomendação			
Vide Plano de Providências Permanente no “Capítulo Anexo do Relatório de Gestão”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Nacional de Tecnologia – INT			232
Síntese da Providência Adotada			
Atendimento às recomendações conforme Plano de Providências Permanente atualizado, anexo ao presente Relatório de Gestão, no Item 13.1 - Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhorias nas instruções de processos de despesa, aperfeiçoamento nos documentos utilizados para contratação e aquisição de bens e serviços (Termos de Referência, Editais); Implantação e implementação de rotinas de controle de procedimentos; melhorias no planejamento; aperfeiçoamento nos conceitos de indicadores de desempenho; implantação de controle de contratos; criação de PDTI; estudo e definição da necessidade da equipe de TI no INT, controle e monitoramento de auxílio transporte; efetivação da divulgação de resultados do INT.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Plano de Providências Permanente – PPP tem sido um instrumento bem positivo na implementação e controle de rotinas de planejamento, execução e monitoramento dos processos de gestão. Contudo, o INT carece de pessoal, sobretudo na área de gestão para aplicação e acompanhamento dos instrumentos de controle.			

Fonte: Plano de Providências Permanente do INT (Coordenação-Geral Regional do Rio de Janeiro e Coordenação de Gestão Administrativa).

11.3 Declaração de Bens e Rendias Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3.1 Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	43	43	
	Entregaram a DBR	43	43	
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Divisão de Gestão de Pessoas

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

As declarações de bens e rendas podem ser consultadas por meio eletrônico com autorização dos ocupantes das respectivas funções.

O quadro funcional do INT é composto de 33 (trinta e três) servidores investidos em cargos comissionados e 10 servidores em cargos de função gratificada. Todos assinaram o Anexo I da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298, de setembro de 2007 entre o Ministério do Planejamento e à Controladoria Geral da União no momento de investidura do cargo. A citada Portaria Interministerial está em conformidade com as Lei 8.429/1992 e Lei 8.730/1993 e apresenta as seguintes justificativas:

- 1) a necessidade de expedir as instruções necessárias para regulamentar a entrega da declaração de bens e valores por todos os agentes públicos;
- 2) a política de modernização dos processos de trabalho na área de gestão de pessoas, com a eliminação do excesso de papéis constantes dos arquivos funcionais dos órgãos e entidades do Governo Federal e aumento da segurança da informação para os servidores; e
- 3) a necessidade de desburocratizar o processo de apresentação de declaração de bens e valores que compõe o patrimônio privado do agente público, exigido no art. 13 da Lei nº

8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, para torná-la mais eficiente, econômico e racional.

Dessa forma, a Divisão de Gestão de Pessoas do INT adota a prática desde a época da vigência da Portaria Interministerial para todos os agentes públicos investidos em cargo desde a nomeação ou exoneração ou a dispensa apresente a assinatura dos Anexos I e II da referida Portaria, constando nas pastas funcionais dos mesmos.

Os servidores nomeados ou exonerados dos cargos ou funções comissionadas entregam a Declaração de Bens e Rendas (DBR) do exercício em que ocorreu a nomeação ou a exoneração ou a dispensa, em atendimento à Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007 e em conformidade com a Lei 8.730/1993.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Domingos Manfredi Naveiro, CPF nº 598.818.957-15, **Diretor**, exercido no **Instituto Nacional de Tecnologia - INT** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2015

Domingos Manfredi Naveiro
598.818.957-15
Diretor do Instituto Nacional de Tecnologia - INT

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

12.3 Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI Web e outros instrumentos que subsidiam o processo.

O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com as suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

No que se refere ao registro da Conformidade Contábil das Unidades Gestoras da Administração Direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a responsabilidade é de competência da Setorial Contábil de Órgão Superior que é a unidade de gestão interna do Ministério responsável pelas orientações, bem como pelo acompanhamento contábil das Unidades Gestoras Executoras da administração direta e dos órgãos e entidades vinculadas, portanto, não cabendo discussão no que se refere à segregação de função neste processo.

As responsáveis pelo registro são: a Coordenadora de Contabilidade e Programação Financeira titular e sua respectiva substituta, designadas pelas Portarias SPOA nº 159, de 06/20/2010 e nº 44, de 07/04/2014.

O registro é realizado, mensalmente, mediante análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial em cada Unidade Gestora Executora, podendo ser registrada com restrição ou sem restrição, após as principais análises abaixo relacionadas:

Transação >CONNE – consulta empenho, observando o favorecido, a classificação da despesa, a modalidade de licitação e outros;

Transação >BALANCETE – contas contábeis com saldo invertido, alongado, irrisório e outros;

Transação >CONCONTIR – equações contábeis a regularizar;

Transação >CONINCONS – inconsistências contábeis – outros;

Transação >CONINDBAL – indicadores de balanço;

Transação >CONCONFREG – consulta conformidade de registros de gestão;

Transação >BALANSINT – inconsistências ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis.

As restrições das Unidades Gestoras Executoras do INT e do CETENE estão descritas no quadro A.12.3.

Quadro A.12.3 Quantitativo de restrições registradas durante o exercício de 2014

UG	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Anual
240104	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
240137	5	3	3	3	3	4	3	3	3	4	3	3	40
Total	5	3	3	5	3	4	3	3	3	4	3	3	42

Fonte: SIAFI Operacional

Observa-se que houve ocorrências recorrentes apenas na Unidade Gestora Executora 240137- Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, procedentes do não atendimento à Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI Web, ocasionando restrições contábeis, tais como as registradas no mês de dezembro de 2014:

318 – Não atendimento orientação órgão contab. Set/Central;

634 – Falta reavaliação de bens móveis/imóveis/intangíveis/outros;

642 – Falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado.

Justificativa: Tendo em vista insuficiência de servidores concursados na área patrimonial do CETENE não foi possível reavaliar todos os bens móveis, bem como calcular e registrar mensalmente o valor da depreciação dos bens, considerando sua vida útil. Contudo, o CETENE envidará esforços no sentido de sanar suas pendências no exercício de 2015.

Brasília, DF, 30 de janeiro de 2015.

Eliana Yukiko Takenaka
CRC/DF - 006666/O-1

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração Plena



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

Quadro A.12.4.1. Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto Nacional de Tecnologia - INT			240104
<p>Após análise dos registros contábeis e da conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional de Tecnologia – INT e, ressalto que as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	30/01/2015
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenaka	CRC n.º	DF-006666/O-1

12.4.2 Declaração com Ressalva



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

Quadro A.12.4.2 Declaração do contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador			
Denominação completa (UJ)			Código da UGE
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE			240137
<p>Após análise dos registros contábeis e da conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2014, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS, EXCETO no tocante às restrições registradas na conformidade contábil do mês de dezembro, apresentadas na Unidade Gestora Executora 240137 - CETENE, conforme abaixo e, resalto que as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>a) Restrição Contábil 318 – Não Atendimento Orientação Órgão Contab. Set/Central; b) Restrição Contábil 634 – Falta Reavaliação de Bens Móveis; c) Restrição Contábil 642 – Falta/Evolução Incompatível Depr. Ativo Imobilizado.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	30/01/2015
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenaka	CRC nº	DF-006666/O-1

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ.

13.1.1 Outras informações consideradas relevantes pelo INT

Quadro 13.1.1.1 Projetos desenvolvidos com apoio da Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais - FUNCATE

Projeto	Número	Objeto	Valor Total	Vigência
Finep Ampnano	01.12.0328.00	Ampliação do Centro de Caracterização em Nanotecnologia do INT.	375.466	13/08/2012 à 13/08/2015
Cenpes Ácido 2	0050.0091489.14.9	Obtenção de ácido acético a partir de etanol.	782.185	27/11/2014 à 25/11/2016
Cenpes BRS	0050.0094274.14.9	Estudo e aplicação de diferentes técnicas para controle e monitoramento de BRS em dutos e tanques no Sistema Óleo & Gás.	2.169.094	27/11/2014 à 25/11/2016
Cenpes BSW	0050.0090568.14.9	Desenvolver metodologia para avaliação da influência do "BSW" e da umidade do gás na corrosividade do revestimento em aço carbono abaixo do packer em cromo 13 em condições do Pré-Sal.	848.541	10/07/2014 à 10/08/2015
Cenpes TMEC	0050.0042851.08.4	Modernização e ampliação da infraestrutura laboratorial da Divisão de Corrosão e Degradação do INT.	12.416.932	26/05/2008 à 24/05/2016
Cenpes Combicat	0050.0042858.08.4	Implementação do Laboratório de Catálise Combinatorial no Instituto Nacional de Tecnologia – Fase I.	1.453.326	26/05/2008 à 31/10/2014
Cenpes Combicat 02	0050.0061969.10.9	Desenvolvimento de Metodologias para Preparação de Catalisadores em Paralelo.	1.459.665	25/10/2010 à 11/04/2015
Cenpes DIAV	0050.0063429.10.9	Implantação de infraestrutura laboratorial do INT.	5.083.882	10/12/2010 à 04/09/2015
Cenpes Gás	0050.0055441.09.9	Desenvolvimento de membranas avançadas para a produção de hidrogênio a partir da reforma autotérmica do gás natural.	489.146	04/02/2010 à 23/01/2015
Cenpes Materiais	0050.0079666.12.9	Biocorrosão e biodeterioração de materiais e produtos expostos a diferentes ambientes na indústria de petróleo e gás.	2.520.198	21/11/2012 à 21/11/2015

Projeto	Número	Objeto	Valor Total	Vigência
Cenpes NUMAT	0050.0038832.07.4	Construção do Núcleo de Inovação, Caracterização e Avaliação de Materiais para a Indústria de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.	2.768.459	28/12/2007 à 12/06/2014
Cenpes Petrocat	0050.0060693.10.9	Ampliação do Laboratório de Catálise - Implementação de técnicas avançadas de caracterização de catalisadores para setor petroquímico.	6.644.490	10/09/2010 à 09/09/2015
Cenpes S 50-Diesellow	0050.0053262.09.9	Estudo de ocorrência de bactérias, em Diesel com baixo e ultra baixo teor de enxofre e suas implicações na mistura com Biodiesel.	600.721	13/10/2009 à 08/02/2014
Cenpes SIMDIS	0050.0060360.10.9	Desenvolvimento do processo de obtenção de Bioácido Acético	2.112.614	16/08/2010 à 09/02/2015
Cenpes Sol H2S	0050.0093689.14.9	Pesquisa tecnológica para definição dos parâmetros de resistência à corrosão sob tensão por sulfetos de juntas soldadas de aço carbono típicas de oleodutos terrestres.	2.969.556	02/12/2014 à 29/05/2017
Finep Numat	01.05.0799.00	Núcleo de Caracterização e Avaliação de Desempenho de Materiais e Componentes Metálicos utilizados na indústria de petróleo.	1.298.155	02/12/2005 à 12/06/2014
Finep Pilrefeta	01.14.0090.00	Construção e operação de plantas piloto de produção de hidrogênio por meio de reforma de etanol e de gás natural.	1.128.292	31/03/2014 à 31/03/2016
INT EEL	03.181.000.00	Executar em conjunto o tema de eficiência energética e o baixo nível de mecanização nas Cerâmicas Vermelhas Artesanais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.	2.050.000	01/05/2010 à 31/12/2016
Finep INT Infra	01.10.0626.00	Modernização da infraestrutura física do INT	1.526.175	03/12/2010 à 03/12/2014
Prodsaudef	01.10.0478.00	Estruturação da Rede de Produtos para Saúde	6.932.597	06/10/2010 à 06/10/2015
Cenpes Petro Numat	0050.0018248.05.4	Implantar um núcleo de caracterização e avaliação de desempenho de materiais e componentes metálicos empregados na indústria de petróleo, visando à criação de uma infraestrutura que atenda às demandas de desenvolvimento e serviços tecnológicos voltados para materiais e revestimentos utilizados em campos de exploração e plataformas de petróleo, nas etapas de refino de óleo e gás e seu transporte por dutos.	2.536.895	12/12/2005 à 12/06/2014
RT Corrosão-TMEC	0050.0022722.06.4	Ampliação da Infraestrutura Laboratorial da Divisão de Corrosão e Degradação do INT.	1.761.806	19/09/2006 à 20/05/2015

Quadro 13.1.1.2 Projetos desenvolvidos com apoio da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP

Projeto	Parceria	Objeto	Valor Total	Vigência
Aliança Estratégica Público Privada INT	EMBRAPII / Empresas / INT	Constitui objeto executar a ação denominada “Projeto Piloto de Aliança Estratégica Pública e Privada” - grupo de trabalho EMPBRAPII - com participação em projetos de desenvolvimento de inovação nas áreas de energia e saúde aderentes às áreas estratégicas do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI).	30.000.000,00	07/03/2012 à 01/09/2016
Elaboração de Laudo Técnico	FUNDEP / SMART / INT	Constitui objeto desta proposta a prestação de serviços técnicos especializados para elaboração de laudo técnico sobre componentes eletrônicos importados, visando auxiliar no seu correto enquadramento na nomenclatura comum do Mercosul – TEC.	34.610,00	05/07/2012 à 01/07/2014
Aprimoramento Aço Especial	FUNDEP / V&M/ / INT	O acordo de parceria estabelece e regulamenta a conjugação de esforços entre os parceiros para a execução do referido projeto.	150.000,00	01/10/2012 à 10/05/2014
Certificações Implantes Mamários	FUNDEP / ALLERGAN / INT	Constitui objeto desta proposta a prestação de serviços técnicos especializados para realização de avaliação de conformidade de produtos na área da Saúde, especificamente para certificação compulsória de implantes mamários, de acordo com os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela ANVISA e o Inmetro.	92.133,33	21/09/2012 à 31/03/2014
Avaliação Composição GLP	FUNDEP / PETROBRAS / INT	Constitui objeto desta proposta a prestação de serviços técnicos especializados para avaliar o efeito da variação da composição do gás liquefeito de petróleo, GLP, em aparelhos de cocção doméstica.	54.900,00	25/09/2012 à 30/06/2014
Certificação Implantes Mamários	FUNDEP / POL-LUX / INT	Constitui objeto desta proposta a prestação de serviços técnicos especializados para realização de avaliação de conformidade de produtos na área da saúde, especificamente para certificação compulsória de implantes mamários, de acordo com os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela ANVISA e o Inmetro.	62.755,56	06/12/2012 à 31/03/2014
Desenvolvimento de Bronzina	EMBRAPII / MAHLE / INT	Desenvolvimento de bronzina com cobertura polimérica para redução de atrito em motores de combustão interna.	992.690,61	07/12/2012 à 30/11/2014
Contenção de petróleo em águas profundas	FUNDEP / PETROBRAS / INT	Estudo exploratório de materiais flexíveis e estruturantes para produção de petróleo em águas profundas. O objetivo do projeto proposto é selecionar e avaliar compósitos flexíveis, que sejam potenciais candidatos a aplicação como contentores na produção de petróleo em águas profundas, bem como gerar dados que permitam a realização de trabalhos em escala com ensaios em laboratório e em Câmera Hiper.	2.006.116,39	10/12/2012 à 30/03/2016
Obtenção de ésteres por rota	EMBRAPII / OXITENO / INT	Obtenção de ésteres por rota biocatalítica. Projeto a ser realizado entre a	402.449,72	18/02/2013 à

Projeto	Parceria	Objeto	Valor Total	Vigência
biocatalítica		Oxiten, o INT e a FUNDEP, dentro do ambiente EMBRAPPII.		15/06/2015
Processo alcoolquímico	EMBRAPPII / ELEKEIROZ / INT	Desenvolvimento de novo processo alcoolquímico. Projeto a ser realizado entre a ELEKEIROZ, o INT e a FUNDEP, dentro do ambiente EMBRAPPII.	1.004.331,68	22/02/2013 à 31/12/2014
Acordo de Confidencialidade	EMBRAPPII / LANXESS / INT	Projeto a ser realizado entre a LANXESS, o INT e a FUNDEP, dentro do ambiente EMBRAPPII.	116.631,94	01/02/2013 à 31/12/2015
Avaliação Técnica	FUNDEP / PETROBRAS / INT	Obtenção da curva de destilação simulada de alta temperatura e a distribuição por átomos de carbono por cromatografia a gás em amostras de petróleo e derivados pesados, utilizando o método HT 750 (baseado no ASTM D7169) e a especificação de compostos de enxofre em derivados leves de petróleo por quimiluminescência de acordo com o método ASTM D5623.	4.052.521,63	31/05/2013 à 10/05/2017
Aço Carbono Martensítico	EMBRAPPII / GE / INT	Executar o projeto, no âmbito de atuação do piloto EMBRAPPII, que tem por objetivo o desenvolvimento da aplicação de aço carbono martensítico em armaduras de tração de dutos flexíveis para transporte de óleo e gás contendo H ₂ S e CO ₂ .	216.159,87	03/06/2013 à 31/12/2014
APTAMEROS	EMBRAPPII / APTTACORE / INT	Executar o projeto APTAMEROS, no âmbito de atuação do acordo de parceria entre o INT, FUNDEP E APTTACORE, que tem por objeto o desenvolvimento de kits diagnósticos para dengue.	2.088.787,41	01/09/2013 à 08/12/2015
Danos causados ao cabelo	FUNDEP / LOREAL / INT	Acompanhar as modificações morfológicas e de umidade em amostras de cabelo humano sem qualquer tipo de tratamento químico e tratadas com tintura, guanidina e formol, seguido de envelhecimento acelerado em câmara de ultravioleta, simulando intervalo de tempo de até 12 meses. Além de prover instalações adequadas para a realização desses tratamentos químicos em laboratório.	53.986,08	12/09/2013 à 31/10/2015
MOTONURSE	EMBRAPPII / FUMAJET / INT	O objetivo do projeto é desenvolver uma tecnologia que leve o atendimento ambulatorial, incluindo curativos, vacinação, medicação e coletas de exames, a áreas de difícil acesso, onde automóveis não alcançam.	123.893,22	01/10/2013 à 31/10/2014
Avaliação de Conformidade	FUNDEP / SILIMED / INT	Avaliação de conformidade de produtos na área da saúde, contemplando especificamente coleta de amostras do produto e ensaios nas amostras do produto, visando a certificação compulsória de implantes mamários, de acordo com os procedimentos e regulamentos e regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e	120.050,00	16/07/2013 à 31/12/2015

Projeto	Parceria	Objeto	Valor Total	Vigência
		o Instituto Nacional de Normalização, Metrologia e Qualidade e Tecnologia – INMETRO.		
Certificações Implantes Mamários	FUNDEP / POL-LUX / INT	Constitui objeto desta proposta a prestação de serviços técnicos especializados para realização de avaliação de conformidade de produtos na área da saúde, especificamente para certificação compulsória de implantes mamários, de acordo com os procedimentos regulamentos estabelecidos pela ANVISA E O INMETRO.	70.964,00	01/11/2013 à 12/11/2014
SCAN	FUNDEP / GLOBO / INT	Prestação de Serviços para TV GLOBO. Scans faciais com leve processamento da imagem em Zbrush, utilizando o scanner Artec, scanner de corpo e scan a laser do rosto usando o Cyberware.	47.630,28	23/12/2013 à 23/12/2014
Certificação Implantes Mamários	FUNDEP / ALLERGAN / INT	Prestação de serviços técnicos especializados para realização de avaliação de conformidade de produtos na área da saúde, especificamente para certificação compulsória de implantes mamários, de acordo com os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela ANVISA E O INMETRO.	94.720,00	01/03/2012 à 01/04/2015
Inibidores de Corrosão	EMBRAPII / CLARIANT / INT	O objetivo do projeto e o desenvolvimento de metodologias específicas para qualificar e homologar novas formulações de inibidores que atuem em condições extremas de temperatura e pressão, em sistemas que simulem as condições encontradas nos campos do Pré-Sal.	150.000,00	10/01/2014 à 31/12/2014
Análise de Perdas	FUNDEP / WHITE MARTINS / INT	Emissão de pareceres técnicos baseados nas análises técnicas do processo produtivo identificando os elementos principais tendo como foco principal as perdas por "vent" no processo criogênico.	27.121,00	05/05/2014 a 05/05/2015
Novos Catalisadores	EMBRAPII / BRASKEM / INT	Desenvolver um novo catalisador através de modificações na formulação do tipo genérico de catalisador atualmente utilizado (aluminas), visando minimizar a formação secundária de acetaldeído durante o processo de produção de eteno verde.	371.155,94	28/03/2014 a 30/06/2015
Cama Hospitalar ORBIS	EMBRAPII / PRIMHO / INT	Cama Hospitalar Orbis	335.108,28	02/06/2014 à 01/08/2015
Desenvolvimento de Protótipos	FUNDEP / ANDREA DESLANDES / INT	Desenvolver cinco bancos de arremesso funcionais para atletas paraolímpicos.	35.000,00	10/06/2014 à 31/12/2015
Desenvolvimento de Materiais	EMBRAPII / SANTA LUZIA / INT	Desenvolvimento de materiais e de produtos aplicáveis aos setores de trânsito, construção civil, decoração e energia elétrica e de um equipamento para compactar/triturar EPS em locais públicos.	1.805.208,07	27/06/2014 à 27/06/2015
Metodologia	EMBRAPII / CONFAB / INT	Desenvolvimento de metodologia de fratura e fadiga em ambiente	456.666,69	02/07/2014 à

Projeto	Parceria	Objeto	Valor Total	Vigência
		agressivo contendo H2S e CO2.		06/07/2016
Estudo Aplicado	AVON / INT	Estudo aplicado para o correto enquadramento quanto a finalidade de uso de produtos cosméticos.	36.186,67	16/07/2014 à 24/06/2015
Novo Queimador	ELECTROLUX / INT	Desenvolvimento de novo queimador de forno para cavidade auxiliar de fogões modelos 56 e 76 que, além de atender a legislação pertinente, apresentara uma maior eficiência energética e proporcionara melhor distribuição de calor e melhor cocção que o atualmente utilizado.	121.352,32	16/06/2014 à 22/09/2015
Programa Embrapii	EMBRAPII / INT	Parceria para promover e incentivar a realização de projetos empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação - P,D&I voltados ao setor industrial, por meio de cooperação com instituições públicas e privadas de pesquisa científica e tecnológica.	8.666.666,67	25/09/2014 à 28/07/2020
Cereais Matinais	INT/ CPW	Avaliação do processo “Cereais Matinais”, realizado pela empresa CPW Brasil Ltda., justificando e identificando a exploração de patentes e aquisição de tecnologia pela Nestlé Suíça de forma a legitimar remessas de divisas ao exterior, conforme preconiza o INPI em seu processo de averbação de contrato.	31.868,20	24/07/2014 à 24/06/2015
Preditivo de Corrosão	EMBRAPII/ REPSOL/ INT	Desenvolvimento de um novo modelo preditivo de corrosão a realidade do Pré-sal do comportamento dos Aços Api 5L E Api 5ct quando expostos aos ambientes supercríticos do Pré-sal.	627.414,81	28/07/2014 à 06/06/2016
Determinação Quantitativa	CENCODERMA/ INT	Emissão de parecer técnico envolvendo a correta aplicação de produtos cosméticos da empresa O Boticário, baseado na identificação e quantificação de três novos compostos desodorizantes, partes das formulações.	43.761,70	31/10/2014 à 01/07/2015

13.1.2 Outras informações consideradas relevantes pelo CETENE

O fato de ser um Centro de desenvolvimento tecnológico ainda pequeno, em termos de número de pessoas trabalhando, não reduz os processos burocráticos aos quais todas as rotinas operacionais estão subordinadas. Isto acarreta uma sobrecarga de atividades para os membros das equipes administrativas e laboratoriais, o que, em última instância, repercute na fluidez e velocidade das operações necessárias ao bom andamento do Centro.

A ausência de concurso para reforçar o quadro de pessoal não permite ao CETENE avançar em determinadas áreas e prejudica o funcionamento de outras no tocante ao volume de atividades que, ao longo dos anos, vem aumentando significativamente.

O quadro de servidores é bastante reduzido, sobretudo na área administrativa do órgão onde trabalham apenas 04 servidores. O CETENE conta atualmente com um total 17 servidores, dos quais 05 são cargos de comissão, e 08 trabalham na área tecnológica.

Se houvesse uma estrutura mais robusta de postos de trabalho, por meio da realização de Concurso Público, seria possível também ampliar o número de projetos finalísticos, inclusive em cooperação com outras organizações. Porém, com uma equipe muito pequena não é possível dar conta de todas as minúcias que a administração pública exige para um bom andamento de todas as ações potenciais do CETENE, isto implica em uma redução no número de ações efetivas do Centro a fim de não comprometer o andamento daquelas em curso.

Anexo II da Decisão Normativa TCU 134 de 04/12/2013
Parte B - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo
de Unidades Afins

65. INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS (ICTS)

Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro B.65.1 Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio da UJ Consolidada

Fundação de Apoio													
Nome: FUNDEP Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa								CNPJ: 18.720.938/0001-41					
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto (*)	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repasse			Início	Fim	Bruto	Repasse
01	05	01/	BV-I	27/12/	23/1	400.00	400.000						
02	05	01/	BV-II	22/10/	21/1	622.00	622.000						
03	05	02/	RRC	22/10/	21/1	46.364	46.364						
						Tot	1.068.3	1.068.36			Tot	1.068.	
Recursos Pertencentes às ICT Envolvidos nos Projetos													
Projeto			Recursos das ICT										
Número	Tipo	Financeiros		Materiais			Humanos						
		Valor		Tipo		Valor	Quantidade		Valor				
01	05	400.000		0		0	02		72.000				
02	05	622.000		0		0	03		27.900				
01	05	400.000		0		0	02		72.000				

Fonte: CETENE

(*) 01 Biotecnologia Verde I.

02 Biotecnologia Verde II.

03 Rede de Resíduos e Contaminantes.

Tipo:

- (1) Ensino;
- (2) Pesquisa e Extensão;
- (3) Desenvolvimento Institucional;
- (4) Desenvolvimento Científico;
- (5) Desenvolvimento Tecnológico

Quadro B.65.1.2 Instrumentos Contratuais entre o ICT e Fundação de Apoio (CETENE/FUNDEP)

Modalidade	N do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
Contrato FUNDEP	01/2013	18720938/0001-41	400.000	0,00	400.000	400.000	Dez/2013	Nov/2015	1
Contrato FUNDEP	01/2014	18720938/0001-41	622.000	0,00	622.000	622.000	Out/2014	Out/2017	1
Contrato FUNDEP	02/2014	18720938/0001-41	46.364	0,00	46.364	46.364	Out/2014	Out/2015	1

Fonte: CETENE

Outros projetos desenvolvidos no INT com envolvimento de fundação de apoio são amparados pelos instrumentos de acordos, convênios e contratos de repasse com aporte de recursos financeiros advindos de organismos públicos e privados, tais como FINEP, EMBRAPPI, PETROBRAS, ANP e outros. Nesse cenário, a entidade contratante atua como concedente, a fundação de apoio tem o papel de conveniente e o INT é o executor do projeto, não havendo, portanto repasses de recursos financeiros por parte do INT. A relação desses projetos encontra-se no item 13 deste Relatório.

Anexo do Relatório de Gestão INT 2014

Plano de Providências Permanente do INT (Item 11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI))

UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: **INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - INT UG 240104**

Posição: dezembro/14 a março/2015

Dirigente Máximo da UJ responsável pela apresentação das contas:

Nome: **DOMINGOS MANFREDI NAVEIRO**

Cargo: **DIRETOR**

Análise do PPP - Ofício nº 25948/2014/NAC-5/CGU-Regional RJ/CGU-PR de 03/10/14 e Análise do PPP - Ofício nº 31359/2014/NAC-5/CGU-Regional RJ/CGU-PR de 25/11/14

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
1.1.1.1 Recomendação 60079: Implementar melhorias nos controles internos na área de gestão dos resultados quantitativos e qualitativos, definindo claramente os conceitos, responsabilidades e a sistemática quanto à apuração, registro e acompanhamento.	OS:201306010 Nº Constatação: 05 Falhas no acompanhamento dos resultados da ação Pesquisa e Inovação no Instituto Nacional de Tecnologia - INT (4972).	Posicionamento da CGU – 03/10/2014 A Div. de Orçamento e Finanças informou as seguintes providências (Memo INT/COGA/DORF/04/2014, de 30/06/2014): 1) Adoção de um Plano Orçamentário para a pesquisa e inovação no INT (antiga 4972) PO 003, pois passou a existir apenas uma ação finalística (20UN) com 3 PO. Ambos os PO continuaram com o produto "projeto desenvolvido" 2) Adoção de controles com o objetivo de apurar mensalmente a execução física por meio das seguintes acompanhamentos: a) mensais dos instrumentos contratuais finalísticos, com exemplo; b) mensais das notícias de cunho finalístico divulgadas na intranet; c) portfólio de projetos com informações das entregas técnicas por foco de atuação. Com exemplo; d) As realizações físicas são quantificadas por foco de atuação. Em que pese a informação sobre as responsabilidades pelo acompanhamento, não foi apresentado o normativo interno que regule tal fluxo, assim como a sistemática quanto à apuração, registro e acompanhamento e especialmente quanto ao conceito utilizado para apurar a meta física realizada. Verificamos que no Relatório de Gestão do exercício de 2013 consta como meta realizada 109 projetos desenvolvidos, porém consultamos o relatório de gestão do exercício de 2013 e a página	Foram adotadas as providências, conforme evidenciadas no Memo DORF/Nº 02/2015, de 25 de março de 2015, como segue: A responsabilidade pelo acompanhamento dos resultados do plano orçamentário 003 (antiga ação 4972) não foi formalizada por normativo interno. Esta responsabilidade foi atribuída à Divisão de Orçamento e Finanças - DORF pela Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas - ASCAV da Secretaria Executiva - SEEXEC do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, utilizando o Sistema de Informações Gerenciais - SigMCT, onde semestralmente são registrados os resultados das execuções físicas e orçamentárias, conforme estabelecido na Portaria 397, de 05/06/2012 da SEEXEC do MCTI, publicada nas páginas 10 e 11 da Seção 1 do Diário Oficial da União no dia 08/06/2012. Os conceitos dos indicadores do PPA foram estabelecidos pela Lei	03/05/2015	Atendida

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		<p>da unidade na internet e não localizamos referência ao item que detalhe a execução da meta física no exercício de 2013 de 109 projetos.</p> <p>Ademais, verificamos que no Relatório de Gestão consta um total de 31 pedidos de propriedade intelectual depositados em 2013 (patentes, desenhos industriais, marcas e programas de computador), ou seja, inferior ao número apresentado como execução em 2013 de 109 projetos desenvolvidos (Quadros A.12.1.2 - Pedidos de proteção intelectual ou Produção tecnológica protegida ou Indicadores de Inovação e Quadro A.12.1.4 - Pedidos de propriedade intelectual depositados em 2013).</p> <p>Em face do exposto, não fica claro qual o conceito utilizado pela UJ para “projeto desenvolvido” e sua relação com o conceito de inovação tecnológica.</p> <p>Dessa forma, reiteramos a recomendação pela não implementação plena.</p> <p>Prorrogação do prazo: 210 dias</p> <p>Último Histórico</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI - 02/0712014</p> <p>Foram implementadas melhorias nos controles internos na área de gestão dos resultados qualitativos e qualitativos, conforme detalha o Memo/INT/COGA/DORFnº 4/2014.</p>	<p>12.708/2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 (LDO 2013), conforme quadro no Anexo I.</p> <p>Na LOA 2013, ação constitui a operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender aos objetivos do governo. Para a ação 20UN denominada pela LOA 2013 de Ciência, Tecnologia e Inovação, foram designados 03 subtítulos, denominados planos orçamentários (PO) conforme Anexo I, para o INT. A meta física realizada do plano orçamentário 003 (antiga ação 4972) alcançou o número de 65 projetos, cujos detalhamentos estão registrados no SigMCT.</p>		
<p>1.1.2 Recomendação 60080:</p> <p>Implementar melhorias nos controles internos na área de indicadores, definindo claramente os conceitos,</p>	<p>OS: 201306010 Constatação: 6</p> <p>Ausência de mensurabilidade (acessibilidade; comparabilidade; confiabilidade; economicidade) de</p>	<p>Posicionamento da CGU</p> <p>Os gestores ainda não comprovaram as melhorias nos controles e na apuração dos indicadores. Destaque-se a ausência de definição do conceito de inovação utilizado no cálculo do “índice de impacto da atuação do INT” que mede o impacto das entregas (projetos, patentes, serviços, etc.) em termos de inovações cuja fórmula é N° de entregas (projetos, patentes, publicações, serviços, etc.) que induziram pelo menos duas inovações / total de entregas. A planilha</p>	<p>Foram adotadas as providências conforme MEMO/INT/DIESnº 05/15 , de 11 de março de 2015, conforme segue:</p> <p>1.A partir das observações contidas no Ofício 25948/2014/NAC-5/CGU-Regional/RJ/ CGU-PR, o INT reviu de</p>	03/05/2015	Atendida

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
responsabilidades e a sistemática quanto à apuração, registro e acompanhamento.	dois indicadores de gestão relacionados ao mapa estratégico.	<p> mencionada na manifestação não foi encaminhada e não consta no Relatório de Gestão do exercício de 2013,</p> <p> Dessa forma, reiteramos a recomendação pela não implementação plena.</p> <p>Prorrogação do prazo: 210 dias</p> <p>Último Histórico</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA MCTI - 02/07/2014</p> <p> Recomendação 1: foi feita e divulgada no Diretório G: de acesso a todos os envolvidos, uma planilha Resumo do Mapa Corporativo, a cerca dos conceitos, responsabilidade e sistemática quanto a apuração, registro e acompanhamento dos indicadores do INT_ Essa planilha é resultante de trabalho contínuo de aperfeiçoamento da definição e apuração de dados para alcance dos objetivos estratégicos.</p> <p> Recomendação 2: Apresentação pelo Diretor do INT de Proposta e Ações para Secretarias e Unidades de Pesquisa visando o Alinhamento Estratégico e a Transversalidade no MCTI, com vistas a identificar indicadores e resultados que "sejam capazes de avaliar o desempenho do INT e melhorar a tomada de decisão" com a expectativa de que esta proposta tenha impactos positivos também para outras unidades do MCTI. Nesta proposta, o INT explicitamente indica: Manter o Contrato de Gestão, com o MCTI;</p> <p> Efetuar os cálculos dos indicadores obrigatórios, semestral e anualmente.</p> <p> Recomendação 3: Os indicadores do INT, suas fórmulas e apuração constam do Termo de Compromisso de Gestão TCG — Pactuação, submetido ao MCTE no início de cada ano. Ao final de cada ano os indicadores do INT são apurados no TCG — Relatório Anual. Consta deste Relatório Anual a tabela de Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional — PPACN, nesta tabela são expostos os prazos</p>	<p> maneira ampla o 'Índice de impacto da atuação do INT', de maneira a se aprimorar os critérios de completude, comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade;</p> <p> 2. Para tanto, foram revistos e melhor definidos os conceitos de 'entrega técnica' e 'inovação';</p> <p> 3. Atualizada a metodologia de cálculo, levando em consideração apenas as 'entregas técnicas concluídas' em cada exercício;</p> <p> 4. Aperfeiçoamento da rotina de apuração, registro e acompanhamento dos dados, garantindo que seja um indicador rastreável, estável e representativo de um processo de avaliação;</p> <p> 5. Mercê destas mudanças, e condizente com o objeto que é medido pelo indicador, mudou-se o nome de 'Índice de impacto da atuação do INT' para 'Índice de provável impacto das entregas técnicas'.</p>		

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		de início e término dos projetos do INT, portanto são conhecidos os projetos considerados entregues, como parte do anexo ao TCG Relatório Anual. Ambos os documentos (TCG Pactuação e TCG - Relatório Anual) são disponibilizado tanto pelo INT quanto pelo MCTI em suas respectivas home pages. Somente recebemos do MCTI o Termo de Compromisso de Gestão 2013 assinado pelo Senhor Ministro de Estado, por meio do Memo Circ. N 023/2013 SCUP, datado de 19/12/2813, o qual já se encontra disponibilizado na Internet.			
1.1.3 Recomendação 60081: Atuar junto ao MCTI para a utilização de dados externos na apuração das variáveis dos indicadores, de modo que os resultados aferidos sejam capazes de avaliar o desempenho do INT e melhorar a tomada de decisão.	OS: 201306010 Constatação: 6 Ausência de mensurabilidade (acessibilidade; comparabilidade; confiabilidade; economicidade) de dois indicadores de gestão relacionados ao mapa estratégico.	Posicionamento da CGU Não identificamos sugestões para a utilização de fonte de dados externa para cálculo dos indicadores na proposta denominada "Alinhamento estratégico e a transversalidade no MCTI" (agosto/2013)". Em face dessa situação e até que seja apresentada proposta para apuração dos resultados/novas fontes, como pactuado na reunião de busca, o gestor deverá considerar como meta realizada os projetos que efetivamente tenham gerado duas inovações, apresentando as devidas justificativas/conceitos utilizados para inclusão de cada um deles de forma a demonstrar a eficiência e eficácia da sua atuação. Dessa forma, reiteramos a recomendação pela não implementação plena. Prorrogação do prazo: 210 dias Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA MCT - 02/07/2014 Recomendação I: foi feita e divulgada no Diretório G: de acesso a todos os envolvidos, uma planilha Resumo do Mapa Corporativo, a cerca dos conceitos, responsabilidade e sistemática quanto a apuração, registro e acompanhamento dos indicadores do INT. Essa planilha é resultante de trabalho contínuo de aperfeiçoamento da definição e apuração de dados para alcance dos objetivos estratégicos.	Foram iniciadas ações junto ao MCTI no sentido de buscar elementos de comparação para os indicadores relacionados ao tema de inovação, contudo não houve evolução dada as constantes mudanças na governança do Ministério, tais como três mudanças de Ministros e sua estrutura administrativa. Com relação aos demais indicadores constantes do TCG, estes passam por uma análise anual com Ministério.	03/05/2015	Em andamento

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		<p>Recomendação 2: Apresentação pelo Diretor do INT de Proposta e Ações para Secretarias e Unidades de Pesquisa visando o Alinhamento Estratégico e a Transversalidade no MCTI, com vistas a identificar indicadores e resultados que "sejam capazes de avaliar o desempenho do INT e melhorar a tomada de decisão" com a expectativa de que esta proposta tenha impactos positivos também para outras unidades do MCTI. Nesta proposta, o INT explicitamente indica: Manter o Contrato de Gestão, com o MCTI; Efetuar os cálculos dos indicadores obrigatórios, semestral e anualmente.</p> <p>Recomendação 3: Os indicadores do INT, suas fórmulas e apuração constam do Termo de Compromisso de Gestão TCG — Pactuação, submetido ao MCTE no início de cada ano. Ao final de cada ano os indicadores do INT são apurados no TCG — Relatório Anual. Consta deste Relatório Anual a tabela de Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional — PPACN, nesta tabela são expostos os prazos de início e término dos projetos do INT, portanto são conhecidos os projetos considerados entregues, como parte do anexo ao TCG Relatório Anual. Ambos os documentos (TCG Pactuação e TCG - Relatório Anual) são disponibilizado tanto pelo INT quanto pelo MCTI em suas respectivas home pages.</p> <p>Somente recebemos do MCTI o Termo de Compromisso de Gestão 2013 assinado pelo Senhor Ministro de Estado, por meio do Memo Circ. N 023/2013 SCUP, datado de 19/12/2813, o qual já se encontra disponibilizado na Internet.</p>			
1.1.4 Recomendação 60082: Dar transparência da metodologia e dos dados utilizados para apuração dos indicadores acordados	OS: 201306010 Constatação: 6 Ausência de mensurabilidade (acessibilidade; comparabilidade; confiabilidade; economicidade) de	Posicionamento da CGU Os gestores não apresentaram as providências adotadas para uma maior divulgação, especialmente na página do INT na internet, dos dados utilizados para a apuração dos resultados dos indicadores, ao final de cada ano (memória de cálculo). Destaque-se novamente o "índice de impacto da atuação do INT" cujos dados da fórmula não são apresentados no Relatório de gestão do exercício de 2013, ou seja, não fica claro os critérios para o cálculo, assim como os projetos e as respectivas "duas inovações"	O INT alterou em março de 2013 sua home page institucional, de maneira a melhorar a divulgação dos relatórios gerados (Relatório de Gestão e Relatório do Termo de Compromisso de Gestão), além de disponibilizar informações do planejamento estratégico, principalmente aquelas relativas aos objetivos estratégicos definidos pelo INT, bem como	03/05/2015	Atendida

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
com o MCTI no site do INT e nos Relatórios de Gestão.	dois indicadores de gestão relacionados ao mapa estratégico.	<p>que é a condição necessária e prevista no TCG como parâmetro para meta realizada.</p> <p>Dessa forma, reiteramos a recomendação pela não implementação plena.</p> <p>Prorrogação do prazo: 210 dias</p> <p>Último Histórico</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA MCTI - 02/07/2014</p> <p>Recomendação 1: foi feita e divulgada no Diretório G: de acesso a todos os envolvidos, uma planilha Resumo do Mapa Corporativo, a cerca dos conceitos, responsabilidade e sistemática quanto a apuração, registro e acompanhamento dos indicadores do INT. Essa planilha é resultante de trabalho contínuo de aperfeiçoamento da definição e apuração de dados para alcance dos objetivos estratégicos.</p> <p>Recomendação 2: Apresentação pelo Diretor do INT de Proposta e Ações para Secretarias e Unidades de Pesquisa visando o Alinhamento Estratégico e a Transversalidade no MCTI, com vistas a identificar indicadores e resultados que "sejam capazes de avaliar o desempenho do INT e melhorar a tomada de decisão" com a expectativa de que esta proposta tenha impactos positivos também para outras unidades do MCTI. Nesta proposta, o INT explicitamente indica: Manter o Contrato de Gestão, com o MCTI; Efetuar os cálculos dos indicadores obrigatórios, semestral e anualmente.</p> <p>Recomendação 3: Os indicadores do INT, suas fórmulas e apuração constam do Termo de Compromisso de Gestão TCG — Pactuação, submetido ao MCTE no início de cada ano. Ao final de cada ano os indicadores do INT são apurados no TCG — Relatório Anual. Consta deste Relatório Anual a tabela de Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional — PPACN, nesta tabela são expostos os prazos de início e término dos projetos do INT, portanto são conhecidos os projetos considerados entregues, como parte do anexo ao TCG</p>	<p>seus indicadores e metas.</p> <p>As informações estão disponíveis em:</p> <p>http://www.int.gov.br/</p> <p>→ Informações Institucionais</p>		

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		Relatório Anual. Ambos os documentos (TCG Pactuação e TCG - Relatório Anual) são disponibilizado tanto pelo INT quanto pelo MCTI em suas respectivas home pages. Somente recebemos do MCTI o Termo de Compromisso de Gestão 2013 assinado pelo Senhor Ministro de Estado, por meio do Memo Circ. N 023/2013 SCUP, datado de 19/12/2013, o qual já se encontra disponibilizado na Internet.			
1.1.5 Recomendação 60083: Elaborar um cronograma e organizar a força de trabalho de modo que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação seja concluído no exercício de 2013	OS: 201306010 Constatação: 8 Ausência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação	Posicionamento da CGU A UJ não elaborou o PDTI até o encerramento do exercício de 2013 e não havia contratado uma empresa para elaborá-lo, apesar de já tê-la selecionado (EGV Consultoria e Treinamento Ltda), por meio da licitação e 0109/2013 realizada pela UNESCO, conforme cópia da Circular BRA/ADM/LIC/CIRCULARJ/2014, de 13/03/2014. Dessa forma, reiteramos a recomendação pela não implementação plena. Prorrogação do prazo: 210 dias Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA – MCTI – 02/07/2014 Recomendação 1: Foi selecionada a empresa para elaboração do PDTI em 2014, que será contratada com recursos do Convênio MCTI/UNESCO. (março 2014). Recomendação 2: O Responsável pela de TI fez um levantamento de demanda de recursos humanos para a área de TI totalizando em 15 pessoas. (dezembro 2013). Esta necessidade será incluída no PDTI.	Foi efetivada a contratação de empresa para elaboração do PDTI 2015-2018. O plano foi concluído em 2014 e aprovado pela Direção do INT, por meio da Portaria INT Nº 014 de 13 de março de 2015, publicada no Boletim de Pessoal do INT nº 5.	03/05/2015	Atendida
1.1.6 Recomendação 60084: Elaborar estudo sobre o quantitativo ideal de servidores na área de tecnologia da		Posicionamento da CGU A UJ elaborou um estudo sobre o quantitativo ideal de servidores, porém não comprovou se o mesmo foi submetido ao MCTI. Dessa forma, reiteramos a recomendação pela não implementação plena. Prorrogação do prazo: 210 dias	Com base no PDTI, foi feito um plano de reposição de recursos de pessoal e de crescimento para atender a área de TI e foi encaminhado Divisão de Gestão de Pessoas para providências junto ao MCTI – email DITI/DIGP em 22/01/2015. O INT enviou essa demanda ao MCTI pelo	03/05/2015	Atendida

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
informação e submeter à apreciação do MCTI.		<p>Último Histórico</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA MCTI - 02/07/2014</p> <p>Recomendação 1: Foi selecionada a empresa para elaboração do PDTI em 2014, que será contratada com recursos do Convênio MCTI/UNESCO. (março 2014).</p> <p>Recomendação 2: O Responsável pela de TI fez um levantamento de demanda de recursos humanos para a área de TI totalizando em 15 pessoas. (dezembro 2013), Esta necessidade será incluída no PDTI.</p>	Ofício INT/Nº 069 de 17 de março de 2015		
<p>1.1.7 Recomendação 60085:</p> <p>Demonstrar no processo 01240.000322/2012-31 que os preços e custos para a realização dos serviços de seu concurso público estavam de acordo com o mercado, com base em levantamento dos custos e preços das licitações junto aos órgãos responsáveis pelas licitações pesquisadas pelo INT e utilizadas como fundamento da adequação do preço contratado.</p>	<p>OS: 201306010</p> <p>Constatação: 10</p> <p>Dispensa de licitação no valor de R\$222 mil sem verificação adequada de preços, sem orçamento detalhado de custos e sem aprovação prévia da Consultoria Jurídica.</p>	<p>Posicionamento da CGU</p> <p>A recomendação, pactuada com os gestores do INT, objetiva evidenciar no processo a adequação da comparação de preços realizada à época da contratação, por meio do detalhamento destas informações, tendo em vista as especificidades de tal serviço. Anteriormente, os gestores informaram que teria sido ampliada "as pesquisas de preços praticados para contratação de serviços de realização de concurso público de mesma natureza, incluindo a proposta do CTI (1CT do MCTI) de modo a compor a pesquisa de preços praticados por instituições semelhantes ao INT."</p> <p>Entretanto, novamente não foi detalhada tal pesquisa, tendo o Memo/INTICCP nº01/2013, de 06/12/2013 mencionado o documento da Comissão de Concurso, de 16/12/2012 (à fl. 191 do processo) que já foi analisado no Relatório de Auditoria e considerado inadequado como justificativa, pois trata do enquadramento legal e da reputação/ausência de finalidade lucrativa da contratada, portanto não apresenta pesquisa de preços que fundamente o preço.</p> <p>A demonstração de que o preço estava de acordo com o mercado tem que ser com base no levantamento detalhado dos custos e preços das licitações pesquisadas e mediante o encaminhamento para a CGU/R1 de cópia dos respectivos termos de referência e orçamentos.</p>	<p>Justificativas apresentadas no Memo/INT/CCP/nº 001/2014 de 17/12/2014. Foi ampliada a pesquisa de preço no sentido de verificar se o preço ofertado pelo IDECAN era compatível com os preços praticados no mercado por outras empresas para realização de concursos públicos. Essa pesquisa foi feita junto ao CTI/ MCTI com a intenção de se verificar se o preço praticado pelo IDECAN era compatível com o mercado, lembrando que somente pode ser levada em consideração no seu valor fixo de R\$ 233.520,56, acrescidos da parte variável de R\$ 44,20, multiplicado pelo número de candidatos inscritos, pois trata-se de uma instituição similar ao INT em seus cargos. Na comparação comprova-se que o concurso do INT custou R\$ 174.892,55 para um número maior de cargos. Os documentos foram anexados ao processo.</p>	03/05/2015	Atendida

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		<p>Dessa forma, reiteramos a recomendação pela não implementação plena.</p> <p>Prorrogação do prazo: 210 dias.</p> <p>Último Histórico</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI -21/10/2013</p> <p>Foi feita ampliação da pesquisa de preços praticados para contratação de serviços de realização de concurso público de mesma natureza, incluindo a proposta do CTI(ICT do MCTI) de modo a compor a pesquisa de preços praticados por instituições semelhantes ao INT. Foi apensada ao processo a proposta detalhada da empresa IDECAN, realizadora do concurso público INT 2012.</p>			
<p>1.1.8 Recomendação 60086:</p> <p>Incluir na norma interna que trata das licitações (NGQ/PR 116) uma rotina que preveja os responsáveis, o fluxo para a inclusão/acompanhamento da adoção efetiva dos critérios de sustentabilidade nas contratações.</p>	<p>OS: 201306010</p> <p>Constatação: 13</p> <p>Ausência de parâmetros objetivos que permitissem a avaliação de cumprimento ou não dos critérios de sustentabilidade,</p>	<p>Posicionamento da CGU</p> <p>De acordo com a cópia da NGQ/PR 116 (revisão 05 de dezil 3, sem comprovação da publicação do BI), foi definido que o requisitante é o responsável pela inclusão dos critérios sustentáveis ou pelas justificativas para a aquisição de produto não sustentável e que a Divisão de Suprimentos analisa o preenchimento da Requisição quanto aos requisitos de sustentabilidade dentre outros, Foi definido também que deverá ser utilizado como referência os Editais e Termos de Referência sustentáveis, bem como o CATMAT disponíveis no Portal de Contratações Públicas Sustentáveis do Ministério do Planejamento.</p> <p>Desta forma, apesar da ausência de comprovação da publicação da revisão no Boletim Interno da Ui, consideramos atendida a recomendação.</p> <p>Último Histórico</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA – MCTI - 04/04/2014</p> <p>Foi realizada revisão da norma interna de aquisições para aquisições do INT com a inclusão das rotinas necessárias para aquisição de</p>			Atendida

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		bens e serviços com a inclusão de itens sobre a realização de pesquisa de preço. (Dez/2013)			
1.1.9 Recomendação 60087: Implementar a Carta de serviços ao cidadão, conforme determina o art. 11 do Decreto 6932/2009, disponibilizando-a em locais de visibilidade e fácil acesso, inclusive no site na UJ na Internet.	OS: 201306010 Constatação: 17 A unidade jurisdicionada é prestadora de serviço ao cidadão, porém ainda não implementou a carta de serviços ao cidadão.	Posicionamento da CGU Verificamos que a Carta de Serviços ao Cidadão foi implementada e está disponível na página da unidade na internet, conforme anexo. Consideramos atendida a recomendação. Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI - 02/07/2014 A Carta de Serviço ao Cidadão foi concluída e encontra-se disponibilizada no site do INT na Internet.			Atendida
1.1.10. Recomendação 66132 "Fazer constar em cada processo licitatório planilha orçamentária detalhada com valor estimado para a contratação, baseado em pesquisa de preço que possibilite a comparação com o valor de mercado"	OS: 201109265 Constatação: 10 Inadequada pesquisa de preços relativa a contratação de serviço de telefonia, no valor anual de R\$315.725,64, ocasionando a impossibilidade de avaliação, pela Administração do INT, da adequação do preço contratado com os praticados no mercado	Posicionamento da CGU O cumprimento desta recomendação será verificado nas próximas ações de controle. Prorrogação do prazo: 210 dias. Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCT - 02/07/2014 O INT vem praticando a inclusão da planilha orçamentária detalhada de pesquisa de preço nos processos de licitação na fase de instrução. seguindo roteiro e modelos da AGU submissão à CJU-RJ Foi realizada revisão da norma interna de aquisições para aquisições do INT com a inclusão das rotinas necessárias para aquisição de bens e serviços com a inclusão de itens sobre a realização de pesquisa de preço. (Dez/2013).	A revisão e implantação de procedimentos administrativos quanto aos processos de contratação, incluindo os controles de contratos, estão sendo seguidos e monitorados pelos fiscais de contratos.	03/05/2015	Será verificado nas próximas ações de Auditoria.
1.1.11. Recomendação 66133 Devem ser adotadas as providências cabíveis	OS: 201109265 Constatação: 13 Ausência de planejamento	Posicionamento da CGU Apesar de não identificarmos na página da transparência da unidade a ocorrência de dispensas emergenciais no exercício de	A revisão e implantação de procedimentos administrativos quanto aos processos de contratação, incluindo os controles de contratos, estão sendo	03/02/2015	Será verificado nas próximas ações de

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
para que sejam promovidos os planejamentos adequados, quando da realização de contratações, evitando-se a descontinuidade da prestação dos serviços e a realização de dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso IV, quando não estiverem absolutamente caracterizados os casos de emergência.	adequado do INT para suas contratações, resultando em fundamentação imprópria para contratação emergencial, no valor total de R\$ 338.335,04.	2014 (agosto), a recomendação necessita ser monitorada até o final do exercício. Prorrogação do prazo: 120 dias. Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI - 02/07/2014 A Direção se compromete a retomar mais efetivamente o monitoramento do planejamento realizado. Os processos estão sendo monitorados pela Direção do INT no sentido de evitar a reincidência de contratações emergenciais.	seguidos e monitorados pelos fiscais de contratos.		Auditoria.
1.1.12. Recomendação 66134 Estabelecer rotinas e procedimentos de controles relacionados aos vencimentos de contratos.	OS: 201109265 Constatação: 13 Ausência de planejamento adequado do INT para suas contratações, resultando em fundamentação imprópria para contratação emergencial, no valor total de R\$ 338.335,04.	Posicionamento da CGU Em que pese às providências adotadas. o cumprimento desta recomendação será verificado nas próximas ações de controle, pois é necessária a análise dos processos de contratação. Prorrogação do prazo: 210 dias. Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI - 02/07/2014 O planejamento é feito anualmente através do PAT e SIGTEC e o acompanhamento dos contratos é realizado pelos fiscais de contratos, designado por Portaria do Diretor do INT. Foi atualizada a designação, com conscientização da responsabilidade dos fiscais. O monitoramento da gestão dos contratos foi reforçado com a implantação de rotina e procedimentos de controle, tais com o: alerta aos gerentes, quanto às vigências e prazos. A Direção se compromete a retomar mais efetivamente o monitoramento do planejamento realizado. Os processos estão sendo monitorados pela Direção do INT no	O INT vem implementando desde 2011, rotinas de monitoramento de vigências dos contratos. A Divisão de Licitações, Contratos e Convênios dispõe um Mapa de todos os contratos administrativos assinados pelo INT: Nº de processo, Nº de contrato, vigência do contrato e vigência dos termos aditivos. Três meses antes do término de cada contrato ou termo aditivo, a DLCC encaminha à área responsável pela execução do contrato, um Alerta comunicando a data de vencimento do contrato ou do T. A. e os procedimentos	03/05/2015	Será verificado nas próximas ações de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		sentido de evitar a reincidência de contratações emergenciais.	necessários a uma renovação.		
1.1.13 Recomendação 66135: Fazer constar em cada processo de contratação emergencial, por dispensa de licitação, justificativa de preço, conforme inciso III do § único do art. 26 da Lei 8.666/93.	OS: 201109265 Constatação 14 Ausência de justificativa de preços relativa às contratações emergenciais, por dispensa de licitação.	Posicionamento da CGU Em que pese as providências adotadas para a melhoria nos controles, o cumprimento desta recomendação será verificado nas próximas ações de controle, pois é necessária a verificação de processos de contratação. Prorrogação do prazo: 210 dias. Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI - 02/07/2014 Foi realizada revisão da norma intenta de aquisições para aquisições do INT com a inclusão das rotinas necessárias para contratação de serviços baseados em pesquisa de preço. (Dez/2013)	Informe-se que o INT não assinou contrato emergencial no exercício de 2014. Caso haja no futuro, a extrema necessidade de contratação por emergência, o INT se compromete seguir a essa recomendação.	03/05/2015	Será verificado nas próximas ações de Auditoria.
1.1.14 Recomendação 66136 Implantar o "Plano de Melhorias na implantação de instrumentos de controle para a concessão de auxílio transporte" conforme o cronograma apresentado à CGU e monitorar a aplicação e utilização dos mecanismos de controle a serem implementados.	OS: 201109265 Constatação 15 Pagamento de auxílio transporte sem a apresentação do bilhete de viagem nos casos da utilização de transporte seletivo e ausência de análise crítica dos comprovantes de residência apresentados pelos servidores.	Posicionamento da CGU Considerando que não foram atualizadas as informações sobre os procedimentos adotados no exercício corrente, reiteramos a recomendação cujo atendimento será verificado nas próximas ações de controle. Prorrogação do prazo: 120 dias. Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI - 02/07/2014 Não apresentadas manifestações adicionais.	O INT vem realizando o controle periodicamente, com regularidade conforme informação detalhada no MEMO/COHS/DIGP/nº 001/2015 e anexo de Planilha de Acompanhamento e Fiscalização do Benefício de Auxílio Transporte.	03/02/2015	Será verificado nas próximas ações de Auditoria.
1.1.15. Recomendação 66137	OS: 201109265	Posicionamento da CGU	Elaboração de planilha anexa ao	03/02/2015	Será verificado

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
Efetuar o pagamento de auxílio transporte aos servidores usuários de transporte seletivo ou especial somente nos casos permitidos pela Orientação Normativa SRH nº 4, de 11/04/2011, e condicionar o pagamento à apresentação dos bilhetes de transporte utilizados.	Constatação 15 Pagamento de auxílio transporte sem a apresentação do bilhete de viagem nos casos da utilização de transporte seletivo e ausência de análise crítica dos comprovantes de residência apresentados pelos servidores.	Considerando que não foram atualizadas as informações sobre os procedimentos adotados no exercício corrente, reiteramos a recomendação cujo atendimento será verificado nas próximas ações de controle. Prorrogação do prazo: 120 dias. Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI - 02/07/2014 Não apresentadas manifestações adicionais.	MEMO/COHS/DIGP/nº 001/2015 com registro das condições e comprovações das exigências para pagamento do benefício aos servidores, em conformidade com a Orientação Normativa SRH nº 4, de 11/04/2011.		nas próximas ações de Auditoria.
1.1.16. Recomendação 66138 Promover recadastramento para fins de concessão de auxílio transporte, realizando análise crítica dos comprovantes de residência apresentados pelos servidores quando da solicitação do auxílio transporte, de forma a evitar a apresentação de comprovantes que claramente não são característicos da residência habitual de	OS: 201109265 Constatação 15 Pagamento de auxílio transporte sem a apresentação do bilhete de viagem nos casos da utilização de transporte seletivo e ausência de análise crítica dos comprovantes de residência apresentados pelos servidores.	Posicionamento da CGU Considerando que não foram atualizadas as informações sobre os procedimentos adotados no exercício corrente, reiteramos a recomendação cujo atendimento será verificado nas próximas ações de controle. Prorrogação do prazo: 120 dias. Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI - 02/07/2014 Não apresentadas manifestações adicionais.	O INT vem realizando o controle periodicamente, com regularidade conforme informação detalhada no MEMO/COHS/DIGP/nº 001/2015 e anexo de Planilha de Acompanhamento e Fiscalização do Benefício de Auxílio Transporte.	03/02/2015	Será verificado nas próximas ações de Auditoria.

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
uma família.					
1.1.17. Recomendação 66139 Tendo em vista que cabe à Administração observar e fazer prevalecer o meio de transporte menos custoso para a Administração, avaliar a utilização do bilhete único como forma de reduzir as despesas relativas à concessão do benefício do auxílio transporte, sem que haja nenhum prejuízo para o servidor.	OS: 201109265 Constatação 15 Pagamento de auxílio transporte sem a apresentação do bilhete de viagem nos casos da utilização de transporte seletivo e ausência de análise crítica dos comprovantes de residência apresentados pelos servidores.	Posicionamento da CGU Considerando que não foram atualizadas as informações sobre os procedimentos adotados no exercício corrente, reiteramos a recomendação cujo atendimento será verificado nas próximas ações de controle. Prorrogação do prazo: 120 dias. Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA – MCTI - 02/07/2014 Não apresentadas manifestações adicionais.	O INT vem realizando o controle periodicamente, com regularidade conforme informação detalhada no MEMO/COHS/DIGP/nº 001/2015 e anexo de Planilha de Acompanhamento e Fiscalização do Benefício de Auxílio Transporte, em conformidade com a Orientação Normativa SRH nº 4, de 11/04/2011.	03/05/2015	Será verificado nas próximas ações de Auditoria.
1.1.18. Recomendação 85366: Comprovar no processo 01240.000486/2012-68 a justificativa adequada para os preços contratados, por meio da comparação do preço praticado pela contratada junto a outras instituições públicas. Caso os preços não estejam adequados, promover a compensação nas	OS: 201306010 Constatação 39 Contratação de R\$ 701 mil sem justificativa para o total de horas, sem detalhamento do orçamento e das horas de serviços e sem justificativa adequada para os preços.	Posicionamento da CGU Tendo em vista a constatação da CGU sobre a comparação inadequada da compatibilidade do preço contratado (R\$701 mil ou R\$ 644,52/hora-aula presencial) em relação ao praticado em outros órgãos, foram encaminhados cópias de contratos e projeto básico com a mesma empresa e com o mesmo objeto - capacitação de equipe para elaboração do Plano Estratégico no modelo BSC, destacando que são todos presenciais e sem consultoria remota: 1. Contrato do TRT/4ª Região nº 101/2009 (vigência 6 meses); 200 horas no valor de R\$110.000,00 e hora/aula R\$550,00: i) Treinamento de 25 pessoas em 4 módulos de 4 horas; ii) 4 workshops com a alta administração; iii) 15 reuniões semanais de 8 h consultor e equipe do projeto. 2. Contrato TRE Rio de Janeiro/nº 24/09 (vigência 3,5meses); 464	O Ponto fulcral para esclarecimento da questão foi a contratação de horas-aula presenciais e horas remotas de consultoria. A não consideração da ocorrência de ambas leva a discrepâncias de valores que induzem ao suposto pagamento indevido. Duas considerações devem ser apresentadas em face da “interação e respostas” às demandas da CGU: 1- A análise está correta no tocante a utilização de horas remotas que não estavam previstas no Plano de Trabalho Proposto/Projeto Básico, Anexo I, que	03/05/2015	Em elaboração

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
próximas faturas.		<p>horas, 20 pessoas treinadas, valor de R\$245.000,00, hora/aula R\$528,00;</p> <p>3. Projeto Básico para PE do Poder Judiciário no modelo BSC contratado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ - capacitação para 130 gestores no valor de R\$180.000,00, 320 horas-aula a R\$562,50.</p> <p>Com base nas pesquisas apresentadas, verificamos que: a) O preço contratado em todas é menor que do INT (na média menos R\$520 mil); b) Possuem menos horas de capacitação presencial (na média menos 760 h/a) para atender ao objeto; c) Mesmo considerando apenas o valor da h/a presencial, ambos os contratos possuem valor menor (na média menos R\$ 98,00); d) Nenhum dos contratos tem previsão de consultoria remota que no INT foi de 1.344 horas, assim não se justifica soma-las às horas-aula presenciais (1.088 h/a) para fins de cálculo do preço da hora/aula apurado pelo gestor ($R\\$288,33 = R\\$701 \text{ mil}/2.432$); e) Quanto aos servidores capacitados, a contratação do CNJ previu um quantitativo de 130, enquanto no INT foram no máximo 86, portanto o INT treinou menos 44 servidores.</p> <p>A Chefe da Diretoria de Estratégia - DIES encaminhou esclarecimentos adicionais (Memo/DIES/Nº11, conforme e-mail de 01/10/2014), alegando que a inserção das horas remotas tinham o intuito de reduzir custos. Contudo, a própria gestora informa que a empresa não firmou outros contratos prevendo horas remotas, o que no INT onerou sobremaneira o valor total pago, mas sem justificativa. Ademais, sendo realmente necessária a consultoria remota, a quantidade e o preço deveriam ser apurados e pesquisados separadamente das presenciais. Quanto ao preço da hora/aula presencial, alega no mesmo documento que dois dos três preços pesquisados (TRE-RJ e CNJ), se atualizados pelo IGP-M, demonstraria a compatibilidade do pago pelo INT, porém não apresentou a memória de cálculo, não comprovou que tal índice é utilizado nestes contratos e que os custos destes serviços são influenciados necessariamente por tal</p>	<p>compõem o Processo 01240.000486/2012-68. A inserção das horas remotas ocorreu após extensas negociações com a empresa TANTUM/SYMMETICS, em 2012, e não foi reproduzida no Plano de Trabalho original, igualmente, não foi substituído o anexo do Contrato para fazer constar tal revisão. Ou seja, a negociação final não foi adequadamente reproduzida no PB/TR e Contrato por lapso, mas consta na Proposta apresentada pela empresa.</p> <p>Deve ser enfatizado que a segregação na modalidade de horas-aula de capacitação – presencial e remota, que ensejou a inserção ocorrida após a negociação com a empresa teve o objetivo único de diminuir as despesas de locomoção e hospedagem que confeririam maior custo ao projeto. Considere-se, no entanto, que tal ocorrência não implicou em quaisquer ônus adicionais ao projeto e inseriu no processo uma flexibilidade extremamente benéfica, otimizando recursos e mantendo consistência e o necessário alinhamento com os objetivos maiores visualizados e aprovados pela Direção, no sentido de aprimorar a gestão do INT.</p> <p>2- No despacho nº. 3471/PKBF/CJU-RJ/AGU/2012 emitido pela Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de</p>		

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		<p>índice a ponto de influenciar no preço cobrado em anos posteriores. Portanto, a demonstração deveria ser por meio de contratos com o mesmo objeto firmados pela empresa no mesmo exercício da contratação do INT.</p> <p>Em que pesem os contratos serem de anos anteriores ao do INT (2012), verifica-se que este pagou a mais R\$500 mil pelos mesmos serviços prestados a outros Órgãos com estruturas maiores, portanto permanecendo sem justificativa tal fato, o que deveria resultar na adoção de providências para o ressarcimento do valor cobrado a maior, conforme recomendado, além de apuração de responsabilidade.</p> <p>Em face do exposto e considerando que o contrato já foi concluído, revisamos a recomendação para: Adotar providencias para o ressarcimento do valor cobrado a maior.</p> <p>Prorrogação do prazo: 210 dias.</p> <p>Último Histórico</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI – 08/04/2014</p> <p>"Envio a CGU/RJ das cópias dos termos de referência das licitações utilizadas como base da pesquisa de preços." Por meio do Memo/INT/DIES 01/14, de 21/02/2014 a Chefe da Divisão de Estratégias - DIES encaminhou cópias e a seguinte manifestação:</p> <p>"1. ANEXO 1: Contrato para capacitação do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região - Contrato TRT Nº 101/2009; a carga horária de 200 horas é citada na cláusula 2ª do contrato; o valor da capacitação (R\$110.000,00) e da hora (R\$550,00) constam da 7ª cláusula do contrato;</p> <p>2. ANEXO 2: Contrato de prestação de serviços técnicos especializados para capacitação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - Contrato Nº 24/09; a carga horária de 464 horas consta da página 08 da Proposta da empresa citada na 1ª cláusula do contrato; o valor da capacitação (R\$245.000,00) consta da cláusula 4ª do contrato, perfazendo a hora - aula no valor de R\$528,00;</p> <p>3. ANEXO 3: Projeto Básico de Planejamento e Gestão Estratégica</p>	<p>Janeiro, foi solicitado o "o orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os custos unitários (art. 7º, § 2º, II, da Lei no. 8.666/93 e art. 15, XII, I "a", IN/SLTI 02/2008". Tal detalhamento foi solicitado à empresa. Contudo, as informações recebidas continham erros materiais não percebidos a época. O seguinte detalhamento deveria ter sido inserido à página 172 do Processo 01240.000486/2012-68, o que lhe daria a devida consistência com os cálculos e planilhas finais, como descrito na Composição do Valor dos Honorários da Equipe abaixo:</p> <p>Diretor: 12 dias, que equivalem a 96 horas, num valor de R\$700,00/hora, totalizando R\$67.200,00;</p> <p>Gerente: 124 dias, que equivalem a 992 horas, num valor de R\$369,50/hora, totalizando R\$366.544,00;</p> <p>Consultor remoto: 168 dias, que equivalem a 1.344 horas, num valor de R\$199,03/hora, totalizando R\$ 267.491,00;</p> <p>Sobre a justificativa para o total de horas:</p> <p>Visando atender ao INT, o projeto foi conjuntamente desenvolvido e customizado às necessidades</p>		

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		<p>do Poder Judiciário baseado no Balanced Scorecard - BSC efetuado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ atestando a realização de cursos de capacitação perfazendo 320 horas-aula, no valor de R\$180.000,00 conforme consta da Cláusula IX da página 07 do Projeto, e duas Notas de Empenho referentes à realização de Evento de Capacitação sobre Planejamento Estratégico, pela empresa SYMNETICS, emitidas em 20 de outubro de 2008 e, nos valores de R\$60.000,00 e R\$120.000,00, respectivamente; perfazendo a hora-aula no valor de R\$562,50.</p> <p>Com estes documentos, em anexo, e as explicações acima, esperamos ter:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendido à solicitação de apresentar "cópia dos documentos utilizados ara preenchimento do quadro apresentado"; 2. Com a materialização dos referidos documentos e a indicação das cláusulas dos documentos onde constam as informações esperamos ter preenchido a lacuna identificada nesta Nota Técnica em relação a "e não informou a fonte dos dados, especialmente da quantidade de horas utilizadas para apurar a média do valor (R\$) por hora". 3. Finalmente, por meio da demonstração de que o valor de hora-aula cobrado ao INT, R\$288,33 em 2012, neste contrato de 'capacitação e coaching para execução da Estratégia com o BSC' ficou 45% abaixo do menor valor, cobrado em 2009 pela capacitação pelo TRE- RJ, que foi de R\$528,02, apresentamos claramente 'a justificativa adequada para os preços contratados, por meio da comparação do preço praticado pela contratada junto a outras instituições públicas'. 	<p>identificadas, prevendo um quantitativo maior de horas em face da complexidade da instituição: desafios organizacionais e estratégicos que necessitavam ser endereçados pela capacitação no modelo de gestão da estratégia. Tais desafios podem ser resumidamente enumerados como os que o INT "processa" para cumprir sua missão, relativos à diversidade de formatos de contratos (diferentes fontes de recursos), recursos humanos (servidores, bolsistas e terceirizados) e competências técnico-científicas (uso de equipamentos complexos e aplicação de conhecimentos especializados). São aproximadamente 20 Divisões, com colaboradores que geram conhecimento e produzem com expressiva autonomia, porém que funcionavam em esquema de alinhamento estratégico deficiente, em função da diversidade de setores atendidos (petróleo e gás, saúde, energias renováveis etc.), do formato da entrega do produto e tipos de clientes.</p> <p>O momento estratégico da Instituição: proximidade de aposentadoria de parte significativa do seu quadro de pessoal, com o risco de perder conhecimento técnico, o que demandava um processo de "coaching" dos gestores para acelerar o aprendizado e a geração de resultados.</p>		

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
			<p>Além desses aspectos, as seguintes atividades foram exclusivas do escopo definido para o INT, de modo a incluir discussões práticas, onde os estudos de casos eram construídos com dados reais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de relatórios; • Levantamento de dados e o desempenho atual a respeito dos indicadores de gestão; • Análise do desempenho dos indicadores; • Acesso e capacitação dos servidores no portal online de gestão da estratégia; • Publicação dos indicadores, seus históricos, dados realizados e análises de desempenho no Ambiente de Compartilhamento Online, a fim de automatizar o monitoramento de resultados da estratégia. <p>Sobre o detalhamento do orçamento e das horas de serviços versus preços contratados:</p> <p>Os três contratos inseridos no processo como referência de preço - TRE, CNJ e TRT - têm o mesmo objeto, porém não possuem escopos idênticos. Seus valores médios de hora/aula (h/a) são, respectivamente, R\$528,02, R\$608,11 e R\$ 550,00. Resumidamente, e reforçando o que foi afirmado acima, os escopos não</p>		

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
			<p>sendo idênticos apontaram para a necessidade de acompanhamento extenso ao longo do processo, de modo a possibilitar que os colaboradores pudessem aplicar os conceitos na prática.</p> <p>Foram adotadas três premissas para tomar esses contratos como referência e justificar o preço médio da h/a: (i) clientes órgãos públicos federais; (ii) mesmo objeto definido – capacitação em BSC; e (iii) escolha de empresa prestadora de serviços com reconhecida competência, mantendo estreito relacionamento com os criadores da metodologia BSC.</p> <p>Para o cálculo do valor médio das h/a do contrato de capacitação do INT (h/a presencial, portanto), o seguinte cálculo garante a base de comparação, tomando como referência as horas efetivamente presencias dos contratos:</p> <p>(a) Valor total do contrato INT R\$ 701.235,00</p> <p>(b) Valor das horas remotas R\$ 267.491,00</p> <p>(c) Valor das h/a presenciais R\$ 433.744,00 (= a – b)</p> <p>(d) Total das h/a presenciais 1088 horas</p> <p>(e) Valor médio h/a R\$ 398,66 (= c/d)</p> <p>O valor médio de h/a presenciais do</p>		

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
			<p>contrato do INT é, portanto, menor do que o valor médio de h/a dos outros três contratos constantes do processo. O que justifica este valor menor é a duração maior do contrato, a qual permite um planejamento de alocação de recursos por um prazo maior, reduzindo assim o preço médio da alocação.</p> <p>Para o cálculo do valor médio das horas remotas do instrutor no processo de capacitação do INT, o seguinte cálculo garante a base de comparação:</p> <p>(a) Valor das horas remotas R\$ 267.491,00</p> <p>(b) Total das horas remotas 1344 horas</p> <p>(c) Valor da hora remota R\$ 199,02 (a)/(b)</p> <p>(d) Valor de referência* R\$ 185,00</p> <p>* Consideramos razoável o valor pago pelo INT em comparação com o valor de referência, apesar do mesmo ser superior em 7% do valor referência (valor médio de R\$ 185,00 por hora para alocação de um instrutor pleno, na cidade base praticado no mercado, segundo a PESQUISA de HONORÁRIOS e TENDÊNCIAS da CONSULTORIA no BRASIL, do Instituto Brasileiro de Consultores de Organização (IBCO). A página 71 da 11ª edição- 2011 / 2012</p>		

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
			<p>dessa Pesquisa mostra o para empresas de consultoria com faturamento entre 5 a 20 milhões de Reais por ano (que é o perfil da Tantom), uma vez que o valor pago está muito abaixo do valor pago por horas presenciais.</p> <p>Finalmente cabe ressaltar que o objeto do contrato foi realizado, assim como o seu escopo cumprido. Em nenhum momento o preço final foi alterado em relação ao definido originalmente. Não foi registrado, portanto, qualquer prejuízo ao erário. Como comprovam os relatórios dos produtos finais associados a cada etapa do escopo, o INT foi beneficiado acima das expectativas, sob todos os aspectos ligados à gestão da estratégia.</p>		
1.1.19. Recomendação 85400: Instituir na norma interna que trata das licitações (NGQ/PR 116) as rotinas e procedimentos para que os processos de contratação de serviços por inexigibilidade de licitação e os respectivos projetos básicos contenham descrição		<p>Posicionamento da CGU</p> <p>Verificamos que na revisão 5 da Norma NGQ/ PR 1 16 de dezembro/2013 foi alterado o item 5.2.3 incluindo os itens recomendados.</p> <p>Consideramos a recomendação atendida.</p> <p>Último Histórico INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI -08/04/2014 Envio a CGU/RJ de cópia da NGQ/PR 116.</p>			Atendida

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
objetiva dos serviços a serem prestados e detalhamento dos custos envolvidos no orçamento, bem como justificativa de preço.					
<p>1.1.20 Recomendação 85401:</p> <p>Apurar e comprovar no processo 01240.000528/2012/-61 (serviços de apoio operacional objeto do pregão (22/2012) a necessidade da contratação dos serviços.</p>	<p>OS: 201306010 Constatação 40</p> <p>Realização de pregão para contratação de serviços de apoio operacional sem comprovar a inexistência das atividades no plano de cargos, apesar dessa verificação prévia ter sido recomendada pela Consultoria Jurídica da União/RJ</p>	<p>Posicionamento da CGU</p> <p>Preliminarmente cabe destacar que o gestor apresenta, como argumento, trechos de uma Nota Informativa do MPOG nº 168 de 17/03/2011 (não disponibilizada na íntegra e não localizada no sistema "CONLEGIS" do MPOG) que trata de carreira de Especialista em Meio Ambiente (Lei 10.410/2002), portanto distinta daquela aplicável ao INT que é a Lei 8.691/93 (Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia). Contudo, analisamos os argumentos apresentados:</p> <p>i) Os cargos de nível fundamental (Auxiliar Administrativo) estariam em extinção.</p> <p>No entanto, verificamos em primeiro lugar que o Pregão não diferencia as atividades por nível de escolaridade e em segundo que no Plano de C & T existe a Carreira de "Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura" que se destina às atividades de apoio e toda atividade de suporte administrativo e possui o cargo de Auxiliar em Ciência e Tecnologia (1º grau completo). As atividades deste cargo são equivalentes às do antigo cargo de "Agente Administrativo" existente no INT cujas vagas ocupadas passaram, por decisão do setor de RH, para Auxiliar em C & T ou Assistente, "dependendo da natureza da atividade", conforme informado pelo próprio gestor no Ofício/nº 170/INT, de 19/04/2013 (manifestação do Relatório). Assim, as atividades de Aux. Administrativo foram contempladas no Plano de Cargos da Lei 8.691/93 no cargo Auxiliar em C&T que podem ser ocupadas por concurso e portanto não poderiam ter sido objeto de terceirização.</p> <p>ii) A Lei 8.691/93 não menciona "apoio administrativo"</p> <p>Ocorre que a Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura</p>	<p>Considerando que os argumentos e justificativas apresentadas pelo INT não foram suficientes, o Gestor decidiu rescindir o contrato de prestação dos serviços em 27/12/15 apesar da possibilidade de prorrogação por mais três períodos de 12 meses.</p>	03/05/2015	Atendido

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		<p>(art. 11 da referida Lei) prevê que esta é destinada às atividades de "suporte administrativo", portanto existe cargo de gestão administrativa, inclusive com concurso já realizado para os cargos de nível intermediário.</p> <p>III) Ainda que se admitisse que as atividades de apoio administrativo contratadas são de baixa complexidade e de nível fundamental, ou seja, estariam em extinção, neste caso tal fato se aplicaria apenas a 15 postos contratados (Agente Administrativo) e não para as demais atividades contratadas (69%): Supervisor Administrativo (15 postos); Encarregado (01 posto); Recepcionista Especializada (15 postos); e Técnico em contabilidade (01 posto).</p> <p>IV) Em face do exposto, concluímos que atividades contratadas são de natureza de apoio administrativo e inerentes às categorias profissionais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura, portanto não são passíveis de terceirização, conforme previsto nos artigos 1º e 2º do Decreto 2.271/97 e artigo 9º da IN SLTI 03/2009. Reiteramos a recomendação.</p> <p>Prorrogação do prazo: 210 dias</p> <p>Último Histórico</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCTI - 08/04/2014</p> <p>"Foi realizada pela Gestora da Divisão de Pessoas justificativa para contratação dos serviços de apoio administrativo, constante do Memo/INT/COES/DIGP/W 163/2013" (encaminhado pela Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas em resposta ao posicionamento anterior da COU/RJ, por meio do Memo INT/COHS/DIGP/Nº 012/2014, de 12/03/2014).</p> <p>Em síntese, a Chefe da Divisão de Pessoas "em cumprimento a solicitação do Diretor Substituto e a recomendação da Consultoria Jurídica justificou a contratação dos serviços" da seguinte forma:</p>			

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
		<p>i. Afirma que destinam-se à realização de atividades materiais administrativas, instrumentais ou complementares, não são inerentes às atribuições do quadro de servidores e visam suprir as necessidades das funções auxiliares e de apoio.</p> <p>ii. Cita a Orientação do MPOG na Nota Informativa nº 168 de 17/03/2011 ao Instituto Chico Mendes (ICMBIO) e conclui que a contratação "encontra escopo na orientação ministerial para o planejamento das atividades terceirizáveis, atendendo ao requisito da legalidade e motivação para a sua realização".</p> <p>iii. Alega que a Lei 8.691/93 que estruturou o Plano de Carreiras da área de Ciência e Tecnologia não menciona "apoio administrativo" como atividades dos servidores do quadro de pessoal e que o Decreto 2.271/97 inclui as atividades de apoio ou complementares na lista de atividades terceirizáveis.</p> <p>Em seguida descreve os cargos, qualificação e atribuições dos profissionais, fundamentando a contratação nos §§ 1º e 2º do artigo Iº do Decreto 2.271/97.</p>			
<p>1.1.21. Recomendação 129603 Data Emissão: 03/10/2014 Enviado por: OFÍCIO 25.948 2014 / CCU-RJ- GAB Apurar responsabilidade pela contratação por inexigibilidade (nº 09/2012, processo</p>			<p>Foi Instaurada Comissão de Sindicância pela Portaria INT/Nº 05 de 26/01/2015 – Processo nº 01240 000044/2015.</p> <p>A Comissão teve seus trabalhos encerrados em 19/03/2015 e o relatório encontra-se em análise pelo Diretor do INT para decisão final.</p>	30/03/2015	Em andamento

RECOMENDAÇÃO	CONSTATAÇÃO	POSICIONAMENTO DA CGU	PROVIDÊNCIAS	PRAZO DE ATENDIMENTO	SITUAÇÃO
01240.000486/2012-68 de serviços especializados de consultoria visando a execução do programa de capacitação da estratégia à ação com o "Balanced Score Card", sem justificativa adequada para os valores pagos.					

Anexo I

Conceito LDO 2013	Definição LDO 2013	Atributo definido pelo INT
Produto	Bem ou serviço que resulta da ação orçamentária	Projeto desenvolvido
Unidade de medida	Unidade utilizada para quantificar e expressar as características do produto	Unidade

Conceito LDO 2013	Definição LDO 2013	Subtítulos da Ação (Planos Orçamentários definidos pela LOA 2013 para o INT)	Meta Física realizada
Meta física	Quantidade estimada para o produto no	PO 0001 - Inovação e Engenharia de Produtos e Processos no INT	22

	exercício financeiro	PO 0002 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias Renováveis	22
		PO 0003 - Pesquisa e Inovação no INT	65



Domingos Manfredi Naveiro

Diretor do INT


Carlos Alberto Marques Teixeira
Diretor-Substituto
Instituto Nacional de Tecnologia

